

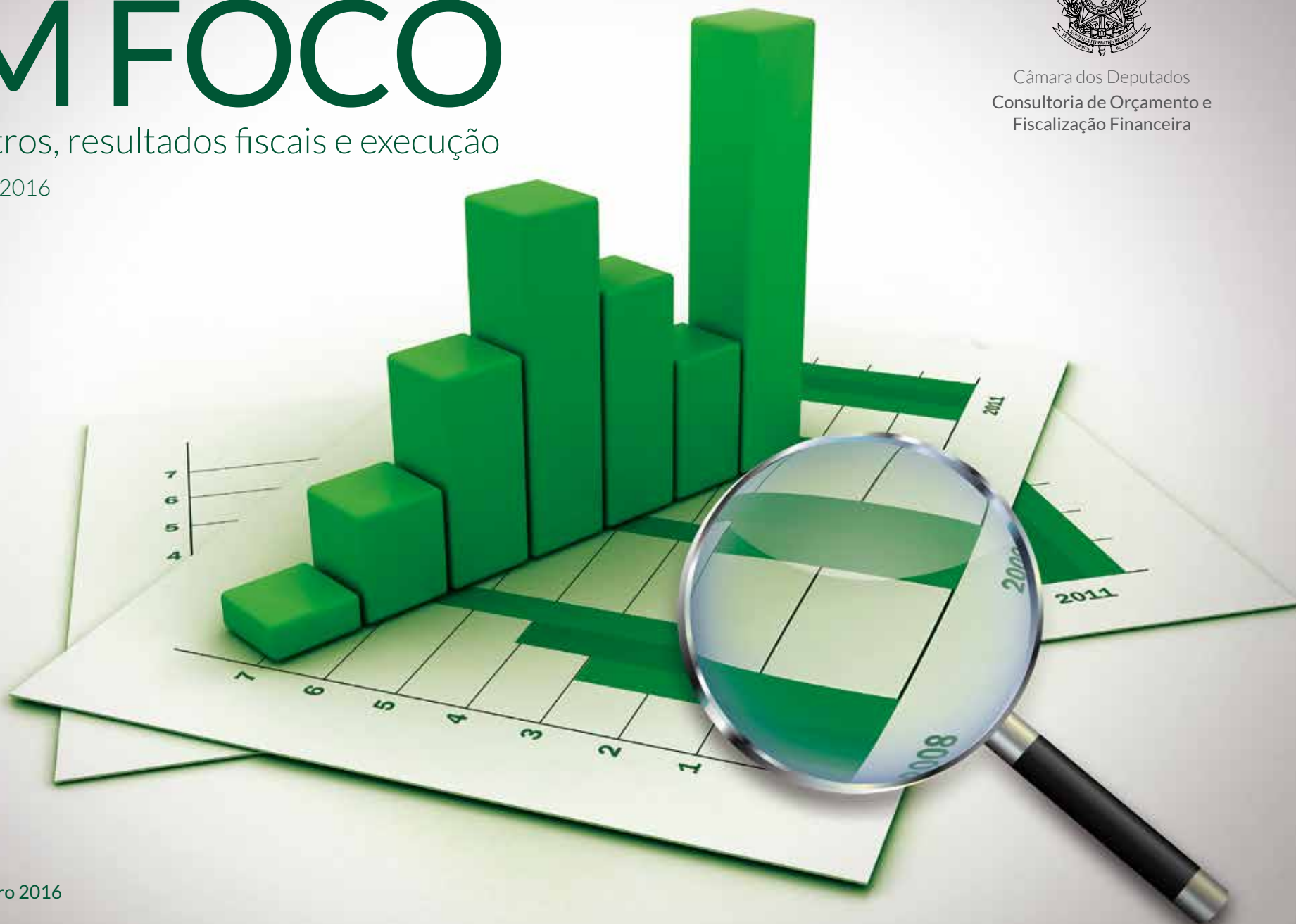
ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 3 | n. 1 | 2016



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



Brasília/Outubro 2016

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura – 2015-2019

2ª Sessão Legislativa

PRESIDENTE

Rodrigo Maia

1º VICE-PRESIDENTE

Waldir Maranhão

2º VICE-PRESIDENTE

Giacobo

1º SECRETÁRIO

Beto Mansur

2º SECRETÁRIO

Felipe Bornier

3ª SECRETÁRIA

Mara Gabrilli

4º SECRETÁRIO

Alex Canziani

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º SUPLENTE

Mandetta

2º SUPLENTE

Gilberto Nascimento

3ª SUPLENTE

Luiza Erundina

4º SUPLENTE

Ricardo Izar

DIRETOR-GERAL

Lucio Henrique Xavier Lopes

SECRETÁRIO-GERAL DA MESA

Wagner Soares Padilha

ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

Ano 3 | n. 1 | 2016



Câmara dos Deputados
Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira



Brasília/Outubro 2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: André Freire da Silva

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Diretor: Ricardo Alberto Volpe

REVISTA ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Órgão responsável:

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da

Câmara dos Deputados – Conof

Anexo II, Pavimento Superior, Ala B, Sala 116

Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

COLABORADORES:

Artenor Luiz Bosio

Arthur Falcão Freire Kronenberger

Elisangela Moreira da Silva Batista

Eugênio Greggianin

Fernando José de Medeiros

Gabriel Mendonça Tufenkjian

Hélio Martins Tollini

Márcia Rodrigues de Moura

Maria Emília Miranda Pureza

Romiro Ribeiro

Thiago Colucci Alves

Thiago Mota Avelar Almeida

Túlio Cambraia

Projeto gráfico de capa e miolo

Diego Moscardini

Diagramação

Alessandra Castro König

Revisão

Sandra Serra, Francisco Diniz e Danielle Ribeiro

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809

editora@camara.leg.br

Orçamento da União em foco : parâmetros, resultados fiscais e execução /
Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.
– Ano 1, n. 1 (nov. 2014) – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara,
2014-.
v.

Anual
ISSN 2358-9833

1. Orçamento público, periódico, Brasil. 2. Fiscalização orçamentária, periódico, Brasil. I. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

CDU 336.12(05)

ORÇAMENTO DA UNIÃO EM FOCO

Parâmetros, resultados fiscais e execução

» *Período 2000 a 2016*

Lista de siglas

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Bacen	Banco Central do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
Cide-Combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
Conof	Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
DF	Distrito Federal
EC	Emenda Constitucional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GND	Grupo de natureza de despesa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre a Prosperidade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MF	Ministério da Fazenda
NFPS	Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família

PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
Prodasen	Secretaria de Tecnologia da Informação (Senado Federal)
RAP	Restos a pagar
RCB	Receita corrente bruta
RCL	Receita corrente líquida
RGPS	Regimento Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia
RP	Indicador de resultado primário
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Selor-CN	Sistema de Elaboração Orçamentária do Congresso Nacional
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siop	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPE	Secretaria de Política Econômica
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UF	Unidade da Federação
UO	Unidade orçamentária

Sumário

Apresentação	13
1 Parâmetros macroeconômicos	15
Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2015)	16
Tabela 1 – PIB real e nominal (2001-2015)	16
Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2015)	17
Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2015)	18
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2000-2015)	19
Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2000-2015)	20
Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2015: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus)	21
2 Resultado fiscal do governo central (2000-2015)	23
Gráfico 7 – Receita primária x despesa primária e resultado primário (2000-2015)	24
Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2001-2015)	25
Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal) (2002-2015)	26
Gráfico 10 – Resultado primário acumulado do governo central (2015)	27
Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em % do PIB) (2002-2015)	28
Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2015)	29
Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2015)	30
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2015)	30
Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2015)	31
Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2015)	32
Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2015)	33

3	Carga tributária bruta (2005-2014)	35
	Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2005-2014).....	36
	Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2005-2014).....	37
4	Receita (2004-2015)	39
	Gráfico 18 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2015).....	40
	Gráfico 19 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2015)	41
	Gráfico 20 – Receitas correntes: comparação PLOA, LOA e arrecadação (subdividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2015)	42
	Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2014-2015).....	43
	Tabela 5 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2015)	44
	Gráfico 21 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2015).....	45
	Tabela 6 – Receita corrente líquida x bruta em percentual do PIB corrente (2000-2015)	46
5	Execução orçamentária anual por esfera (2001-2016)	47
	Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2016).....	48
	Gráfico 22 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento fiscal.....	49
	Gráfico 23 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento da Seguridade Social	50
	Gráfico 24 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento de investimento	51
	Gráfico 25 – Autógrafo da LOA 2016 – Despesas primárias e financeiras	52
	Gráfico 26 – Autógrafo da LOA 2016 – Despesas discricionárias	52
	Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2014-2015)	53
6	Classificação da despesa orçamentária por natureza (2000-2015).....	55
	Gráfico 27 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2015).....	56

Gráfico 28 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2015).....	57
Gráfico 29 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2015)	58
Gráfico 30 – Execução das despesas financeiras e primárias (2015).....	59
Gráfico 31 – Execução das despesas discricionárias (2015).....	60
Gráfico 32 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2015)...	61
Gráfico 33 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2015)	62
Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2012-2016)	63
Gráfico 34 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2015)	64
Gráfico 35 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2015).....	65
Gráfico 36 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2015)	66
Gráfico 37 – Execução acumulada de investimentos, exceto PAC (2015)	67
Gráfico 38 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2015).....	68
Gráfico 39 – Execução acumulada de inversões financeiras, exceto PAC (2015).....	69
Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por GND (2013-2015)	70
Gráfico 40 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2015)	71
7 Transferências constitucionais e legais (2001-2015).....	73
Gráfico 41 – Transferências constitucionais e legais (2001-2015).....	74
Gráfico 42 – Principais transferências constitucionais (2001-2015).....	75
Gráfico 43 – Demais transferências legais (2001-2015).....	76
Gráfico 44 – Evolução do FPM x FPE (2001-2015).....	77
8 Previdência e Assistência Social (2000-2015).....	79
Gráfico 45 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2015).....	80
Gráfico 46 – Execução do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (2004-2015).....	81

	Gráfico 47 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2015)	82
	Gráfico 48 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e <i>deficit</i> (2003-2015).....	83
9	Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (2007-2015)	85
	Gráfico 49 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2015)	86
	Tabela 11 – Nível de execução do PAC por GND (2014-2015)	87
	Tabela 12 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2014-2015).....	88
10	Execução orçamentária	91
	Tabela 13 – Execução por função (2003-2015)	92
	Tabela 14 – Execução por subfunção (2003-2015).....	94
	Tabela 15 – Execução por órgão (2003-2015)	101
	Tabela 16 – Execução por órgão (2014-2015)	106
	Tabela 17 – Execução por função (2014-2015)	109
	Tabela 18 – Execução por subfunção (2014-2015).....	111
11	Créditos adicionais (2000-2015).....	115
	Gráfico 50 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2015)	116
	Gráfico 51 – Créditos extraordinários (2001-2015)	117
	Gráfico 52 – Créditos adicionais (2015)	118
	Tabela 19 – Créditos adicionais (2015)	118
12	Limites de empenho e movimentação financeira (contingenciamento) (2007-2015) ...	119
	Gráfico 53 – Participação por órgão no contingenciamento (2015)	120
	Gráfico 54 – Contingenciamento: autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2015).....	121
	Gráfico 55 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2015)	122
	Gráfico 56 – Total de emendas por órgão (2015).....	123

13	Execução de emendas (2010-2015)	125
	Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2010-2015)	126
	Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2010-2015).....	127
	Tabela 22 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2015).....	128
	Tabela 23 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2010-2015)	130
14	Restos a pagar (2011-2015)	131
	Tabela 24 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2015)	132
	Tabela 25 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2015)	132
	Tabela 26 – Restos a pagar por modalidade de aplicação (2014)	133
	Tabela 27 – Restos a pagar por Poder/órgão (2015)	134
	Tabela 28 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2011-2015)	135
	Tabela 29 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2011-2015).....	135
	Tabela 30 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas por órgão (2015)	136

Apresentação

Este boletim, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Conof), elenca as principais séries históricas e outras informações relacionadas à gestão do orçamento da União no período de 2000 a 2016. O objetivo é disponibilizar aos parlamentares e à sociedade, de forma simples e sintética, os principais parâmetros, resultados fiscais, receitas e despesas previstas e realizadas na lei orçamentária anual (LOA) dos últimos anos.

A publicação contribui com o esforço da Câmara dos Deputados para oferecer à sociedade total transparência na alocação, execução e fiscalização dos recursos públicos. Ela inova ao reunir informações dispersas em diversos documentos e oferecer ao leitor a possibilidade de avaliar o processo orçamentário sob diversas óticas.

Agradeço aos servidores da Conof que participaram diretamente da elaboração deste boletim, assim como aos parceiros dos diversos órgãos da Casa que contribuíram para a execução deste trabalho.

Ricardo Alberto Volpe

*Diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização
Financeira da Câmara dos Deputados (Conof)*

Os parâmetros macroeconômicos utilizados no projeto de lei orçamentária (PLOA) são estimativas elaboradas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda para uma série de indicadores, tais como o PIB real e nominal, as taxas de inflação (IPCA, INPC, IGP-DI), de juros (Selic e TJLP) e de câmbio, o valor da massa salarial, do salário mínimo e das importações, o nível da produção industrial, o preço de combustíveis, entre outros.

Tais parâmetros são relevantes, pois afetam diretamente o processo de elaboração do orçamento, tanto na estimativa das receitas quanto na fixação de alguns gastos. Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária no Congresso Nacional, esses parâmetros podem ser revistos. Cenários demasiadamente otimistas ou pessimistas podem levar ao irrealismo da peça orçamentária, razão pela qual sempre é um desafio técnico-político acomodar as legítimas demandas da sociedade por bens e serviços dentro da capacidade fiscal do Estado.

Neste capítulo estão destacados os principais parâmetros e metas fiscais projetados para fins de elaboração das leis orçamentárias anuais do período de 2000 a 2015, cotejando-os com os resultados efetivamente alcançados ao longo do período considerado.

1 Parâmetros MACROECONÔMICOS

Gráfico 1 – PIB projetado no PLOA x PIB efetivo (2000-2015)

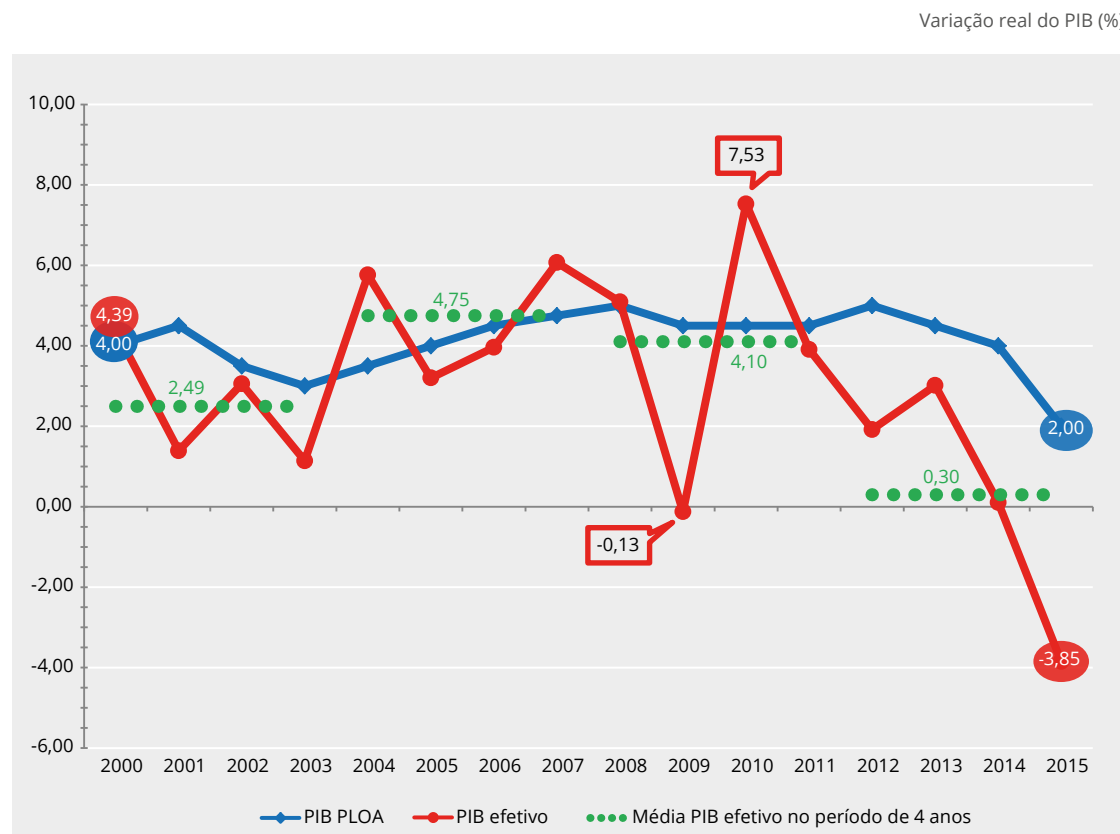


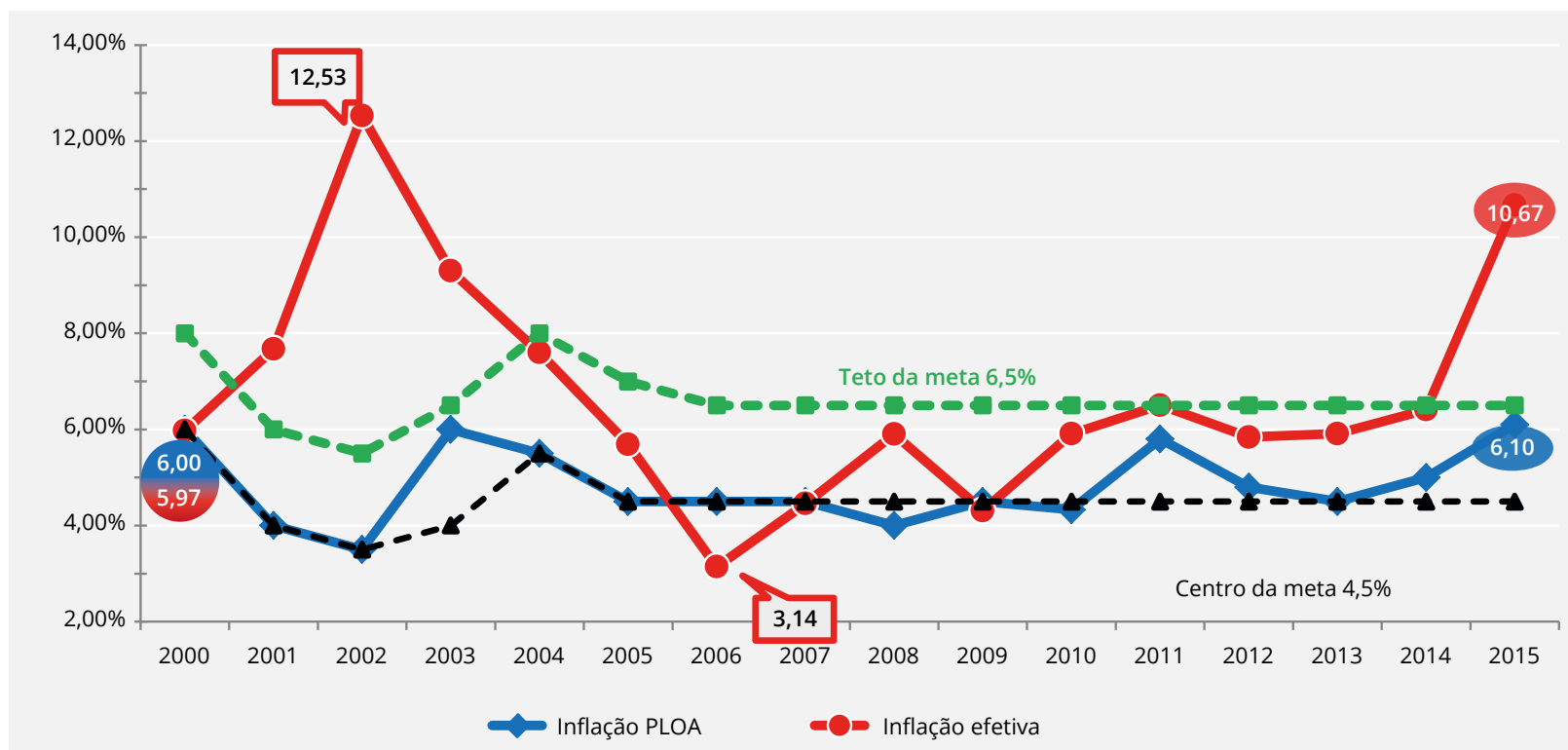
Tabela 1 – PIB real e nominal (2001-2015)

Valores em bilhões de reais.

Ano	Valores correntes	Variação %
2001	1.315,8	1,39%
2002	1.488,8	3,05%
2003	1.718,0	1,14%
2004	1.957,8	5,76%
2005	2.170,6	3,20%
2006	2.409,4	3,96%
2007	2.720,3	6,07%
2008	3.109,8	5,09%
2009	3.333,0	-0,13%
2010	3.885,8	7,53%
2011	4.373,7	3,91%
2012	4.805,9	1,92%
2013	5.316,5	3,01%
2014	5.687,3	0,10%
2015	5.904,3	-3,85%

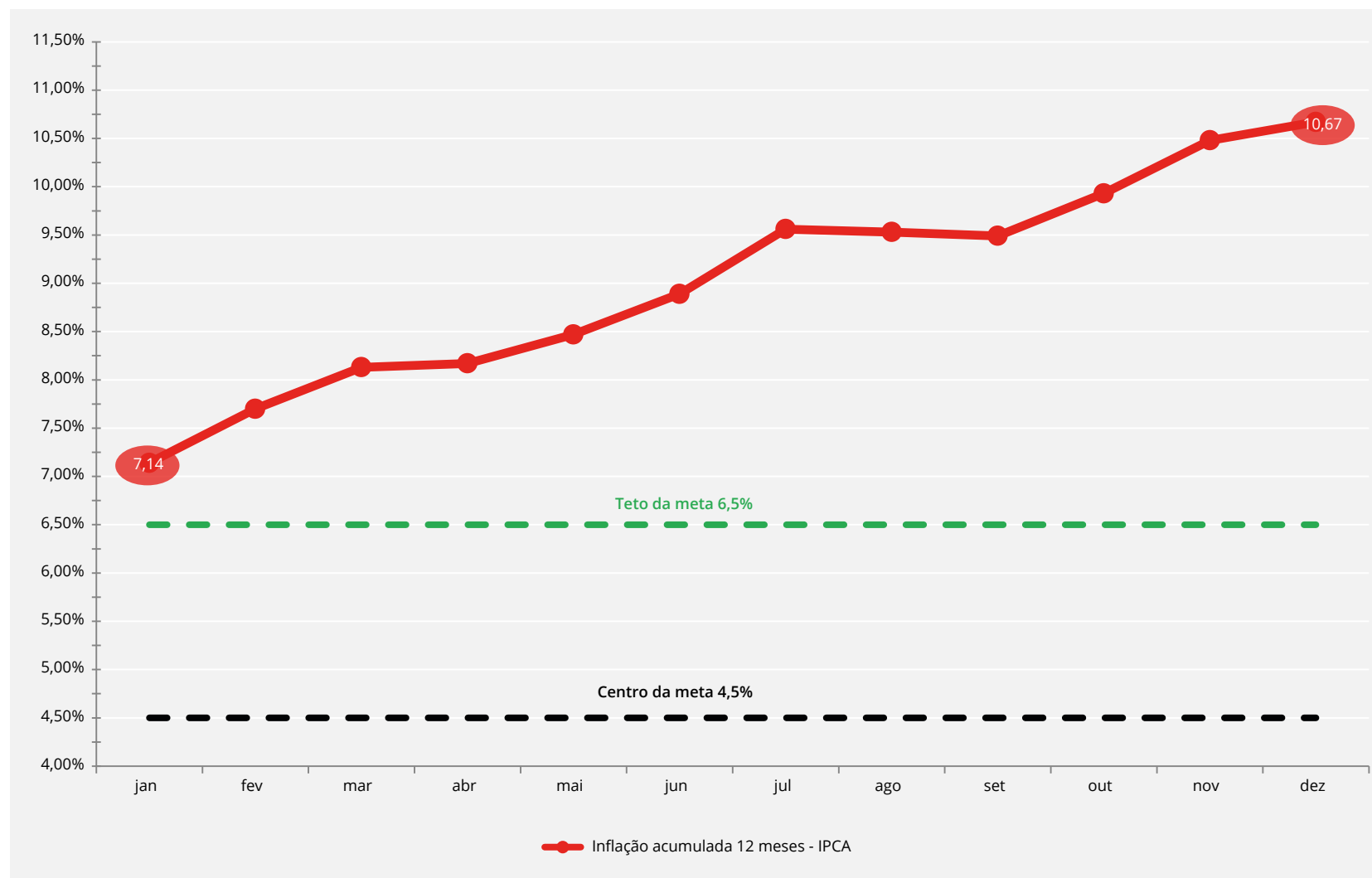
Fonte: IBGE.

Gráfico 2 – Inflação PLOA x inflação observada (2000-2015)



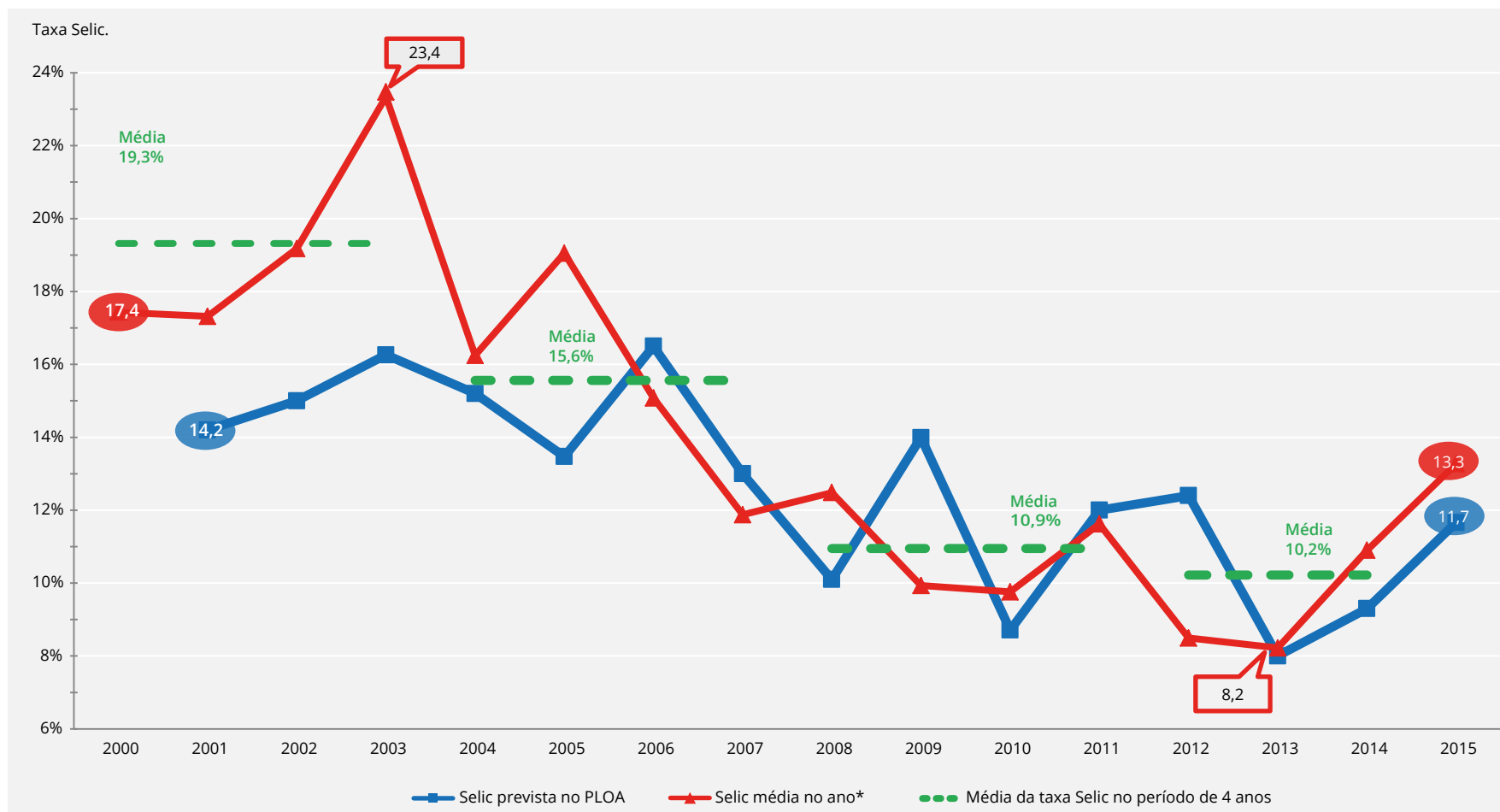
Fonte: IBGE (IPCA)/PLOA.

Gráfico 3 – Inflação acumulada nos últimos 12 meses (2015)



Fonte: IBGE.

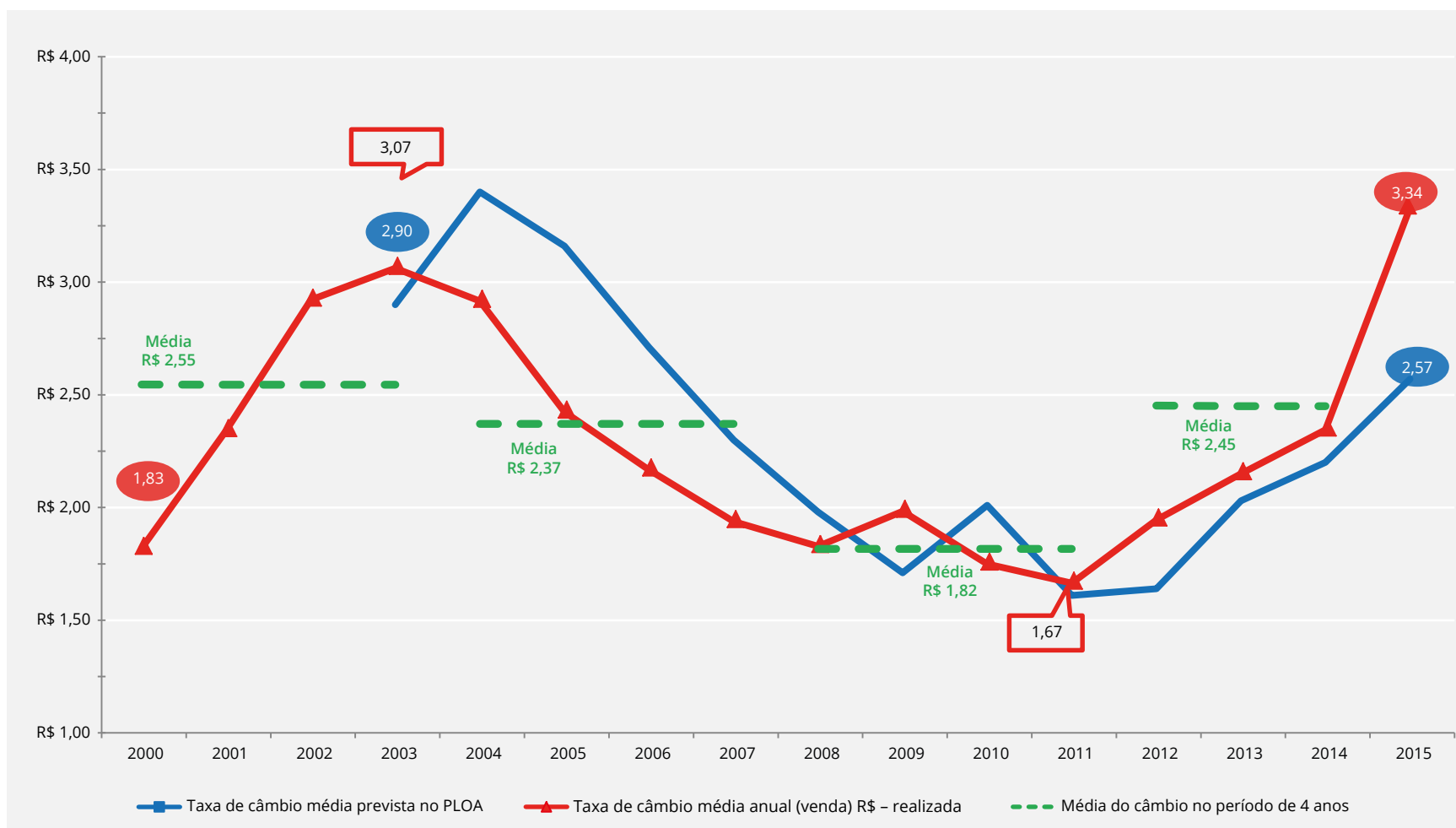
Gráfico 4 – Taxa Selic (média % ao ano) (2000-2015)



Fonte: PLOA/Bacen.

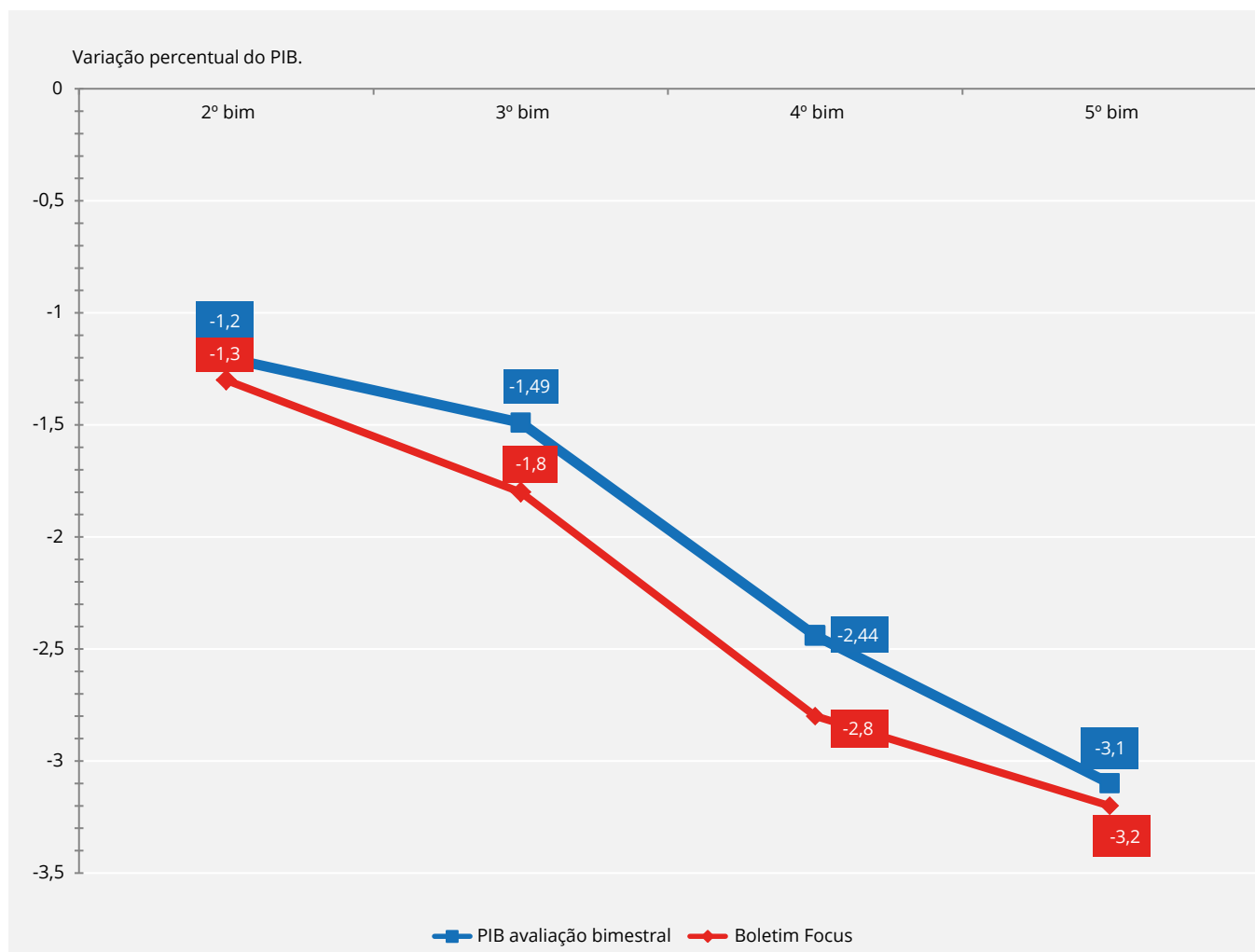
*Taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados na Selic para títulos federais.

Gráfico 5 – Taxa de câmbio média (2000-2015)



Fonte: PLOA/Bacen.

Gráfico 6 – Estimativas para o PIB de 2015: avaliações bimestrais (SPE/MF) x relatórios de mercado (Focus)

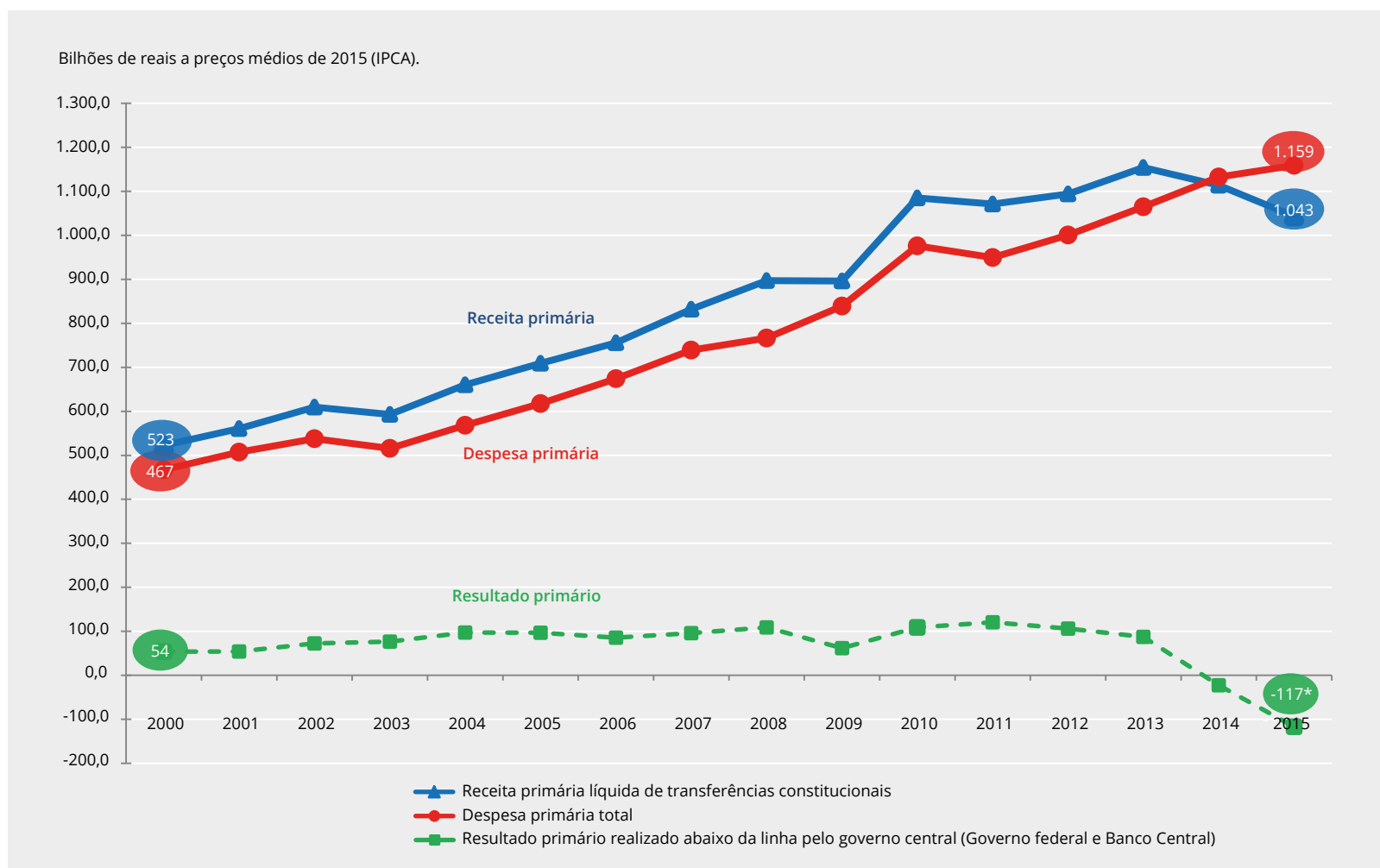


Fonte: SOF/Bacen.

O estabelecimento de metas para o resultado primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual e tem por objetivo estabilizar ou reduzir a trajetória da dívida. Os **gráficos 7 e 8** mostram que, no período, a taxa de crescimento das receitas primárias, tanto em valores reais quanto em percentual do PIB, foi bastante semelhante à de crescimento das despesas primárias até o ano de 2008. Em 2009, ápice da crise econômica mundial, houve forte redução da receita sem a respectiva redução da despesa. Em 2010, o crescimento atípico da receita deve-se à operação de cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras. A partir de 2011, evidencia-se um processo de redução do dinamismo das receitas, ao passo que as despesas continuaram ou até aceleraram seu ritmo de crescimento. Observa-se que o quadro fiscal se agrava rapidamente a partir de 2014, diante da combinação de forte queda na arrecadação e da persistência do nível das despesas, particularmente das obrigatórias, o que culminou com a obtenção de *deficits* primários nos dois últimos anos da série.

Resultado fiscal do GOVERNO CENTRAL (2000-2015)

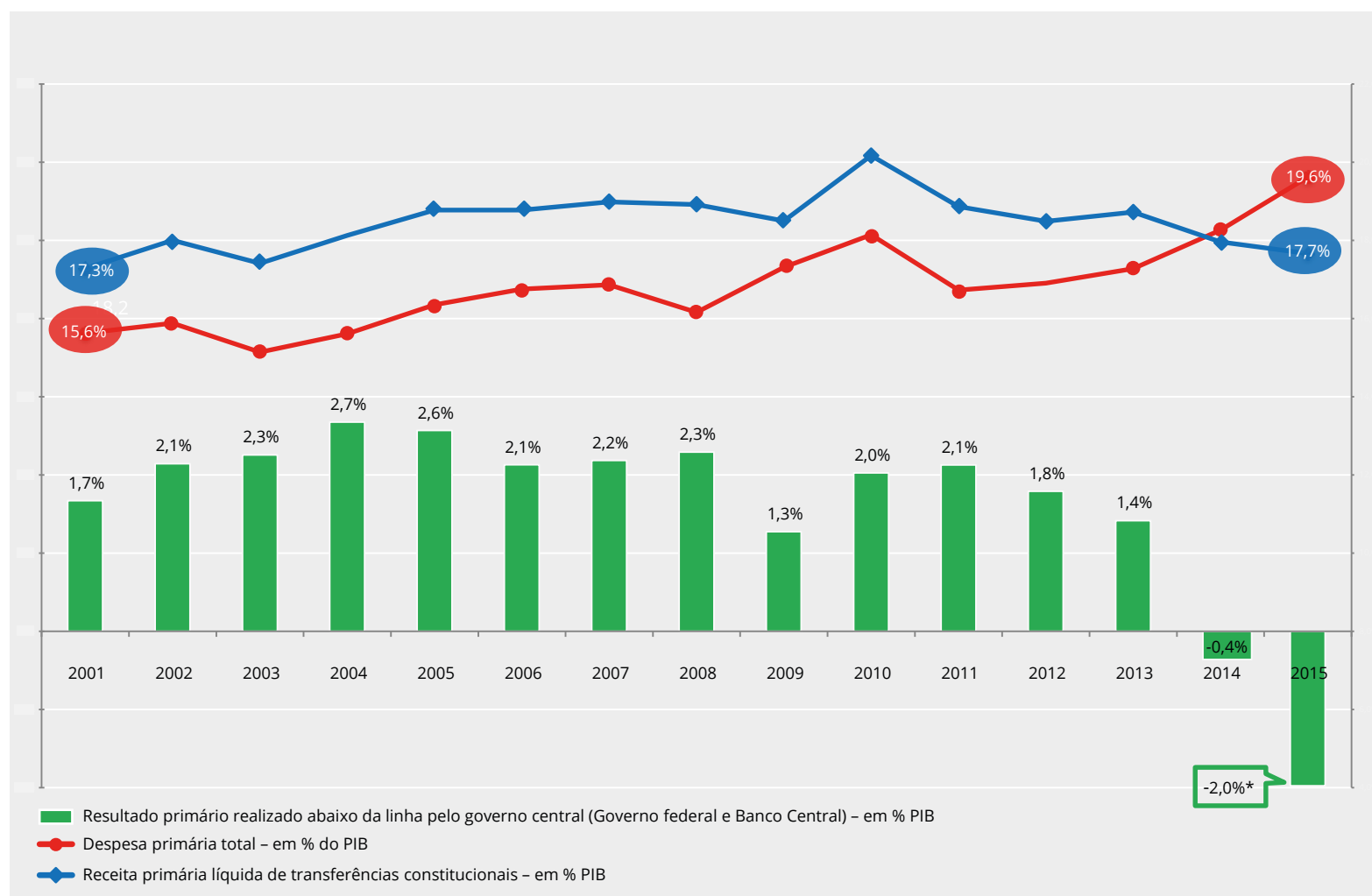
Gráfico 7 – Receita primária x despesa primária e resultado primário (2000-2015)



Fonte: STN.

*Diferenças decorrem de distintas metodologias para apuração do resultado primário pelo critério acima da linha (STN) e abaixo da linha (Banco Central).

Gráfico 8 – Receita e despesa primárias realizadas x resultado primário (em % do PIB) (2001-2015)

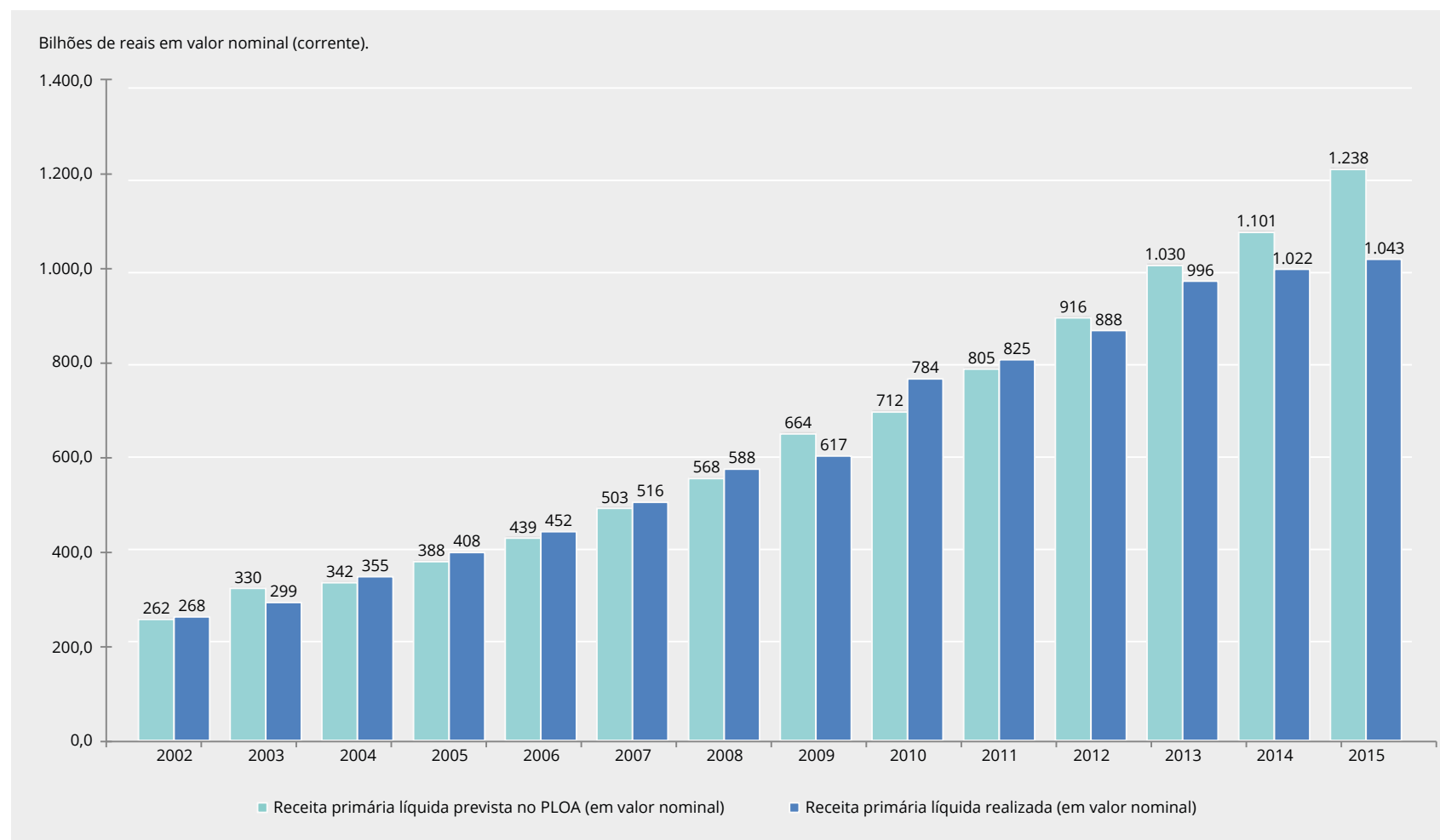


Fonte: STN.

*Eventuais diferenças decorrem de distintas metodologias para apuração do resultado primário pelo critério acima da linha (STN) e abaixo da linha (Banco Central).

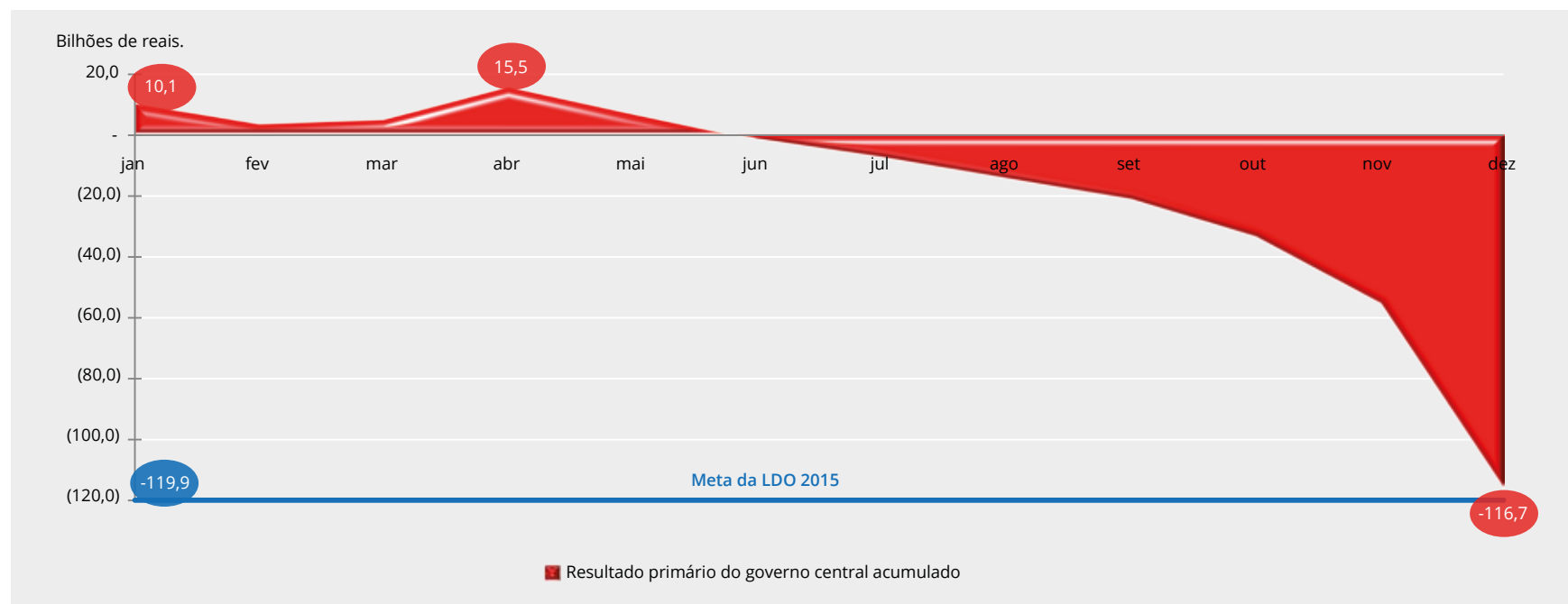
PIB nominal utilizado conforme nova metodologia do IBGE.

Gráfico 9 – Receita primária líquida prevista e realizada (em valor nominal) (2002-2015)



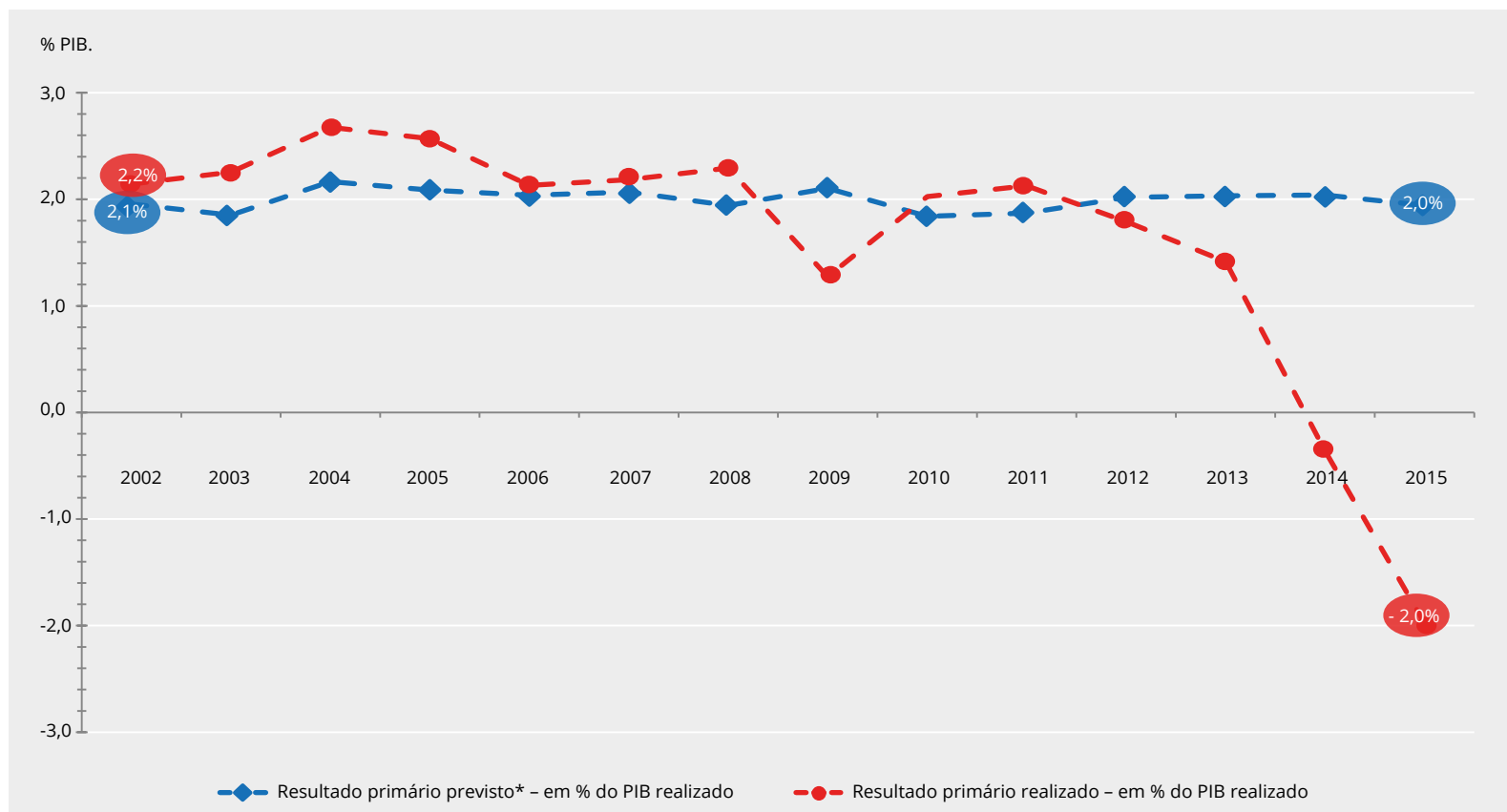
Fonte: STN.

Gráfico 10 – Resultado primário acumulado do governo central (2015)



Fonte: Bacen.

Gráfico 11 – Resultado primário do governo central (em % do PIB) (2002-2015)



Fonte: PLOA/SOF/Bacen.

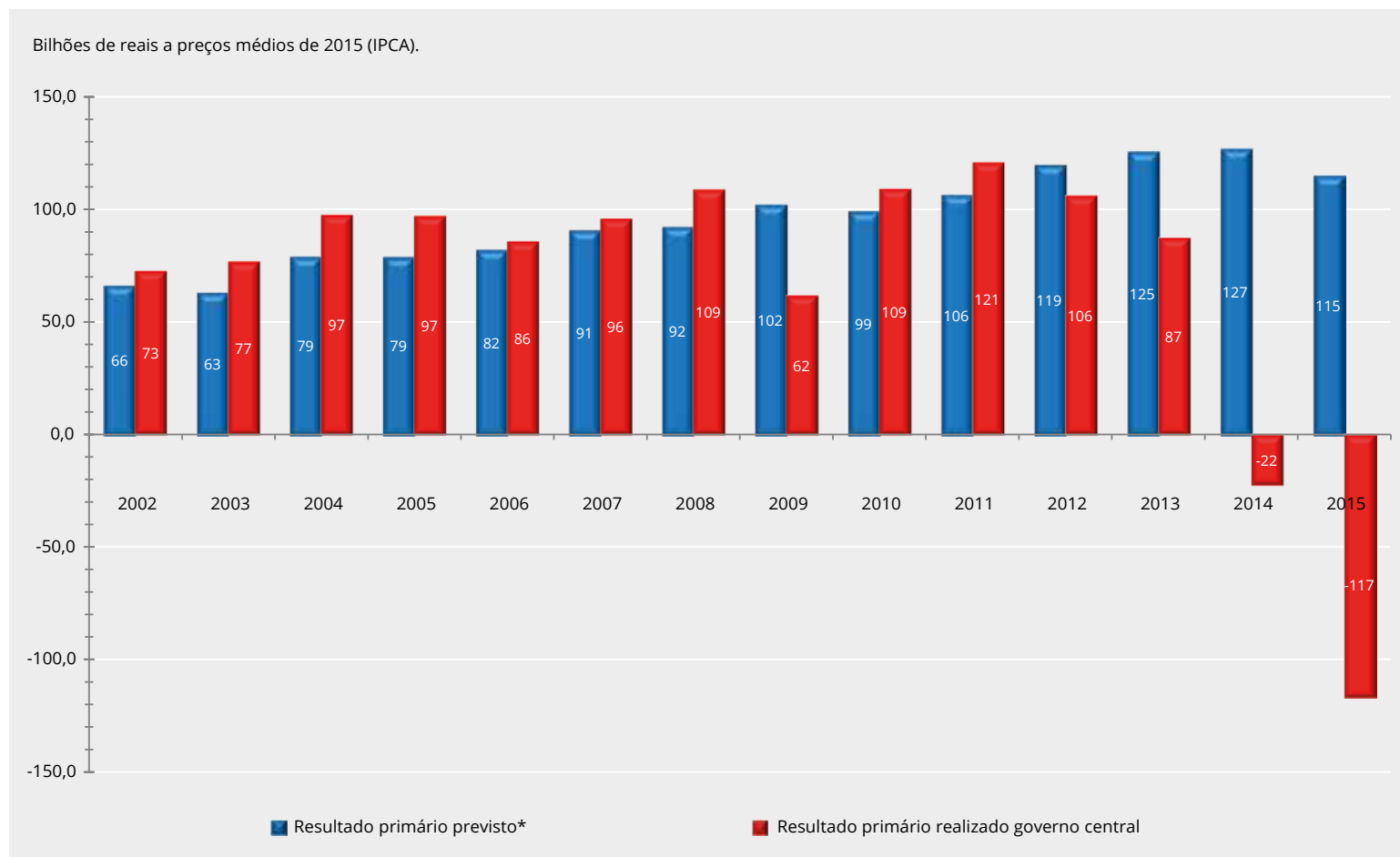
*Meta cheia inicial da LDO, sem alterações posteriores.

De 2002 a 2006, o resultado primário obtido foi superior ao estabelecido nas Leis de Diretrizes Orçamentárias. A partir de 2005, as LDOs passaram a autorizar abatimento das despesas primárias e dos investimentos realizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de 2009, com exceção de 2011, as metas previstas só foram cumpridas com o abatimento do PAC (no caso de 2014, também com abati-

mento de desonerações), resultando em *superávits* primários inferiores àqueles previstos nas LDOs (metas cheias), em 2012 e 2013, e em *deficits* primários em 2014 e 2015.

Os Gráficos 11 e 12 mostram as trajetórias das metas previstas nas LDOs, os investimentos do PAC passíveis de dedução da meta e os resultados efetivamente alcançados

Gráfico 12 – Resultado primário do governo central (em bilhões de reais) (2002-2015)



Fonte: PLOA/SOF/Bacen.

*Meta cheia inicial da LDO, sem alterações posteriores.

Tabela 2 – Resultado primário anual do governo central (2002-2015)

Valores em bilhões de reais.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado primário realizado abaixo da linha pelo governo central (Governo federal e Banco Central) em valores correntes	31,9	38,7	52,4	55,7	51,4	59,4	71,3	42,4	78,7	93,0	86,1	75,3	-20,5	-116,7
Resultado primário realizado (% PIB)	2,14%	2,26%	2,68%	2,57%	2,13%	2,19%	2,29%	1,27%	2,03%	2,13%	1,79%	1,42%	-0,36%	-1,98%

Fonte: Bacen.

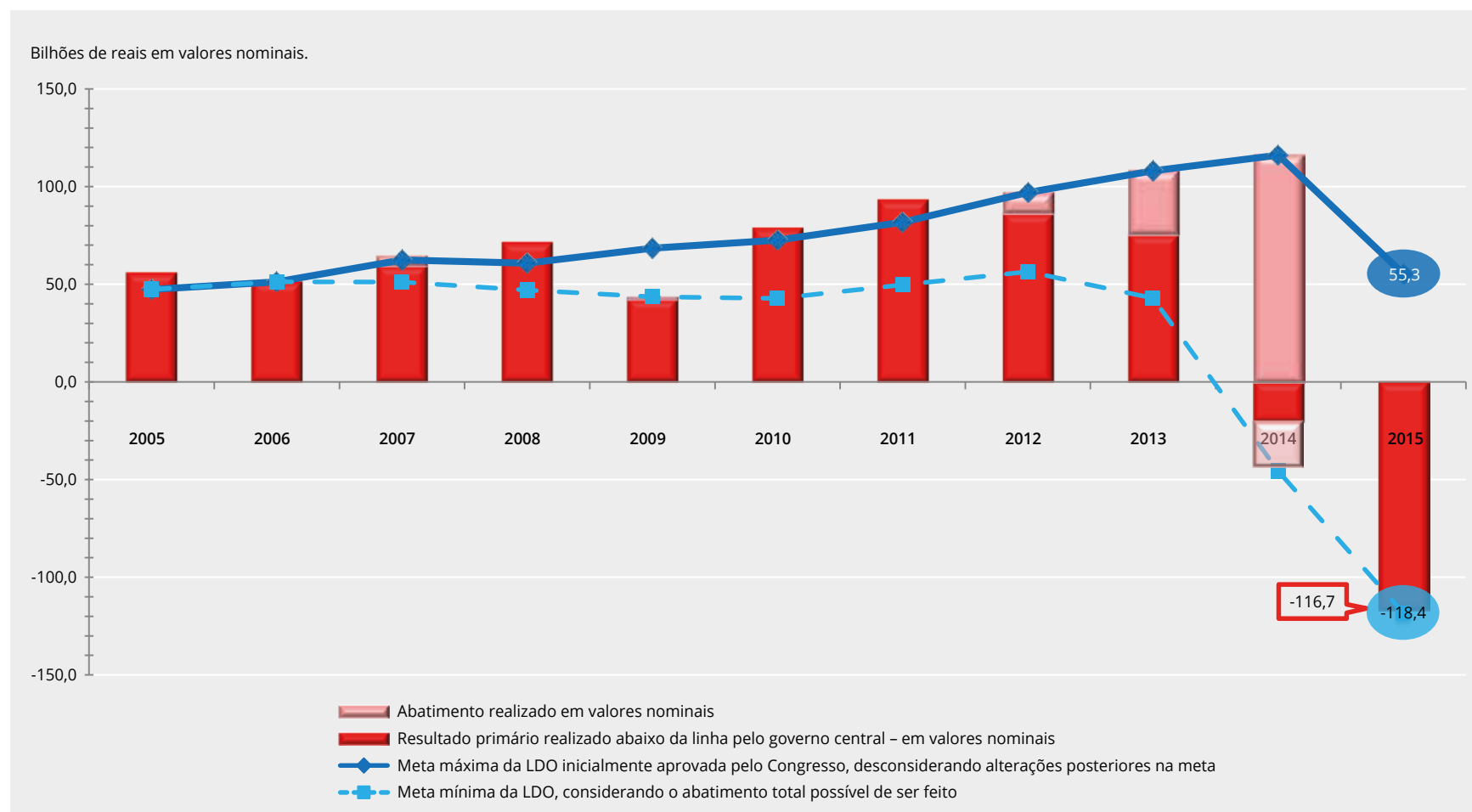
Tabela 3 – Resultado primário mensal acumulado do governo central (2015)

Valores em milhões de reais.

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Resultado primário do governo central acumulado	10,1	3,4	4,9	15,5	6,7	-1,9	-8,0	-14,9	-21,7	-34,0	-55,7	-116,7

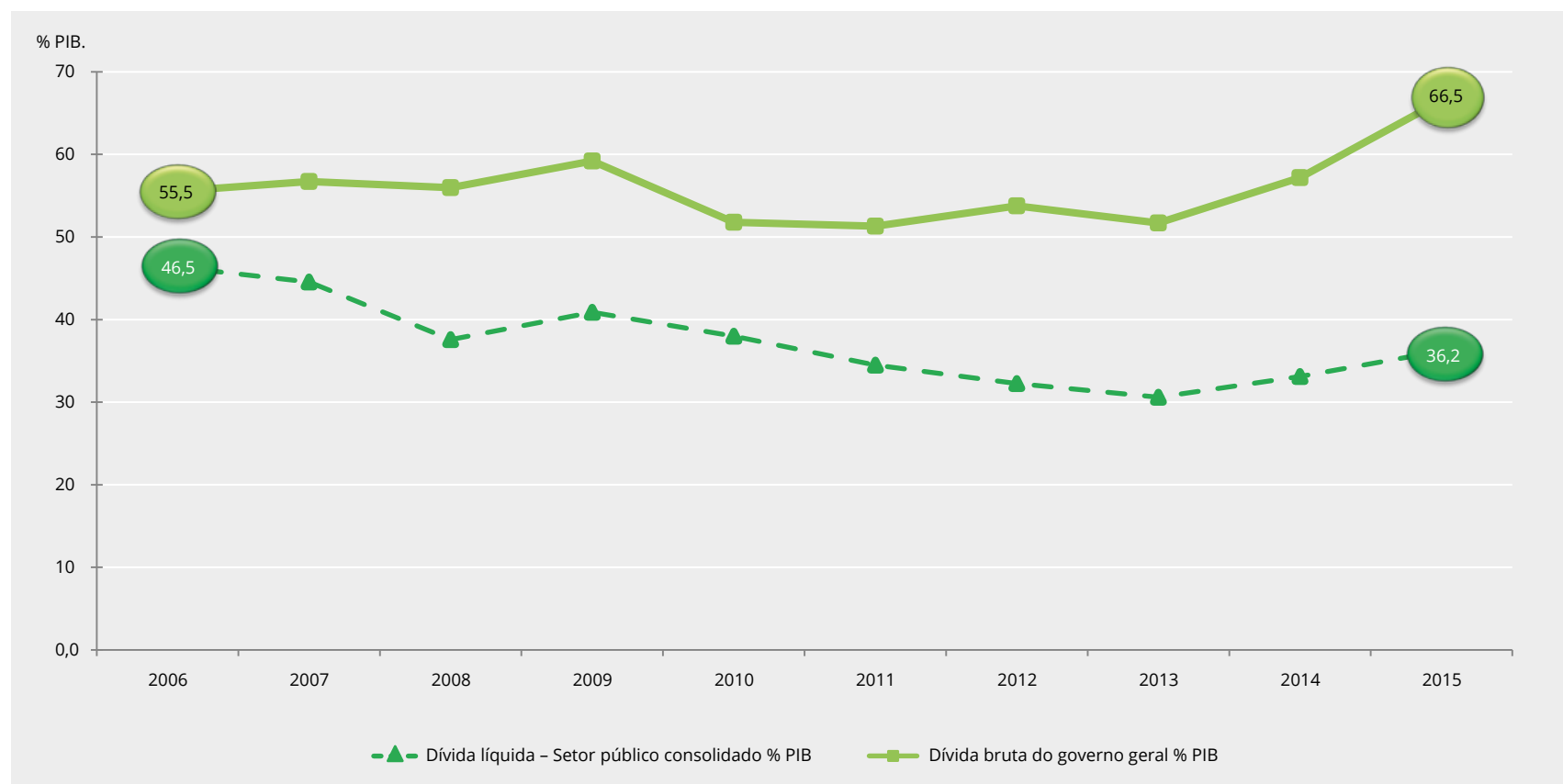
Fonte: Bacen.

Gráfico 13 – Resultado primário (meta cheia LDO) x resultado primário efetivo (2005-2015)



Fonte: STN/Bacen.

Gráfico 14 – Dívida bruta do governo geral x dívida líquida do setor público consolidado (2006-2015)

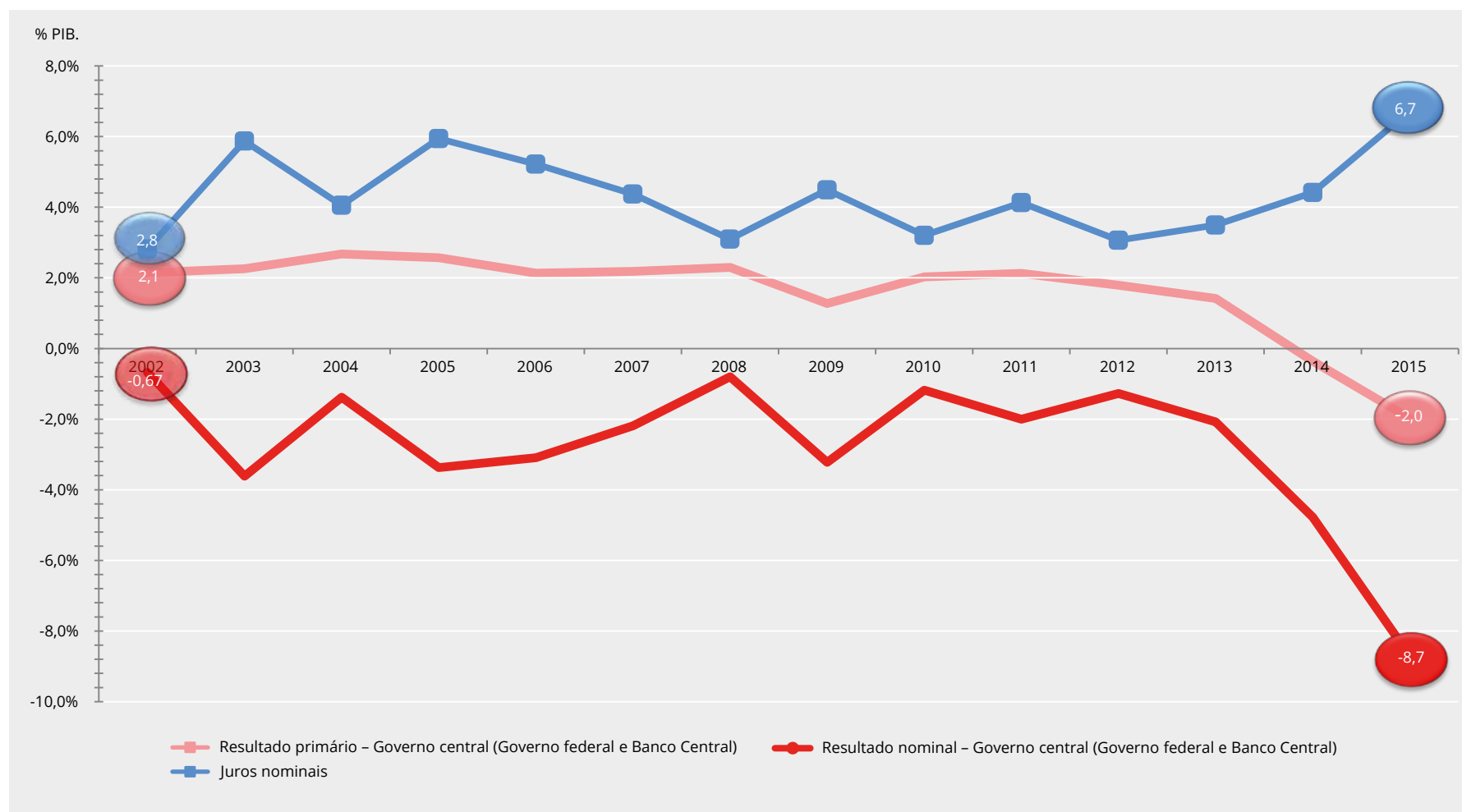


Fonte: Bacen.

Dívida Bruta do governo geral abrange o total das dívidas de responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS) junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.

Setor público consolidado abrange administrações diretas e indiretas nas esferas federal, estaduais e municipais, o sistema público de previdência social e as empresas estatais não financeiras federais, estaduais e municipais, além da empresa Itaipu Binacional.

Gráfico 15 – Resultados primário e nominal e juros nominais (2002-2015)



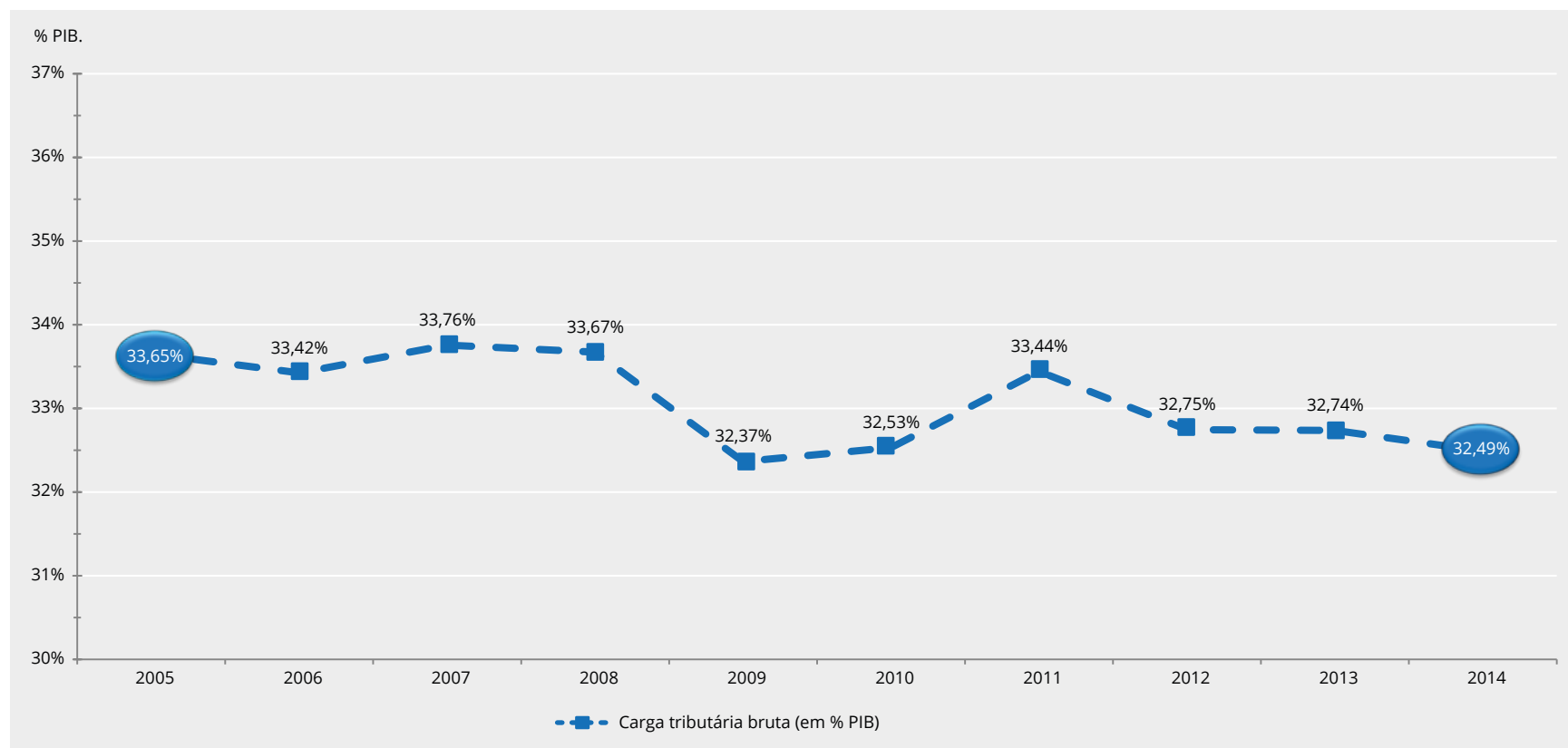
Fonte: Bacen/IBGE.

A carga tributária corresponde à relação entre o montante de impostos, taxas e contribuições arrecadados pelas três esferas de governo e o PIB do país.

O **gráfico 16** mostra a evolução desse indicador entre 2005 e 2014, cumprindo alertar que tais percentuais foram calculados com base nos valores do PIB revisados pelo IBGE em 2015, que incorporam alteração metodológica recomendada pela ONU. Observam-se variações importantes em 2009 e 2010 que indicam os efeitos financeiros da crise econômica e a recuperação em 2011, em que prevaleceu o bom desempenho dos tributos federais. Contudo, esse quadro favorável não se sustentou nos anos seguintes. De acordo com os dados oficiais mais recentes, a carga tributária de 2014, de 32,49% em relação ao PIB, indica uma queda de pouco mais de um ponto percentual frente aos números prevalentes no período pré-crise.

3 Carga tributária BRUTA (2005-2014)

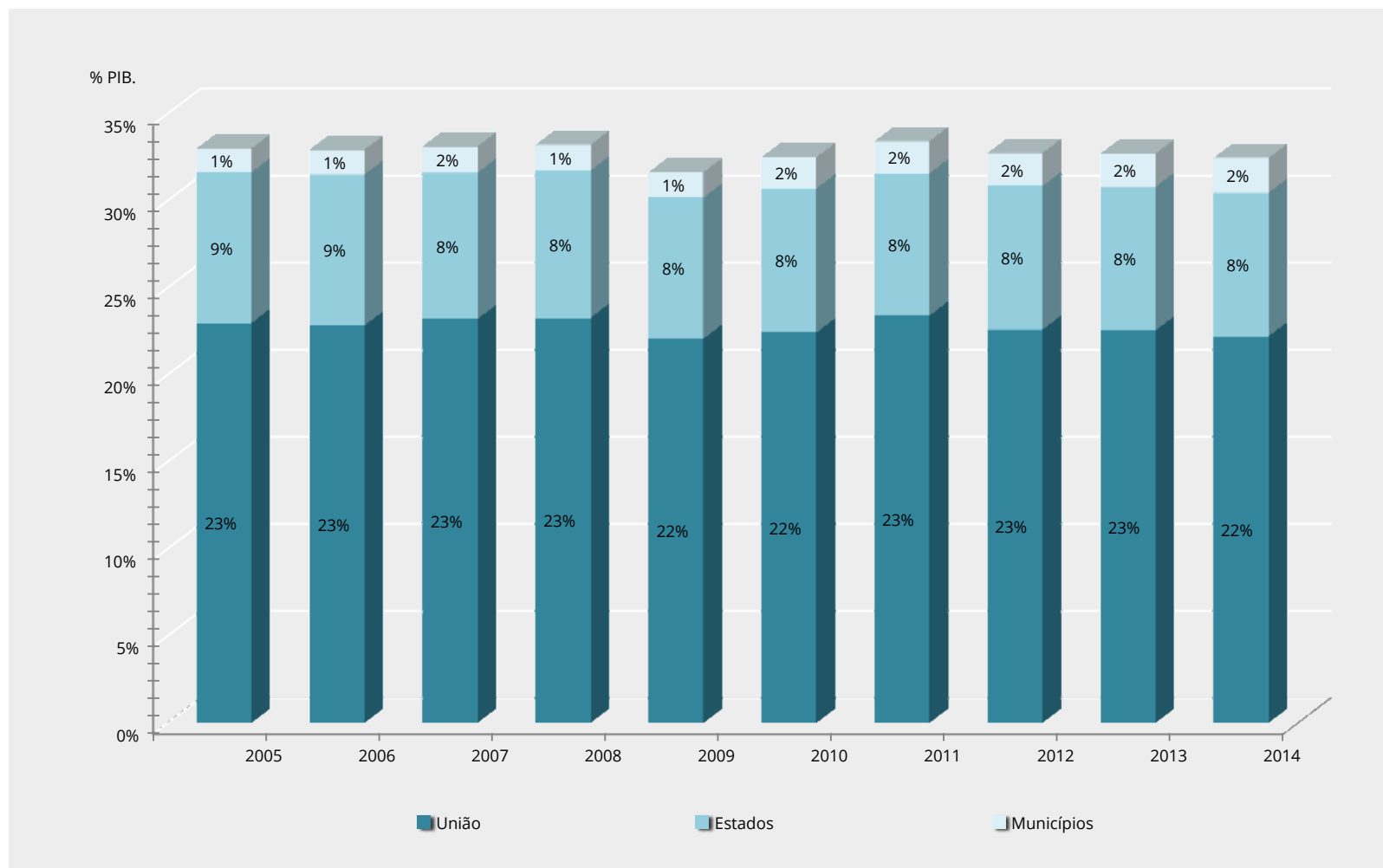
Gráfico 16 – Carga tributária bruta (2005-2014)



Fonte: Receita Federal (valor da arrecadação nacional).

Valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

Gráfico 17 – Arrecadação tributária por esfera de governo (2005-2014)



Fonte: Receita Federal (valor da arrecadação nacional).

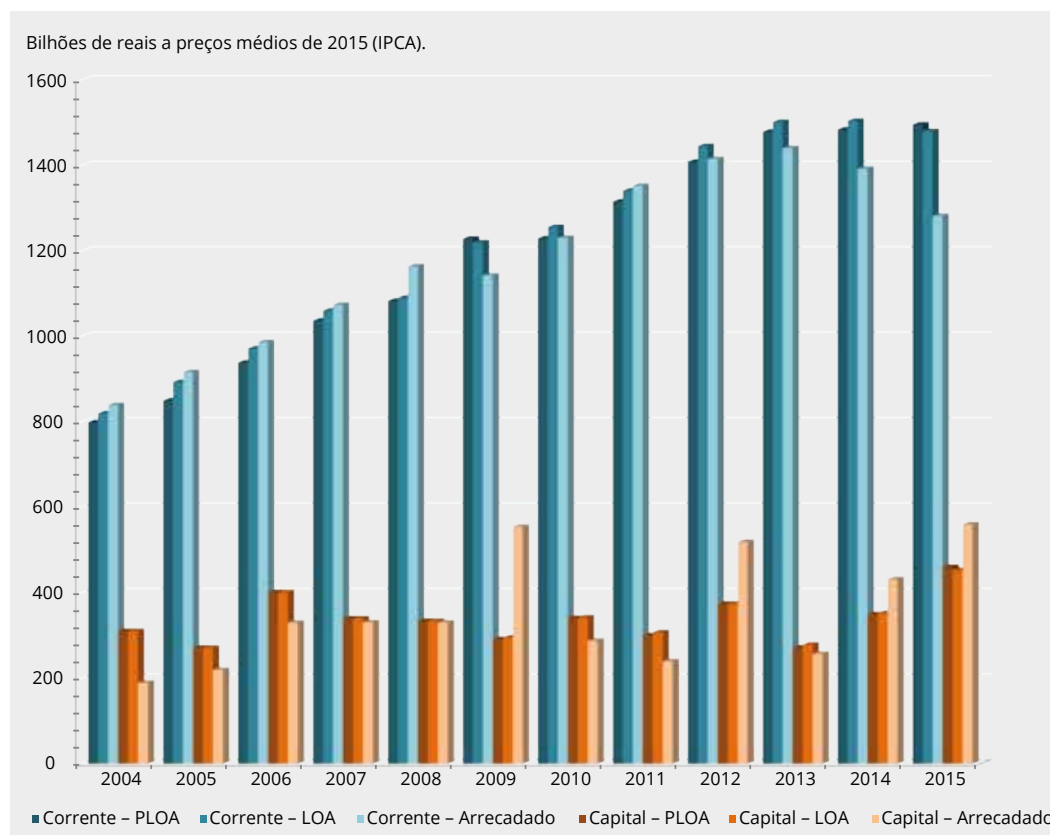
Valor nominal do PIB considera nova metodologia adotada pelo IBGE.

Receitas, pelo enfoque orçamentário, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental, podendo ser classificadas de acordo com várias perspectivas, das quais as mais importantes são: categoria econômica (corrente e capital) e origem (originária, derivada, transferências e outras).

No caso das receitas correntes, tal classificação serve para identificar se elas são compulsórias (tributos e contribuições), provenientes das atividades em que o Estado atua diretamente na produção (agropecuárias, industriais ou de prestação de serviços), da exploração do seu próprio patrimônio (patrimoniais), de transferências destinadas ao atendimento de despesas correntes ou, ainda, de outros ingressos. No caso das receitas de capital, distinguem-se as provenientes de operações de crédito, da alienação de bens, da amortização dos empréstimos, das transferências destinadas ao atendimento de despesas de capital ou, ainda, de outros ingressos de capital.

4 RECEITA (2004-2015)

Gráfico 18 – Receitas corrente e de capital: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2015)



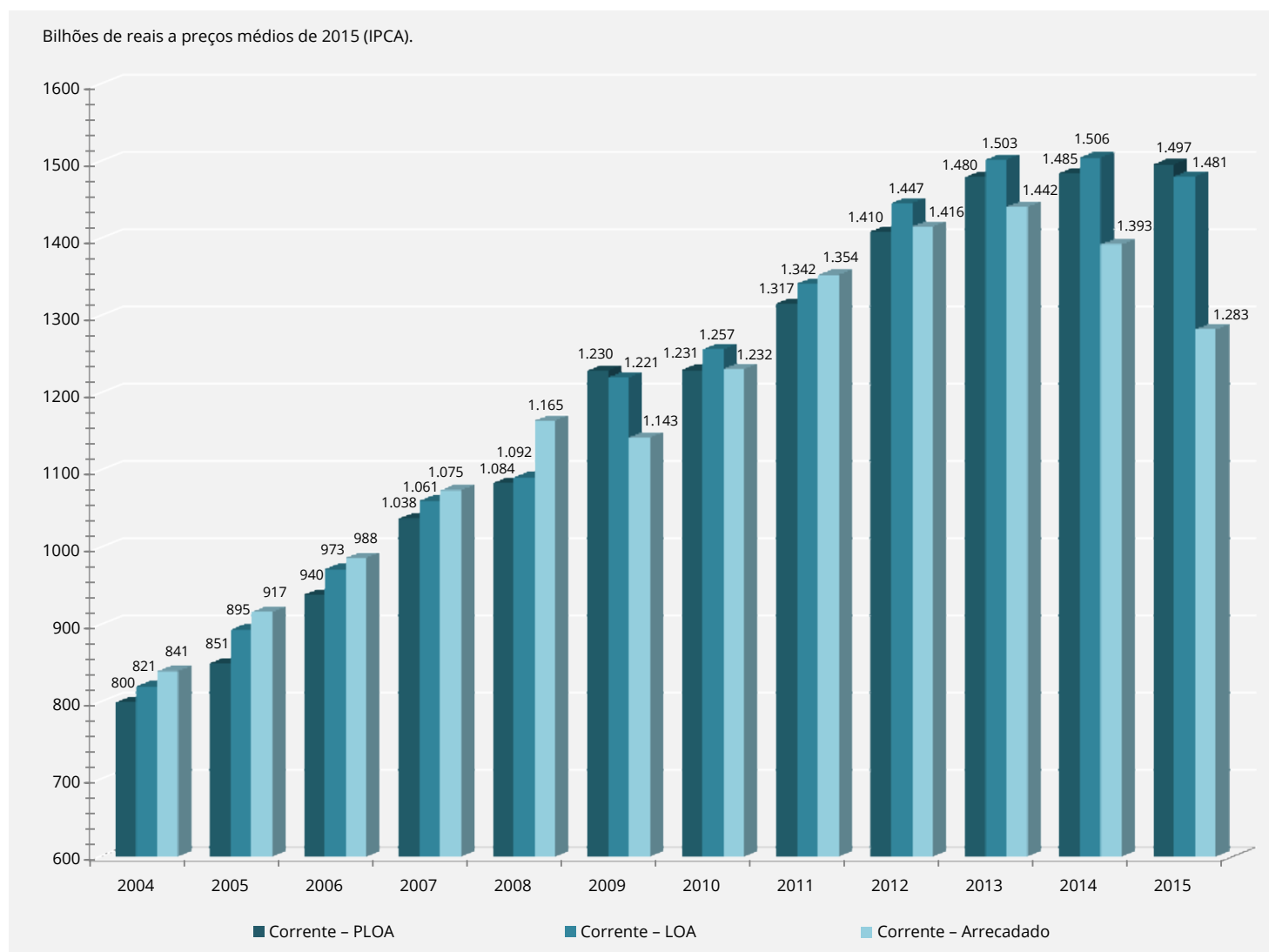
Fonte: Prodasen/Siafi.

Exclusive receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Os **gráficos 17, 18 e 19** permitem comparar os valores das receitas correntes e de capital da esfera federal previstas no projeto de lei orçamentária com as alterações efetuadas pelo Congresso Nacional na lei aprovada e com os montantes efetivamente arrecadados em cada exercício. Observa-se que, até 2008, as projeções da receita corrente pelo Poder Legislativo vinham sendo superadas pelo montante efetivamente realizado. A partir de 2009, começam a evidenciar-se frustrações nos

níveis da receita realizada (exceto em 2011). A forte queda real observada na arrecadação da receita corrente, em 2015, da ordem de 7,9% em relação aos números de 2014 e de 11% em relação a 2013 reflete um quadro recessivo sem precedentes, que contaminou as principais bases de incidência de tributos federais relativas ao faturamento e ao lucro do setor produtivo, bem como à folha de salários devida por empregados e empregadores.

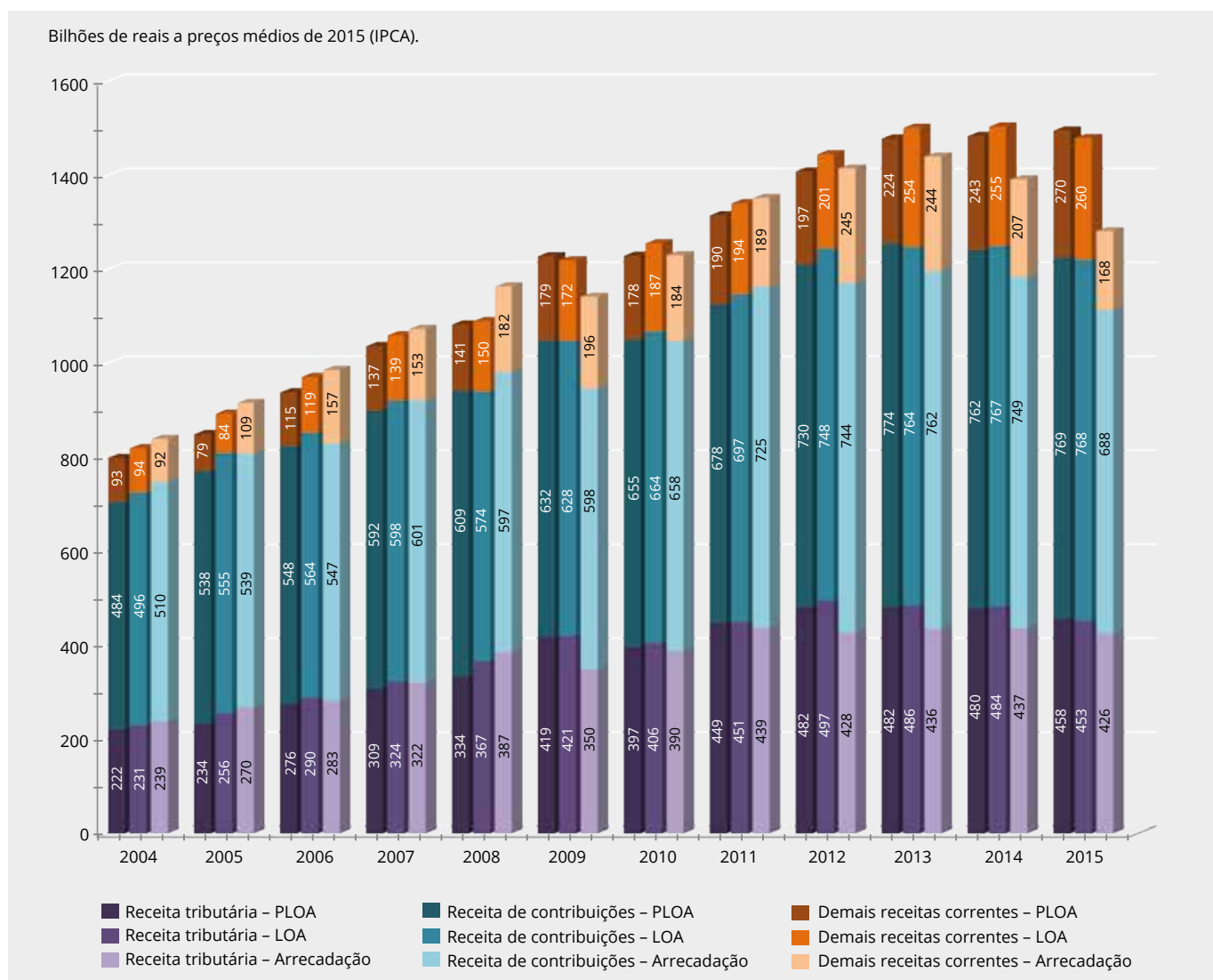
Gráfico 19 – Receitas correntes: PLOA x LOA x arrecadação (2004-2015)



Fonte: Siafi/Prodasen.

Excluídas receitas intraorçamentárias e refinanciamento da dívida.

Gráfico 20 – Receitas correntes: comparação PLOA, LOA e arrecadação (subdividida em tributária, contribuições e demais receitas correntes) (2004-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Excluídas receitas intraorçamentárias e de capital.

Tabela 4 – Receita orçamentária arrecadada x prevista (2014-2015)

Valores em bilhões de reais.

Categoria econômica	Origem	2014			2015			Variação % 2015 (E) / 2014 (B)
		LOA (A)	Arrecadação acumulada (B)	Diferença (B) – (A)	LOA (D)	Arrecadação acumulada (E)	Diferença (E) – (D)	
Receitas correntes	Receitas de contribuições	703.128,9	670.990,4	(32.138,5)	768.206,9	688.386,6	(79.820,3)	2,59%
	Receita tributária	443.898,1	400.546,6	(43.351,5)	453.352,3	426.280,0	(27.072,3)	6,42%
	Receita patrimonial	100.143,7	82.394,8	(17.748,9)	104.833,3	66.159,1	(38.674,1)	-19,70%
	Outras receitas correntes	76.979,1	46.344,4	(30.634,7)	99.655,7	49.067,5	(50.588,2)	5,88%
	Receita de serviços	54.645,1	41.620,7	(13.024,5)	53.403,1	45.009,8	(8.393,3)	8,14%
	Receita industrial	949,4	582,1	(367,3)	812,7	1.346,1	533,4	131,27%
	Transferências correntes	1.231,7	774,3	(457,4)	963,1	1.115,8	152,8	44,11%
	Receita agropecuária	28,0	26,9	(1,1)	30,3	28,5	(1,8)	5,86%
	Receitas correntes a classificar	–	–	–	–	10.345,8	10.345,8	–
Subtotal		1.381.004,1	1.243.280,1	(137.723,9)	1.481.257,3	1.287.739,2	(193.518,1)	3,58%
Receitas de capital	Operações de crédito	851.116,6	827.910,7	(23.205,9)	1.178.777,7	1.023.287,4	(155.490,2)	23,60%
	Outras receitas de capital	85.475,0	86.141,9	666,9	130.959,2	252.226,7	121.267,5	192,80%
	Amortização de empréstimos	36.375,9	32.607,5	(3.768,4)	42.332,3	55.102,9	12.770,5	68,99%
	Alienação de bens	5.483,8	1.104,6	(4.379,2)	6.316,5	1.502,7	(4.813,8)	36,04%
	Transferências de capital	101,1	149,4	48,3	179,6	95,6	(84,0)	-36,01%
	Subtotal	978.552,3	947.914,1	(30.638,3)	1.358.565,2	1.332.215,3	(26.349,9)	40,54%
Total		2.359.556,4	2.191.194,2	(168.362,2)	2.839.822,5	2.619.954,5	(219.868,0)	19,57%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Exclusive receitas intraorçamentárias.

Tabela 5 – Arrecadação mensal por categoria econômica e origem (2015)

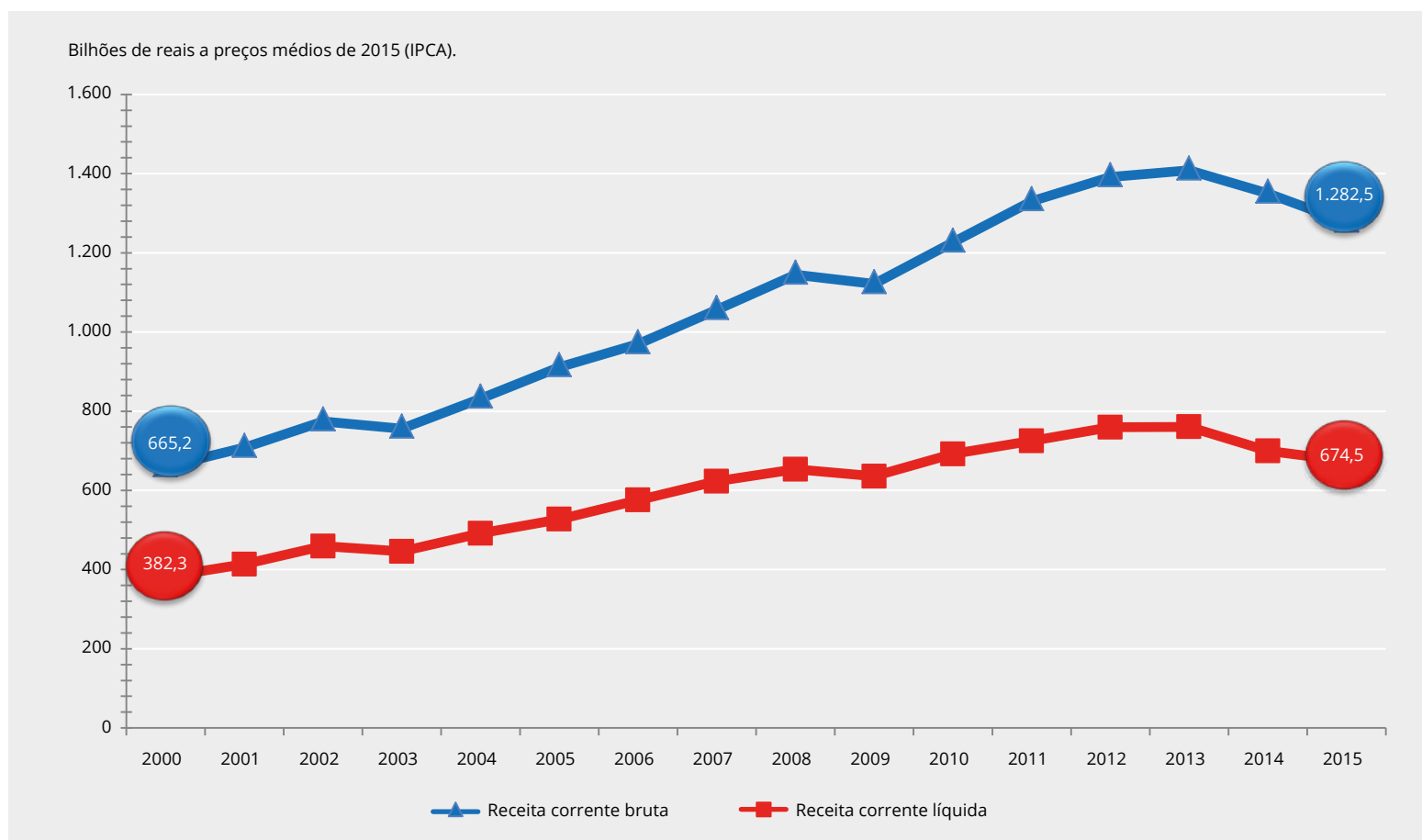
Valores em milhões de reais.

Categoria econômica	Origem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Receitas correntes	Contribuições	65.773,2	54.225,6	54.104,3	57.823,1	53.653,0	53.569,9	57.796,6	53.918,5	54.990,4	57.442,3	55.804,2	69.285,7	688.386,6
	Receita tributária	49.959,2	30.279,9	37.196,5	42.813,3	32.826,1	33.972,6	33.613,7	28.343,6	31.656,9	36.509,3	29.427,9	39.680,9	426.280,0
	Receita patrimonial	7.021,8	2.781,3	4.401,3	6.774,7	6.400,8	3.593,0	7.374,5	4.411,8	3.276,6	6.280,9	3.408,1	10.434,3	66.159,1
	Receita de serviços	6.845,7	2.200,5	3.811,2	3.832,7	2.088,2	2.845,9	7.611,8	2.916,1	3.418,9	2.779,7	2.481,0	4.178,2	45.009,8
	Demais receitas correntes	3.107,1	2.468,9	3.988,1	4.280,6	8.040,9	5.764,6	6.866,9	8.623,5	5.486,2	4.738,9	4.729,1	3.808,8	61.903,7
	Subtotal	132.707,0	91.956,2	103.501,4	115.524,5	103.008,9	99.746,0	113.263,5	98.213,4	98.829,0	107.751,1	95.850,3	127.388,0	1.287.739,2
Receitas de capital	Operações de crédito	48.989,8	78.533,7	164.602,6	101.349,9	95.066,3	65.030,5	68.856,5	88.176,9	124.146,0	34.124,9	57.398,4	97.012,0	1.023.287,4
	Amorização de empréstimos	3.117,0	3.216,1	3.604,6	2.849,9	2.514,1	3.454,0	3.377,2	3.010,2	3.389,3	3.366,1	2.341,0	20.863,4	55.102,9
	Alienação de bens	7,7	19,7	216,3	32,0	92,0	50,2	36,2	50,3	39,4	35,6	26,4	896,8	1.502,7
	Demais receitas de capital	3.762,2	4.663,4	98.950,1	6.694,3	6.058,3	6.430,1	6.413,0	6.986,9	89.585,6	6.804,7	7.785,0	8.188,7	252.322,3
	Subtotal	55.876,7	86.432,8	267.373,7	110.926,1	103.730,7	74.964,8	78.682,9	98.224,3	217.160,2	44.331,3	67.550,8	126.960,9	1.332.215,3
Total		188.583,6	178.389,1	370.875,1	226.450,6	206.739,7	174.710,8	191.946,3	196.437,8	315.989,3	152.082,4	163.401,1	254.348,9	2.619.954,5

Fonte: Prodasen/Siafi.

Exclui receitas intraorçamentárias.

Gráfico 21 – Evolução da receita corrente líquida x bruta (2000-2015)



Fonte: STN.

O art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), define a Receita Corrente Líquida (RCL) como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos os valores trans-

feridos pela União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, por determinação constitucional ou legal, e as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, nos termos mencionados na alínea “a” do inciso I e no inciso II do art. 195 e no art. 239 da Constituição.

Tabela 6 – Receita corrente líquida x bruta em percentual do PIB corrente (2000-2015)

Valores em bilhões de reais.

Ano	Receita corrente bruta (RCB)	Receita corrente líquida (RCL)	Valor do PIB corrente	RCB em % do PIB	RCL em % do PIB
2000	252,5	145,1	1.199,1	21,06%	12,10%
2001	289,4	167,7	1.315,8	22,00%	12,75%
2002	343,1	201,9	1.488,8	23,04%	13,56%
2003	384,4	224,9	1.718,0	22,38%	13,09%
2004	450,6	264,4	1.957,8	23,02%	13,50%
2005	527,3	303,0	2.170,6	24,29%	13,96%
2006	584,1	344,7	2.409,4	24,24%	14,31%
2007	658,9	386,7	2.720,3	24,22%	14,21%
2008	754,7	428,6	3.109,8	24,27%	13,78%
2009	775,4	437,2	3.333,0	23,26%	13,12%
2010	890,1	499,9	3.885,8	22,91%	12,86%
2011	1.029,6	558,7	4.373,7	23,54%	12,77%
2012	1.134,7	616,9	4.805,9	23,61%	12,84%
2013	1.219,6	656,1	5.316,5	22,94%	12,34%
2014	1.243,3	641,6	5.687,3	21,86%	11,28%
2015	1.282,5	674,5	5.904,3	21,72%	11,42%

Fonte: STN/Bacen.

A Lei Orçamentária Anual estima a receita e fixa a despesa da União em cada exercício financeiro. Esse diploma legal compreende os orçamentos das esferas fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais (art. 165, § 5º, da CF).

5 Execução orçamentária anual POR ESFERA (2001-2016)

Tabela 7 – Programação orçamentária x pagamentos (2001-2016)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2014 (IPCA).

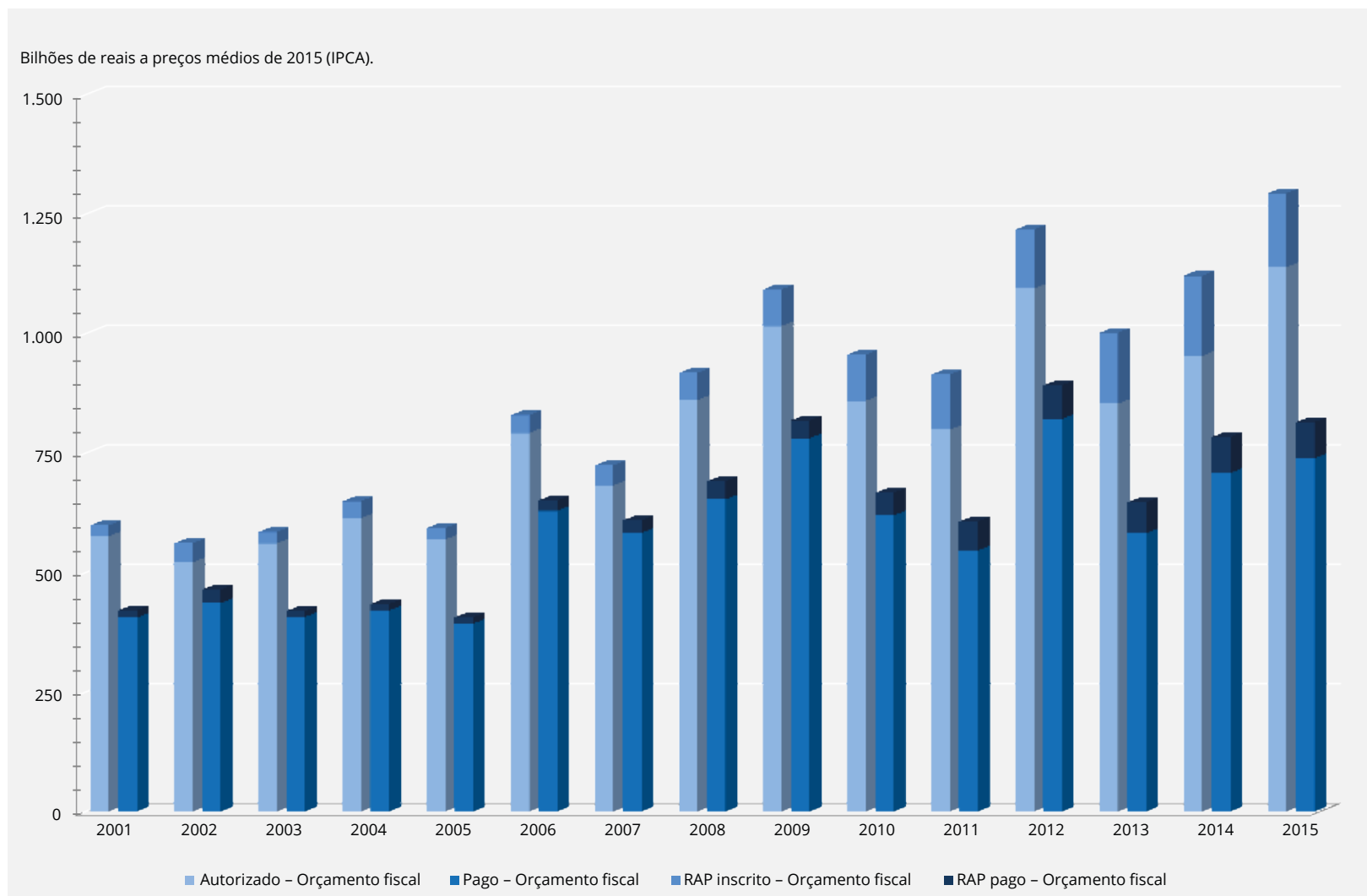
		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	LOA 2016
	LOA – Dotação autorizada**	2.449,3	1.661,9	2.231,4	2.859,0	2.905,7	2.957,5	2.280,4	2.468,9	2.598,1	2.699,0	2.748,0	2.908,6	2.873,6	2.965,1	3.040,5	3.050,6
Dotação autorizada** + RAP inscrito	Orçamento fiscal – F	600,0	562,6	586,1	650,5	594,3	830,6	725,5	919,2	1.093,9	957,3	915,7	1.219,1	1.003,3	1.122,6	1.295,1	956,2
	Orçamento da seguridade – S	387,4	416,9	428,0	464,6	490,4	546,0	502,9	598,7	681,6	713,4	742,4	799,8	835,5	866,6	863,9	865,8
	Orçamento de investimento das estatais – I	38,9	50,0	51,3	57,3	62,3	68,3	85,8	102,6	119,4	141,3	134,7	130,0	142,9	121,2	102,0	97,1
	Refinanciamento da dívida – R	1.334,3	548,0	1.069,0	1.606,5	1.627,3	1.393,7	1.004,5	708,3	599,7	815,1	880,6	676,1	834,1	815,6	747,6	885,0
	Transferências constitucionais/ Legais – T	124,0	137,6	132,7	138,9	167,0	180,3	28,4	224,9	241,0	231,1	241,9	257,4	263,0	278,1	259,8	246,6
	Orçamento líquido (F+S+I-R-T)*	1.026,3	1.029,5	1.065,4	1.172,4	1.147,1	1.444,9	1.314,3	1.620,5	1.894,9	1.812,0	1.792,9	2.148,9	1.981,7	2.110,4	2.261,0	1.919,0
Pago + RAP pago	Orçamento fiscal – F	422,0	465,7	420,7	435,3	407,6	652,2	610,3	692,2	819,5	668,1	608,1	893,0	648,1	784,8	815,9	–
	Orçamento da seguridade – S	368,4	397,3	396,9	427,9	456,8	502,8	537,4	535,7	611,3	660,2	686,4	730,0	766,8	798,2	788,4	–
	Orçamento de investimento das estatais – I	32,0	42,9	43,1	46,0	48,9	54,8	64,1	81,5	103,4	116,2	107,0	120,6	131,6	104,1	80,2	–
	Refinanciamento da dívida – R	544,5	535,5	751,1	677,4	869,6	629,3	603,9	423,5	386,1	516,8	622,1	368,1	532,2	672,5	571,9	–
	Transferências constitucionais/ Legais – T	118,9	133,4	126,2	133,1	152,6	162,3	176,9	207,8	188,5	198,0	222,2	214,7	222,5	229,7	212,9	–
		822,4	906,0	860,7	909,2	913,3	1.209,8	1.211,8	1.309,4	1.534,3	1.444,6	1.401,6	1.743,7	1.546,5	1.687,2	1.684,6	–

Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

*Soma dos orçamentos fiscal, seguridade social e investimento das estatais e exclusão do refinanciamento da dívida e das transferências constitucionais e legais.

**Valores constantes do autógrafo da LOA quando de sua aprovação pelo Congresso Nacional mais os créditos abertos ao longo do exercício.

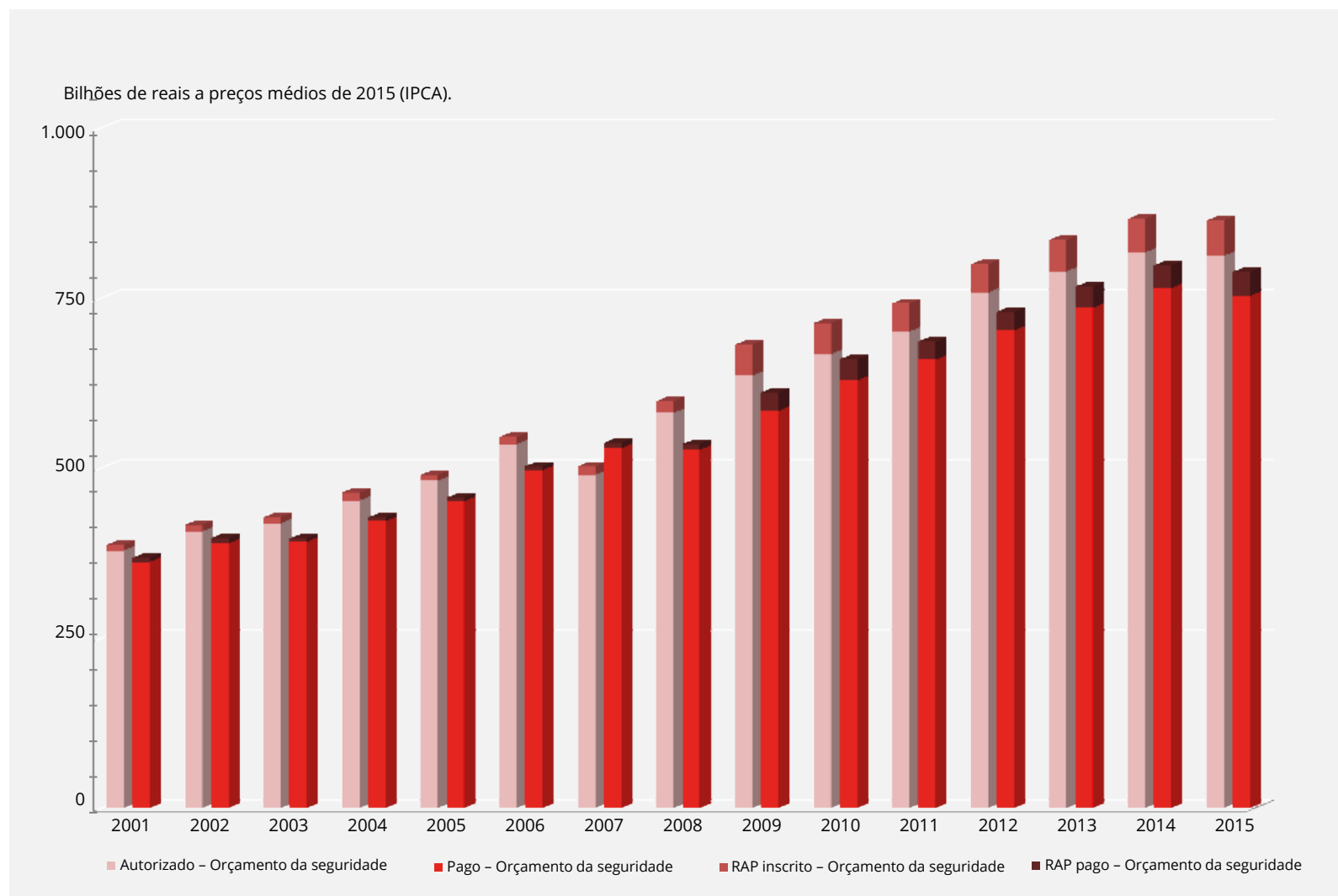
Gráfico 22 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento fiscal



Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

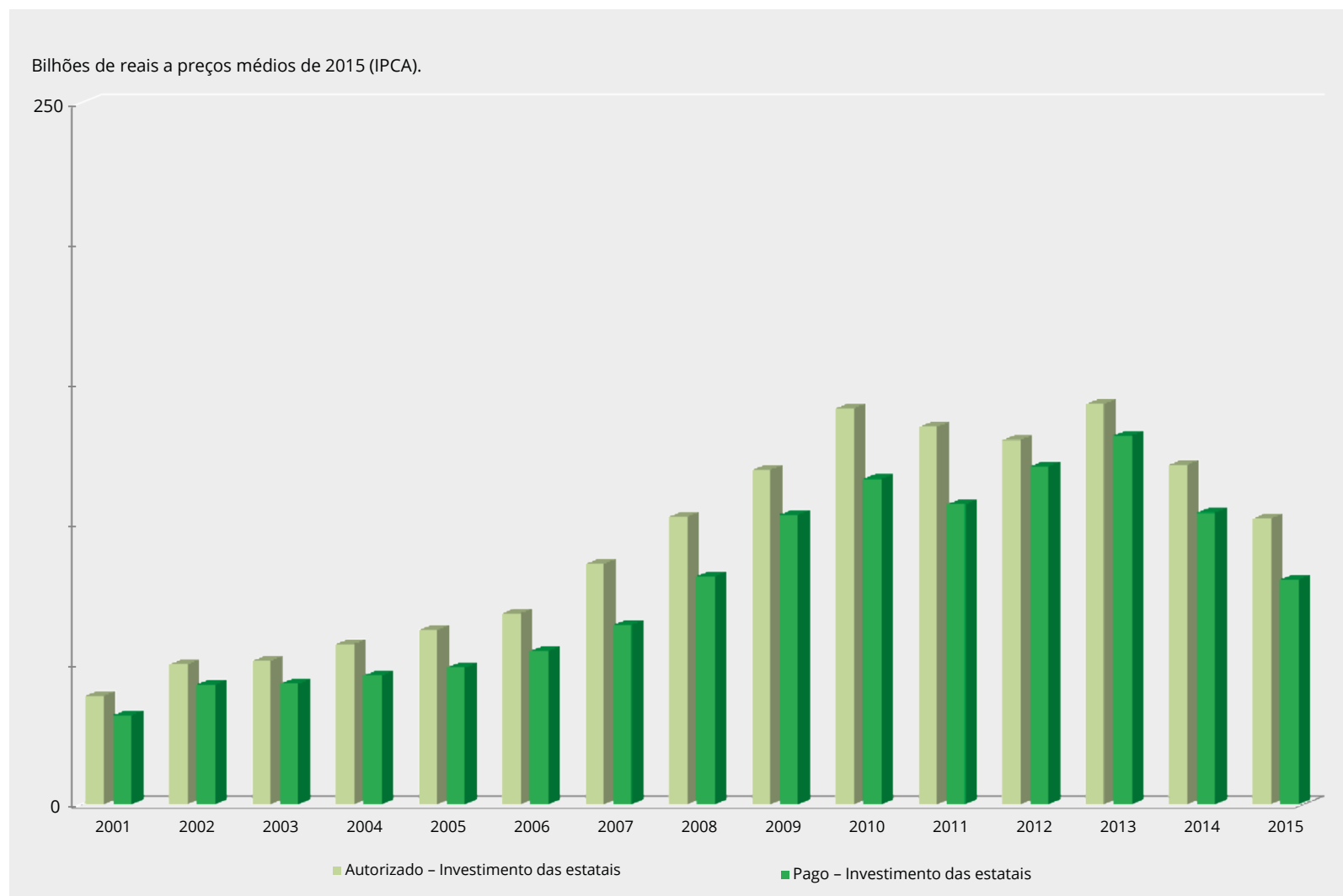
Orçamento fiscal excluído o refinanciamento da dívida.

Gráfico 23 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento da Seguridade Social



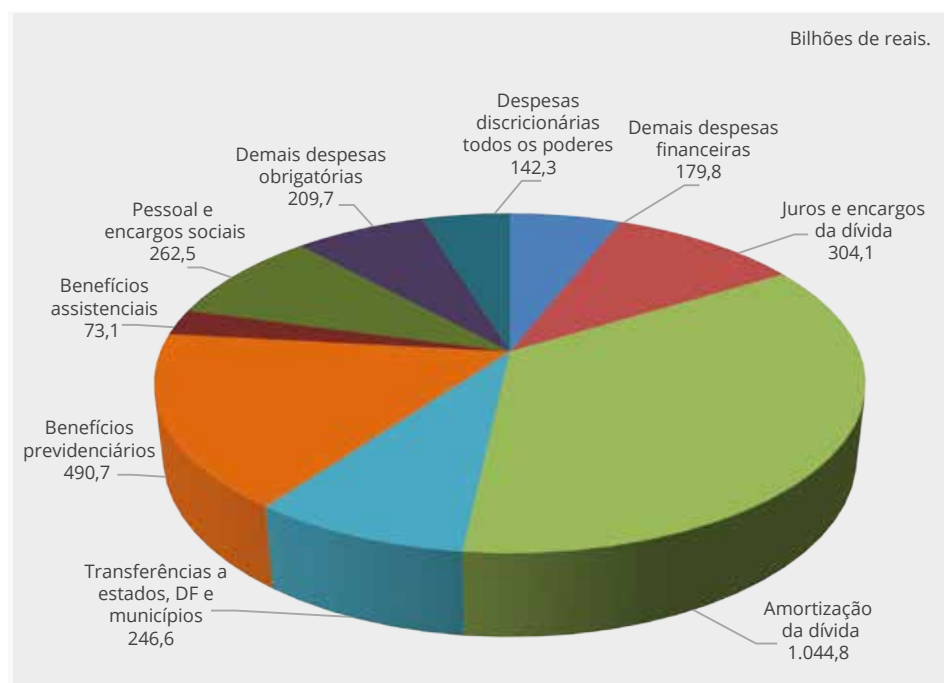
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 24 – Programação: autorizações totais x pagamentos totais (2001-2015) – Orçamento de investimento



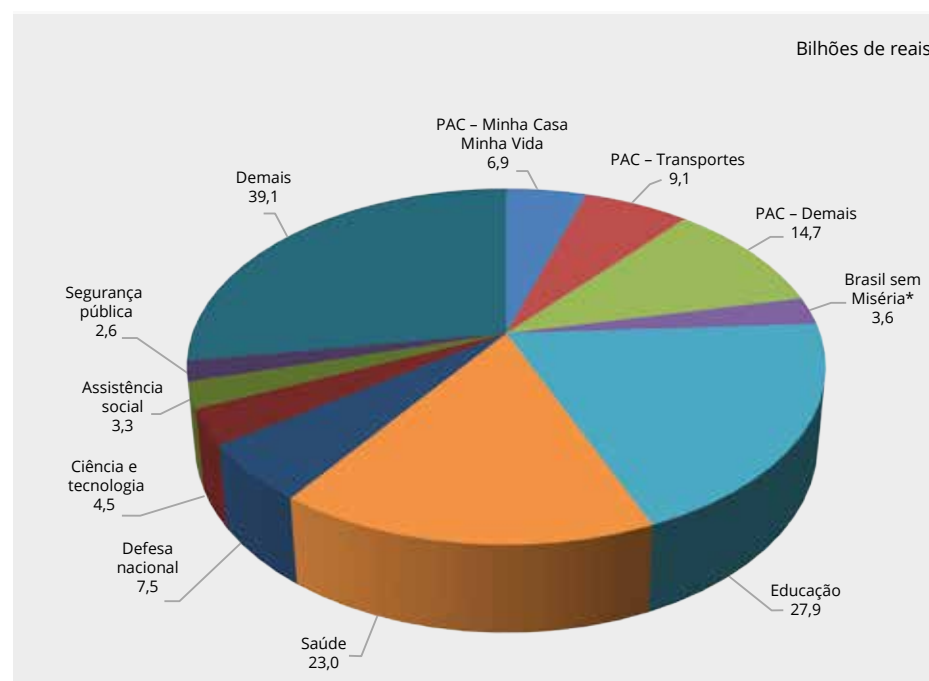
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 25 – Autógrafo da LOA 2016 – Despesas primárias e financeiras



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 26 – Autógrafo da LOA 2016 – Despesas discricionárias



Fonte: Prodasen/Siafi.

* Exclusive o montante obrigatório do Brasil sem Miséria.

Tabela 8 – Execução orçamentária anual por esfera (2014-2015)

Valores em bilhões de reais.

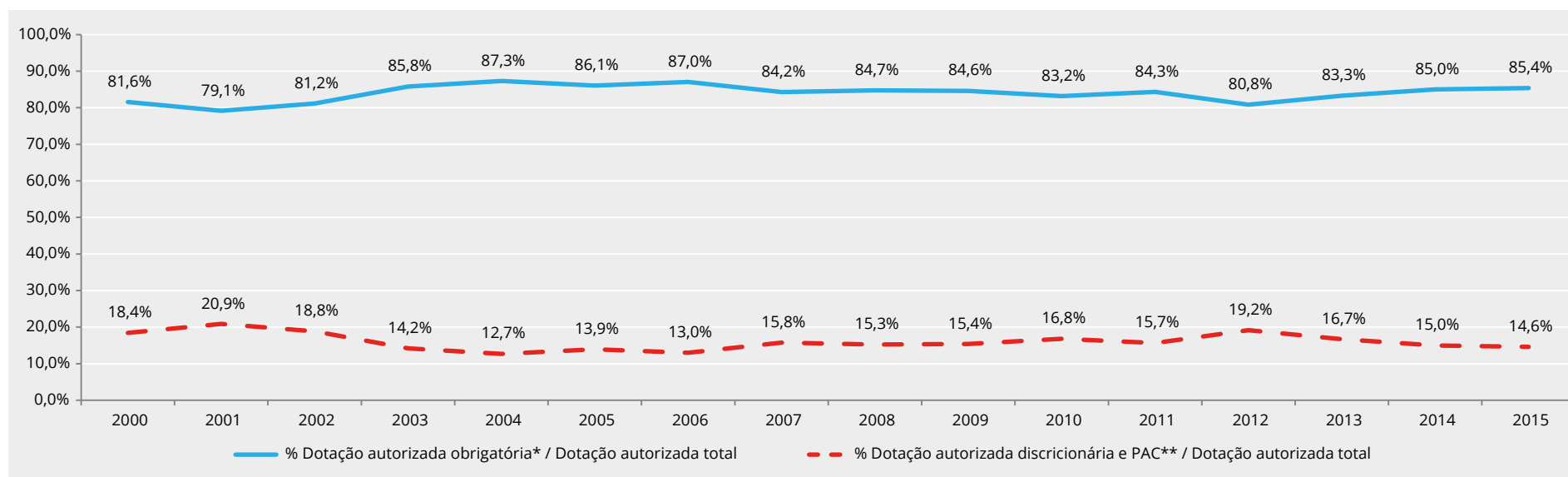
Esfera	2014						2015						2016
	PL	LOA	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL	LOA	Empenhado	Pago	RP inscrito	RP pago	PL
Orçamento fiscal	1.655,1	1.670,0	1.567,6	1.466,1	173,8	81,2	2.079,0	2.079,6	1.585,5	1.514,3	176,1	86,5	2.062,0
Orçamento da Seguridade Social	706,9	713,1	740,7	701,5	45,3	30,6	784,4	797,1	796,6	753,3	51,9	35,1	841,4
Orçamento de investimento	105,6	105,7	–	95,5	–	–	105,7	105,7	–	70,9	–	–	96,9
Total	2.362,0	2.488,9	2.308,3	2.263,1	219,1	111,8	2.863,4	2.982,3	2.382,0	2.338,5	228,0	121,6	3.000,3

Fonte: Prodasen/Siafi/Siop.

A classificação orçamentária da despesa é feita com base na categoria econômica e no seu elemento. O grupo de natureza de despesa agrega elementos com as mesmas características quanto ao objeto do gasto: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras e amortização da dívida.

Classificação da despesa orçamentária POR NATUREZA (2000-2015)

Gráfico 27 – Dotação autorizada de despesas primárias: obrigatórias x discricionárias (2000-2015)



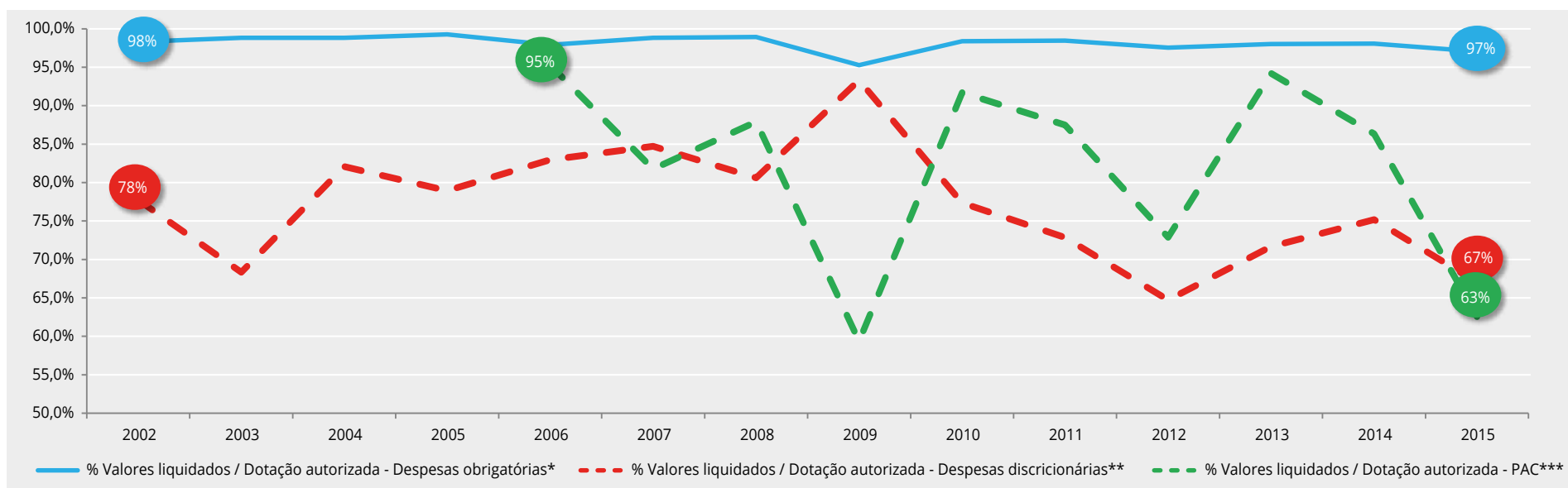
Fonte: Siop.

* Filtro: RP 1.

** Filtro: RP 2, 3 e 6.

Dotação autorizada total não inclui RP 0 – despesas financeiras, a fim de se analisarem apenas despesas primárias.

Gráfico 28 – Percentual liquidado x autorizado – despesas primárias (2002-2015)



Fonte: Siop.

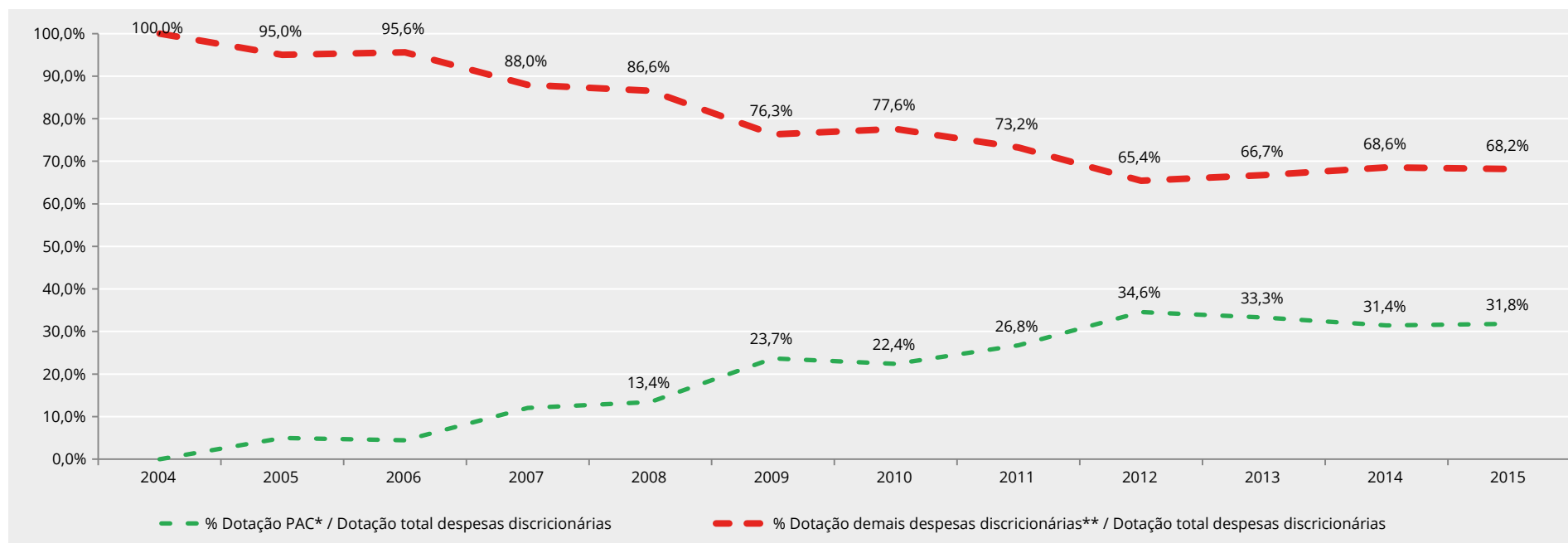
* Filtro: RP 1.

** Filtro: RPs 2 e 6.

*** Filtro: RP 3.

Dotação autorizada total não inclui RP 0 – despesas financeiras, a fim de se analisarem apenas despesas primárias.

Gráfico 29 – Proporção da dotação do PAC em relação às despesas discricionárias (2004-2015)



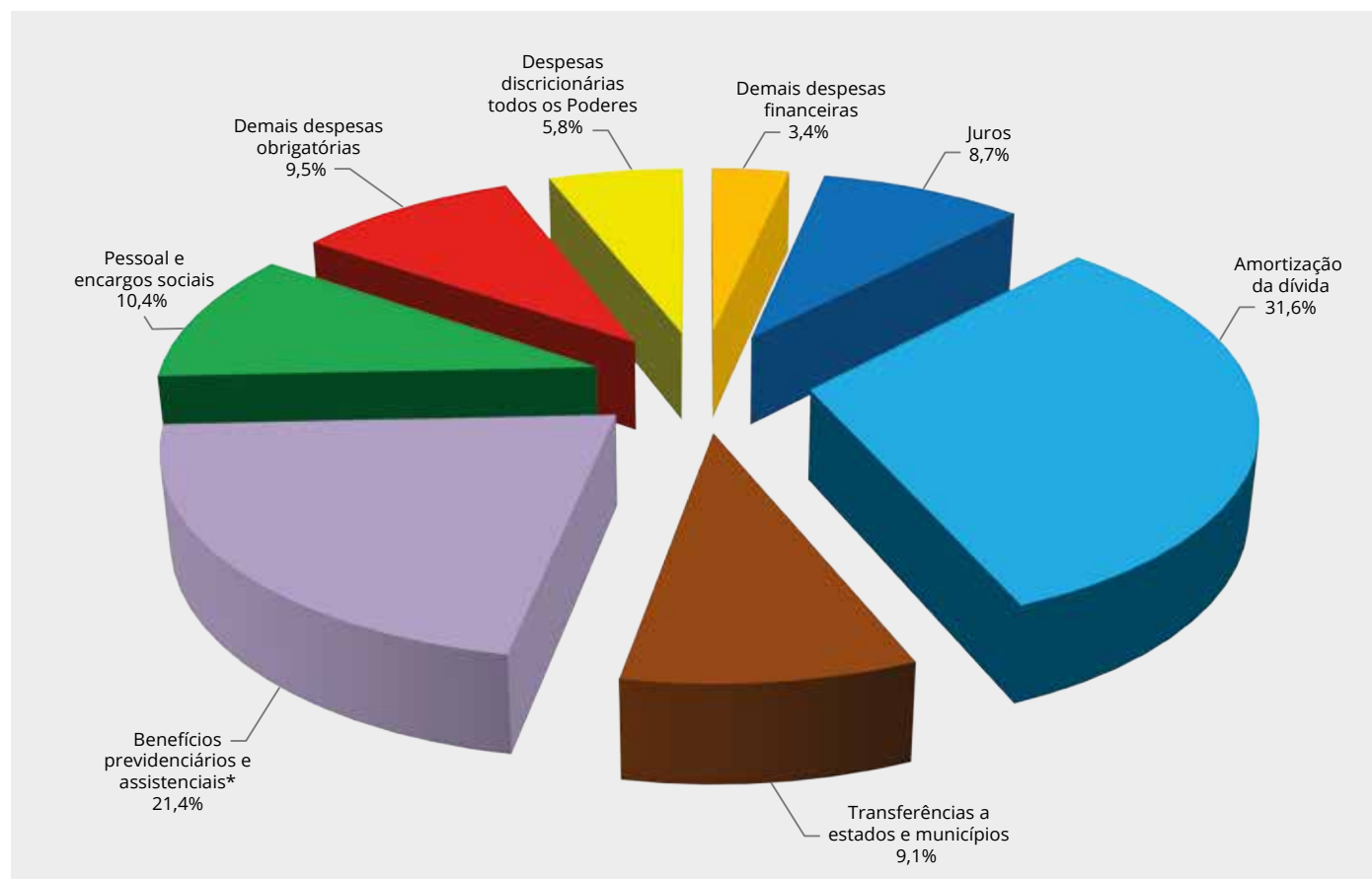
Fonte: Siop.

* Filtro: RP 3.

** Filtro: RP 2 e 6.

Dotação total discricionária não inclui RP 0 – despesas financeiras, nem RP 1 – despesas obrigatórias.

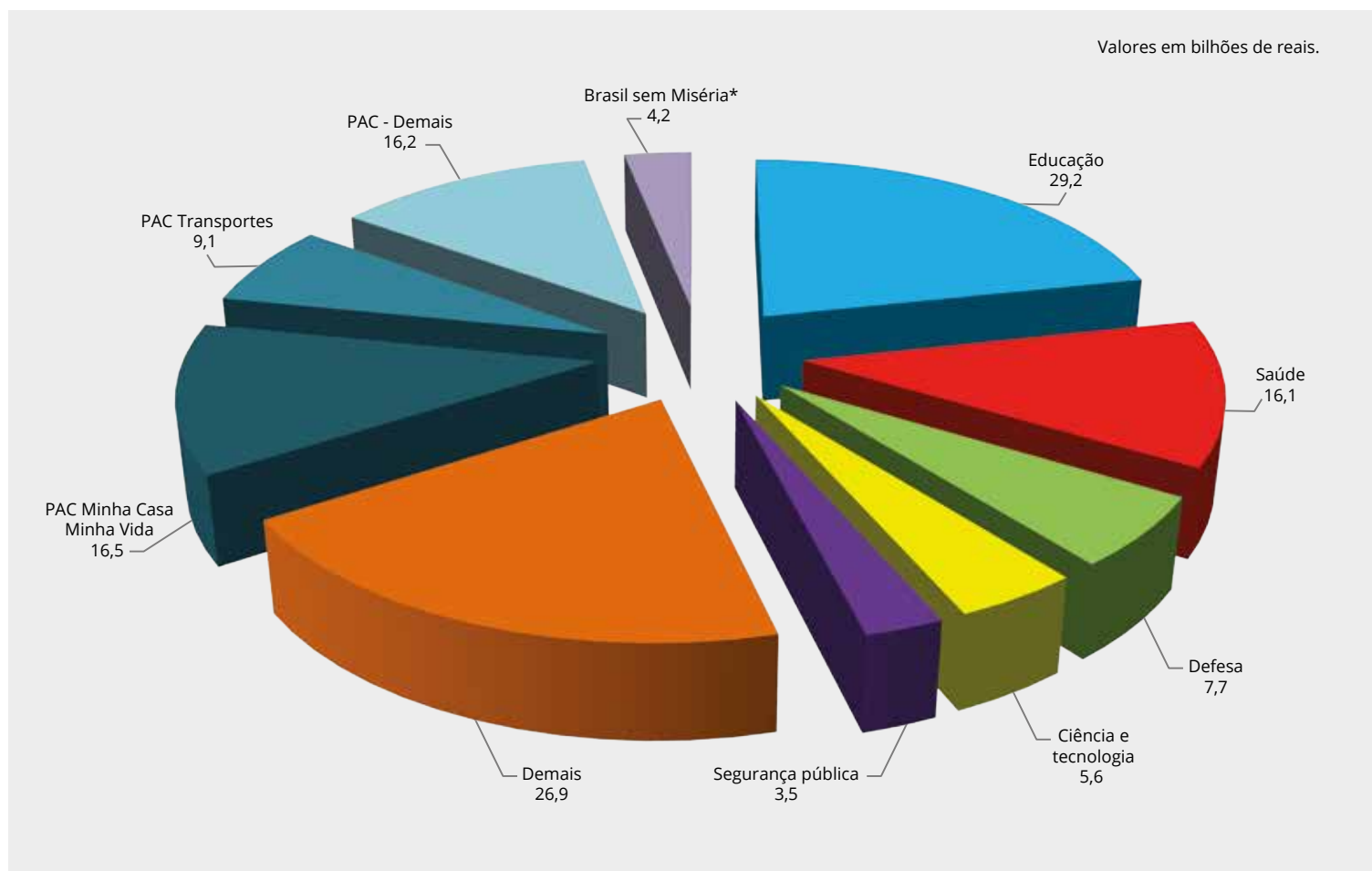
Gráfico 30 – Execução das despesas financeiras e primárias (2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

*Filtros: UO 33904 – Fundo do Regime Geral de Previdência Social e as Ações Orçamentárias: 00IN – BPC e RMV à pessoa com deficiência; 00H5 – BPC e RMV à pessoa idosa; e 8442 – Bolsa Família.

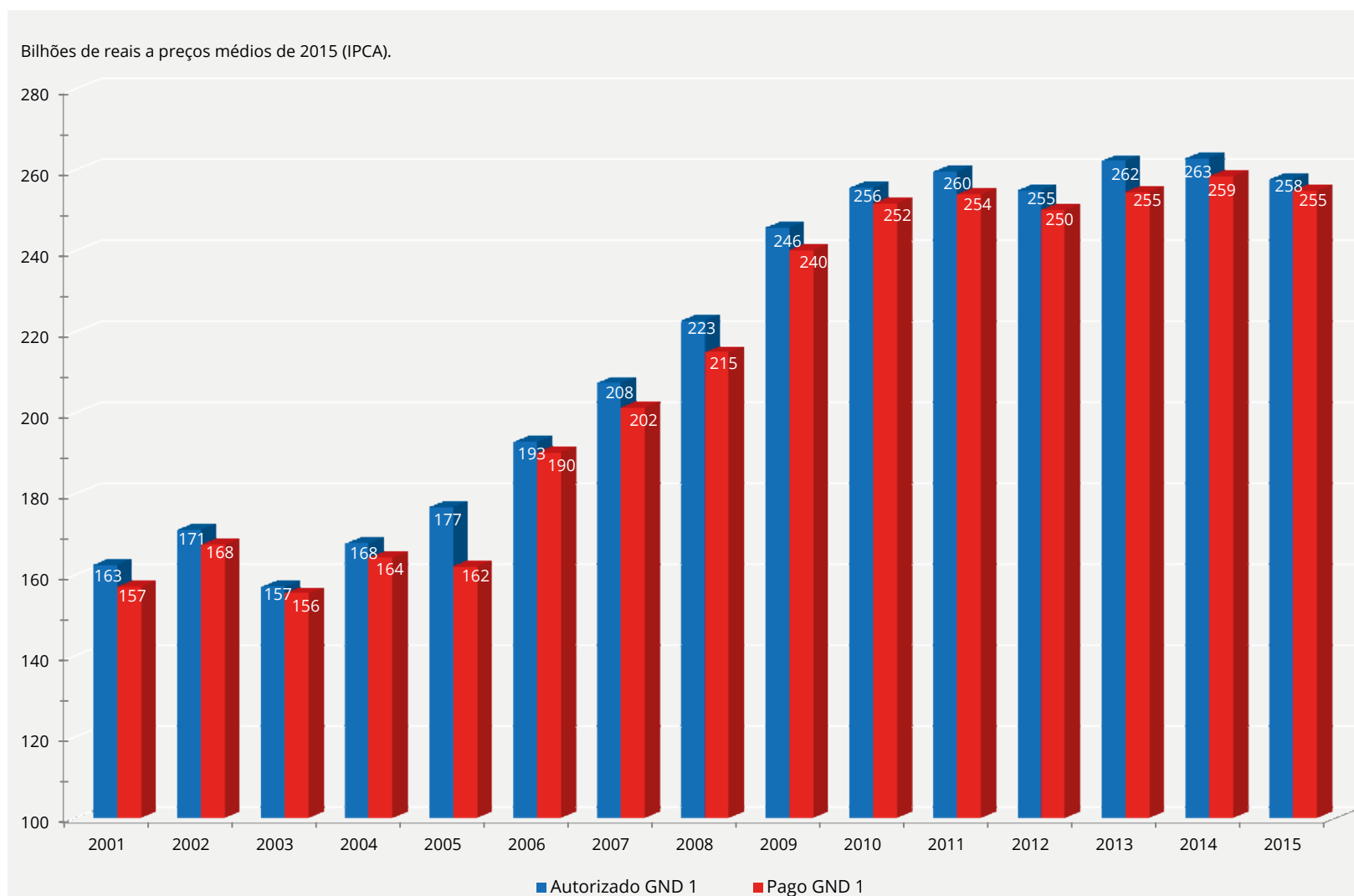
Gráfico 31 – Execução das despesas discricionárias (2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

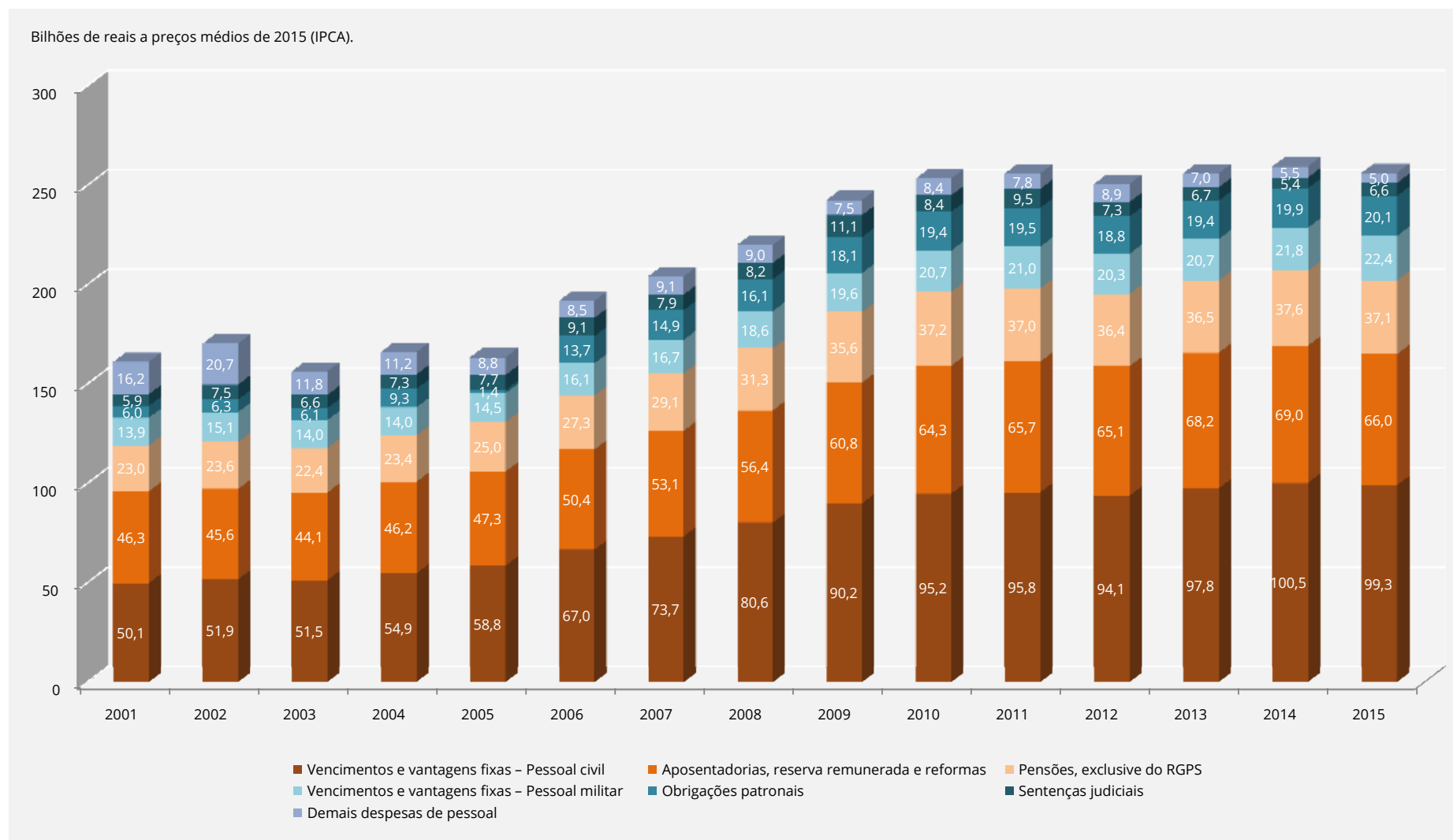
*Exclui o montante obrigatório do Brasil sem Miséria, que corresponde a 27,5 bilhões de reais.

Gráfico 32 – Despesas com pessoal e encargos sociais: autorizado x pago – GND 1 (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 33 – Despesa executada com pessoal por elemento de despesa (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Filtro: GND 1.

Tabela 9 – Evolução das despesas com pessoal x RCL (2012-2016)

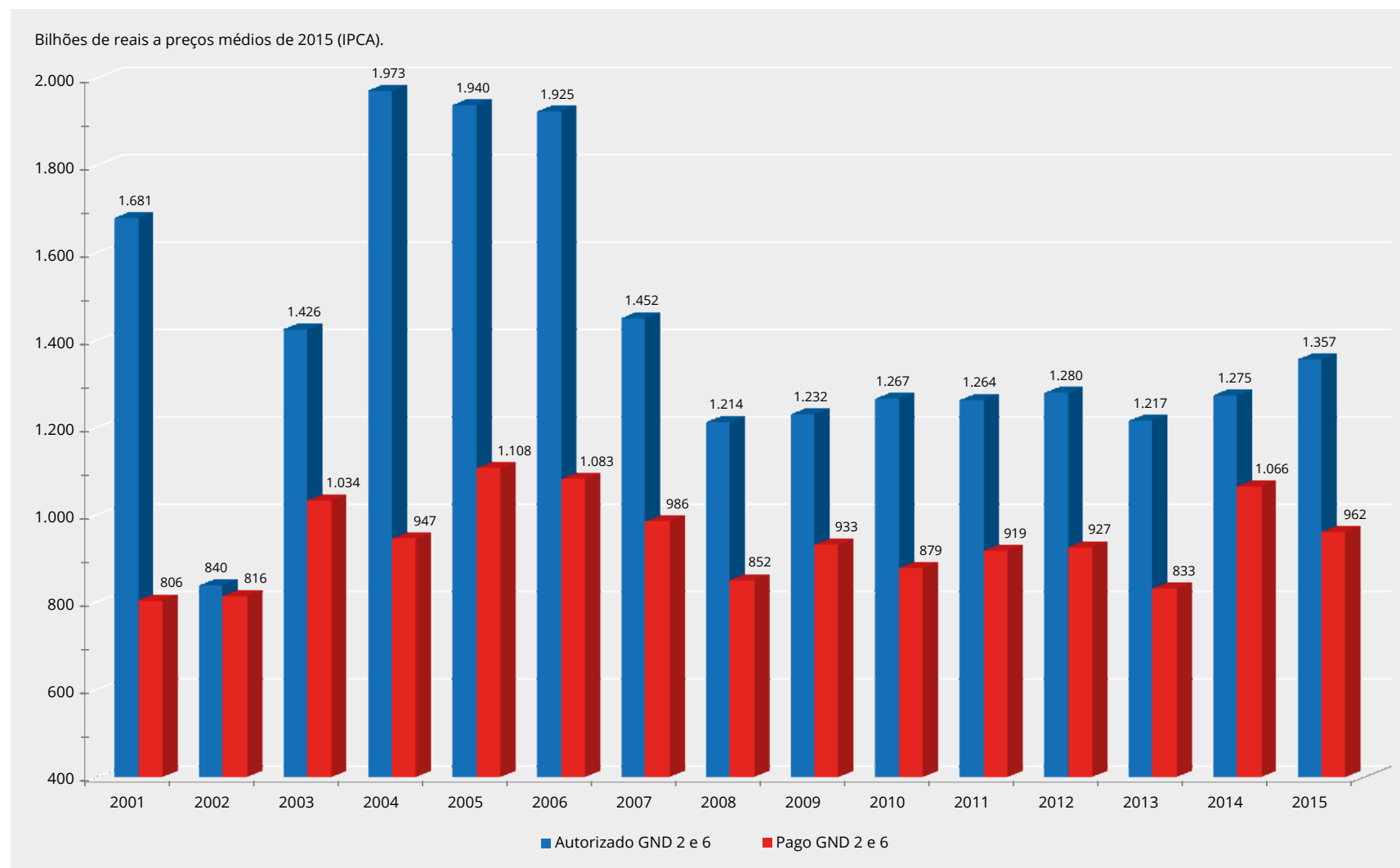
Valores em milhões de reais.

Órgão	Limite LRF	Pago 2012	% RCL	Pago 2013	% RCL	Pago 2014	% RCL	Pago 2015	% RCL	PL 2016	% RCL
Poder Executivo	37,90 %	159.988,9	25,93%	173.614,5	26,46 %	188.166,9	29,33%	208.775,1	30,95 %	231.197,8	30,44 %
Poder Legislativo	2,50 %	7.696,9	1,25 %	7.906,3	1,21 %	8.352,2	1,30 %	9.063,5	1,34 %	9.268,5	1,22 %
Poder Judiciário	6,00 %	22.090,4	3,58 %	23.387,2	3,56 %	25.124,1	3,92 %	27.551,3	4,08 %	28.329,1	3,73%
Ministério Público e CNMP	0,60 %	2.602,3	0,42 %	2.954,4	0,45 %	3.218,9	0,50 %	3.636,3	0,54 %	3.828,8	0,50 %
Demais (Incisos XIII e XIV do art. 21 da CF e art. 31 da EC nº 19/1998.)	3,00 %	12.351,7	2,00 %	13.064,2	1,99 %	14.583,9	2,27 %	14.209,9	2,11 %	15.028,3	1,98 %
Total	50,00 %	204.730,2	33,19 %	220.926,5	33,67 %	239.446,1	37,32 %	263.236,1	39,03%	287.652,6	37,88 %
Receita corrente líquida – RCL		616.933,3		656.094,2		641.578,2		674.522,7		759.450,6	

Fonte: Prodasen/Siafi.

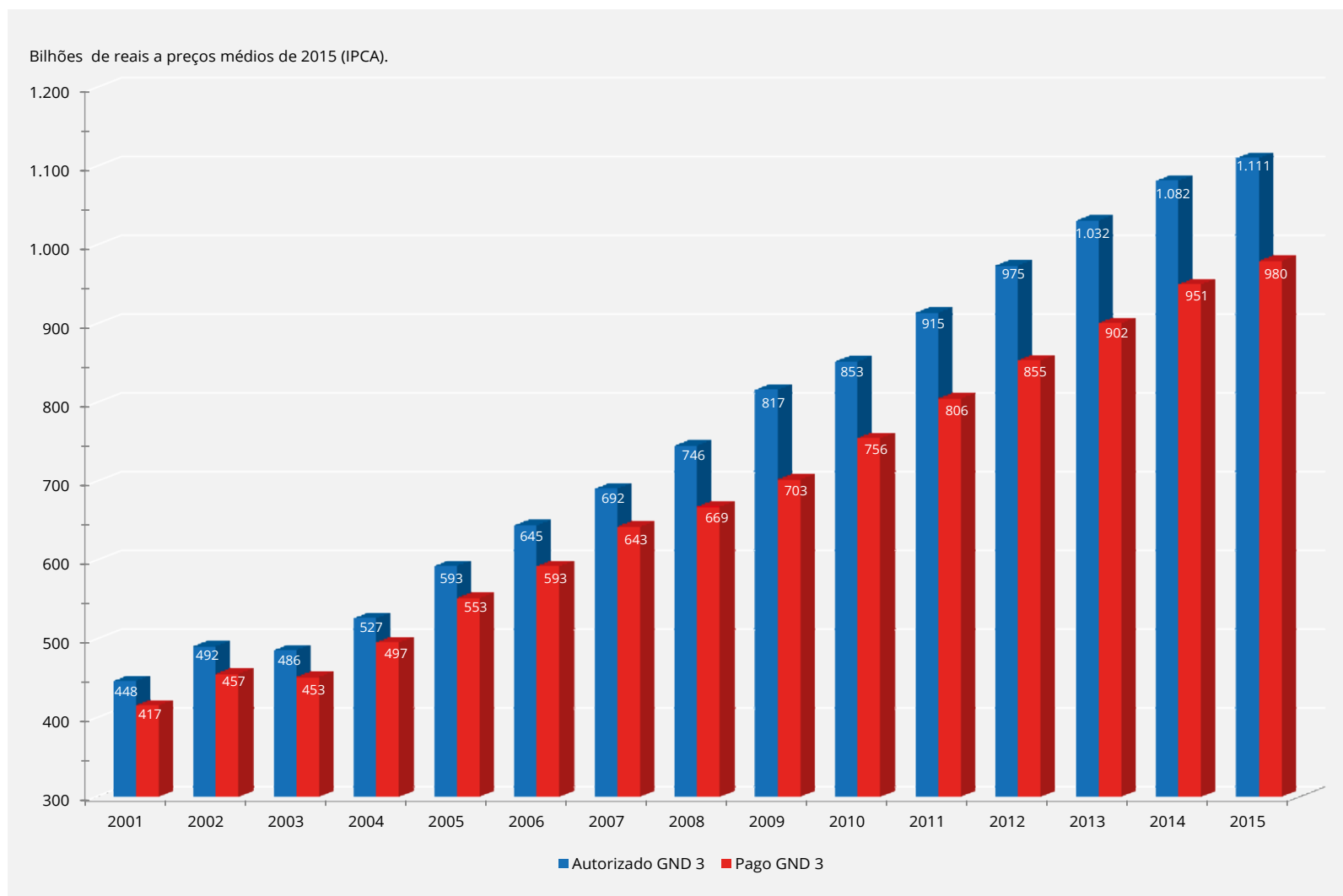
Arts.19 e 20 da LC 101/2000 – LRF: GND 1– Pessoal e encargos sociais + outras despesas de pessoal (terceirização), conforme § 1º do art. 18 da LRF. Apurado com valores segundo regime de caixa e não de competência, conforme § 2º do art. 18 da LRF.

Gráfico 34 – Despesas com juros e amortização: autorizado x pago – GNDs 2 e 6 (2001-2015)



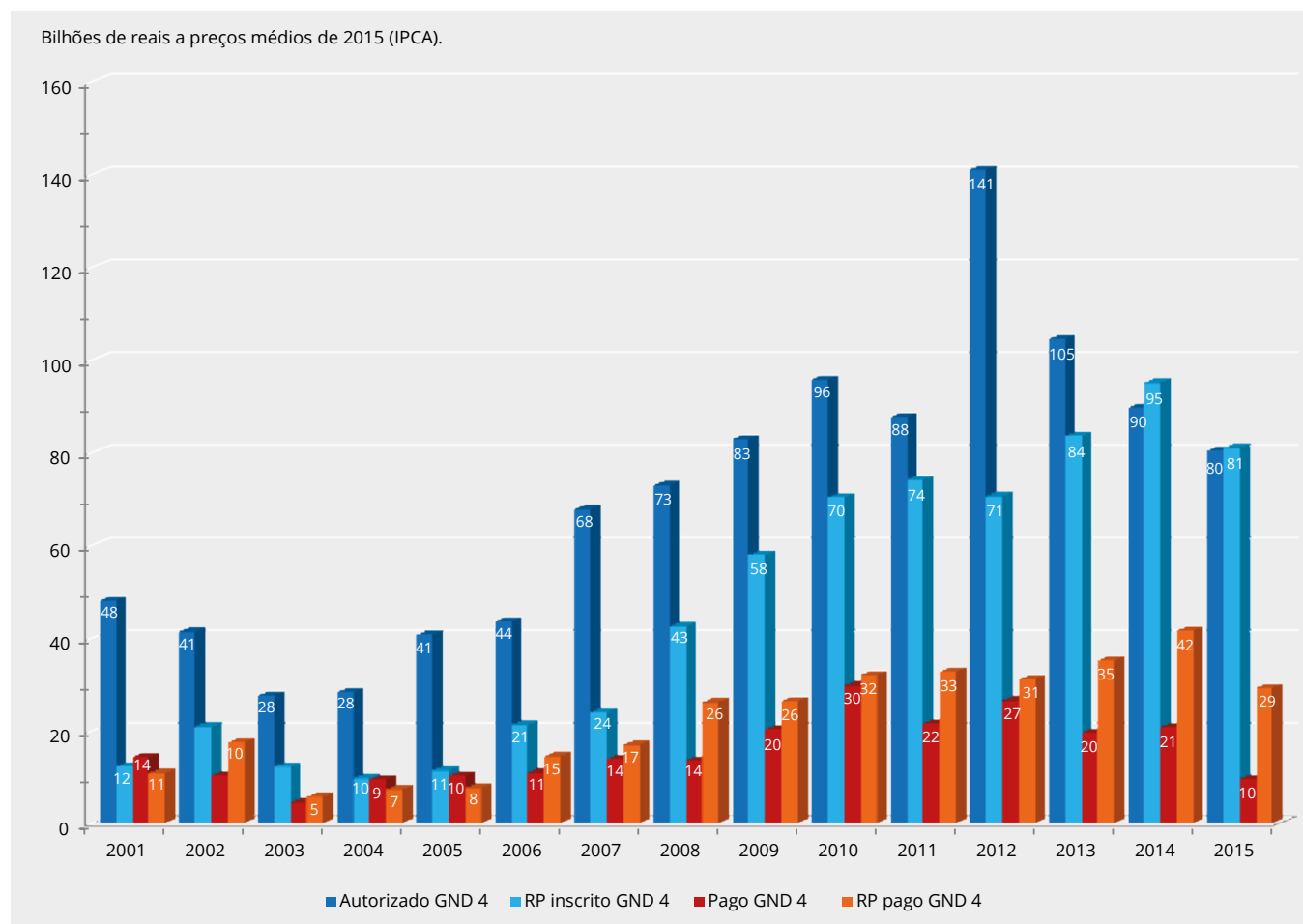
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 35 – Outras despesas correntes: autorizado x pago – GND 3 (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 36 – Execução dos investimentos – GND 4 (2001-2015)

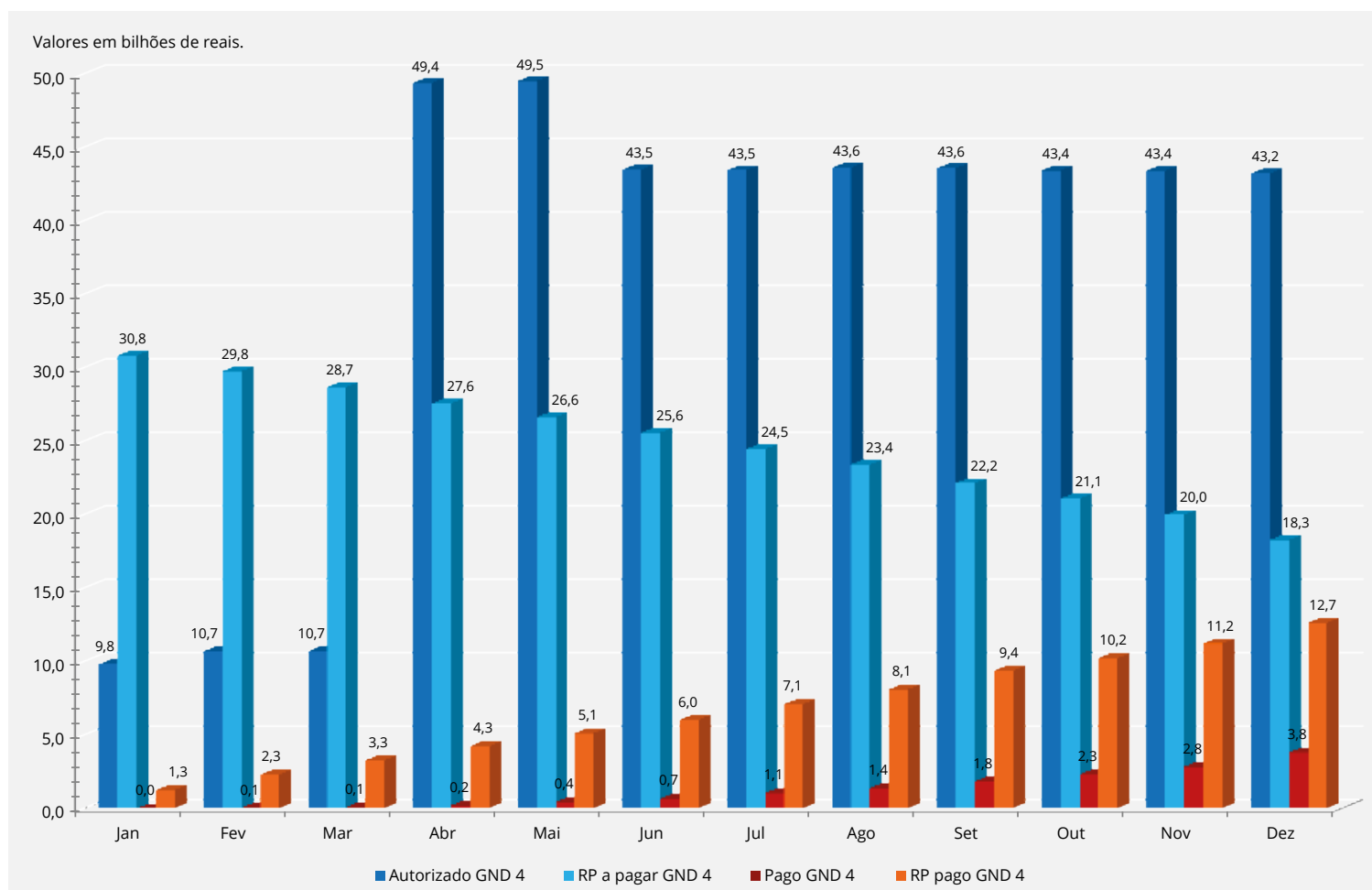


Fonte: Prodasen/Siafi.

O **gráfico 36** demonstra que a execução orçamentária das despesas com investimentos tem se mantido em níveis historicamente baixos. A partir de 2006, observa-se o expressivo crescimento do volume de recursos inscritos em restos a

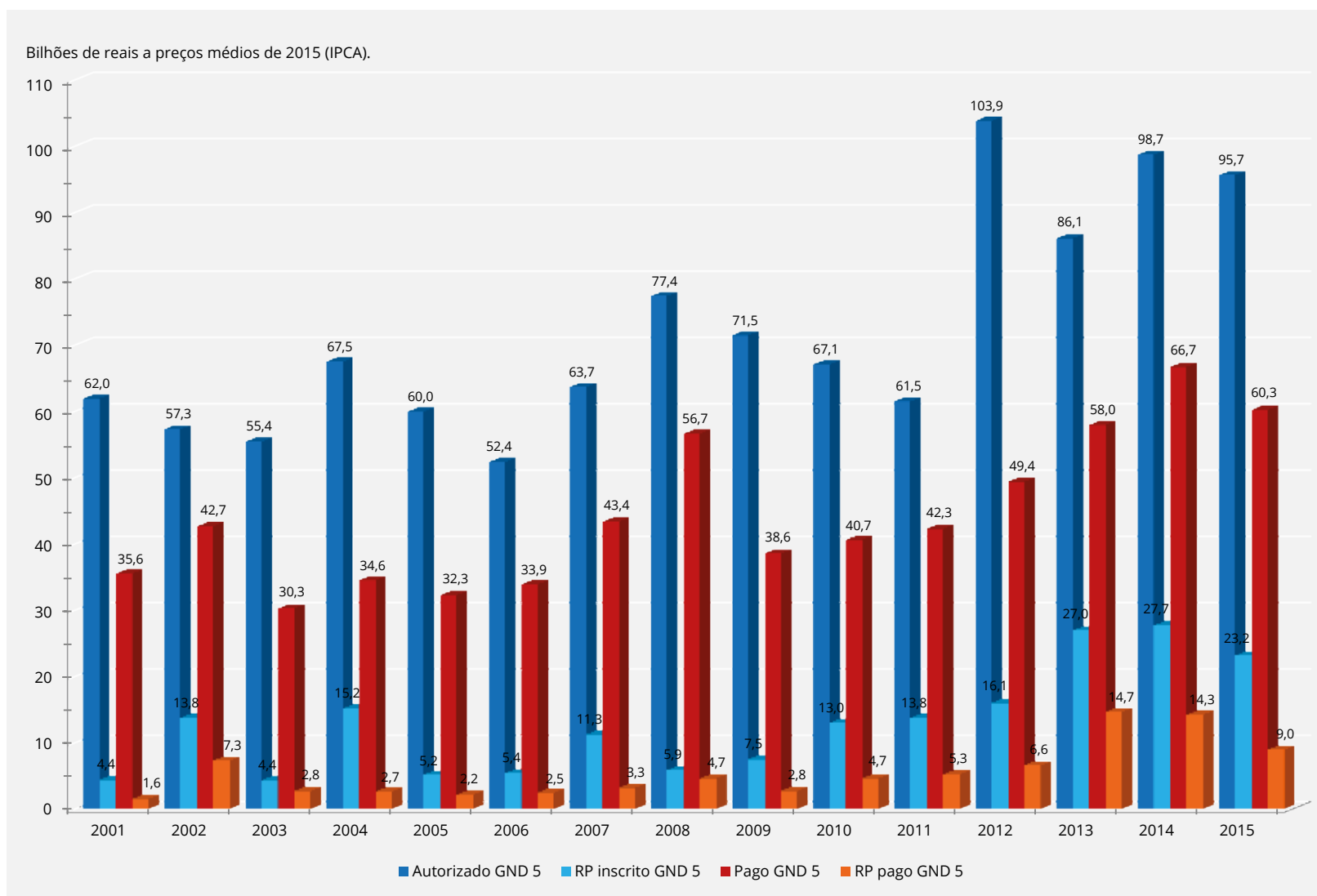
pagar, que fez com que o comprometimento financeiro com o pagamento dessa rubrica passasse a superar a execução das despesas com investimentos aprovadas no exercício.

Gráfico 37 – Execução acumulada de investimentos, exceto PAC (2015)



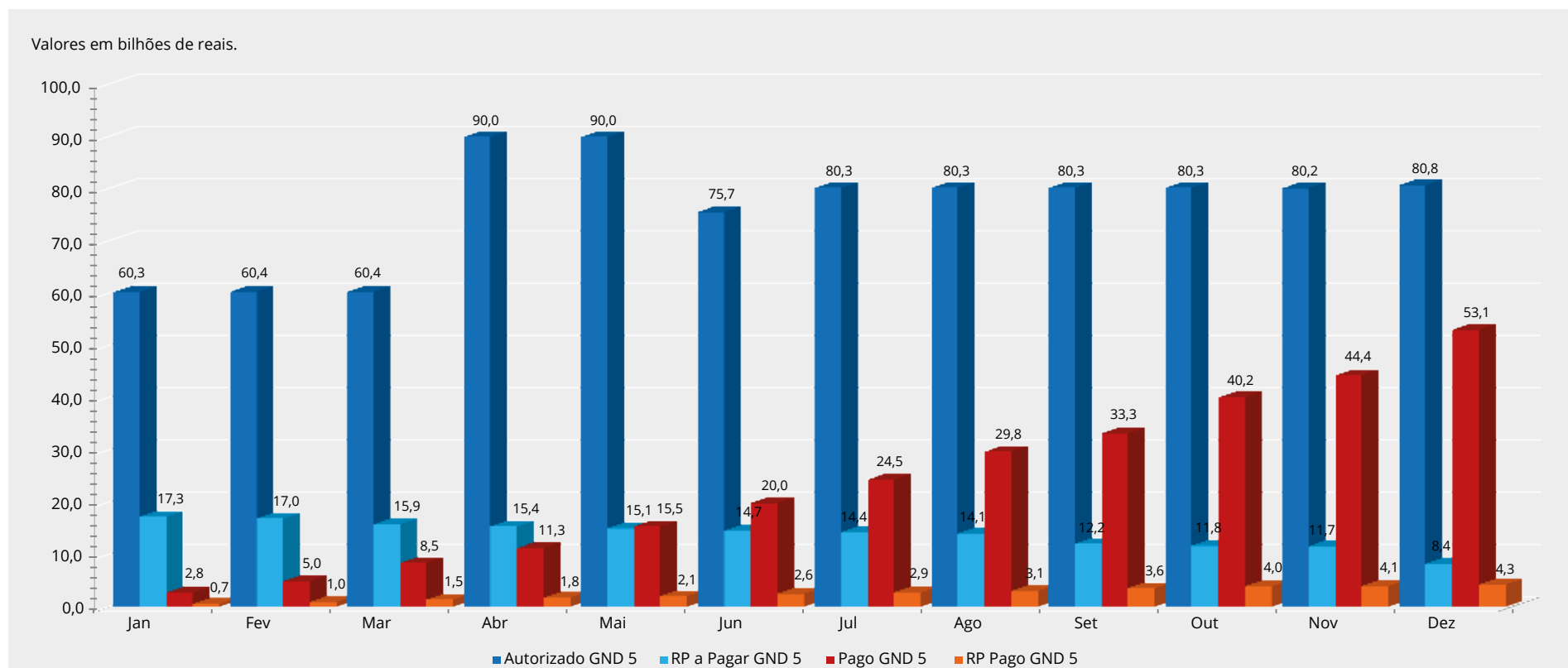
Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 38 – Execução de inversões financeiras – GND 5 (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 39 – Execução acumulada de inversões financeiras, exceto PAC (2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

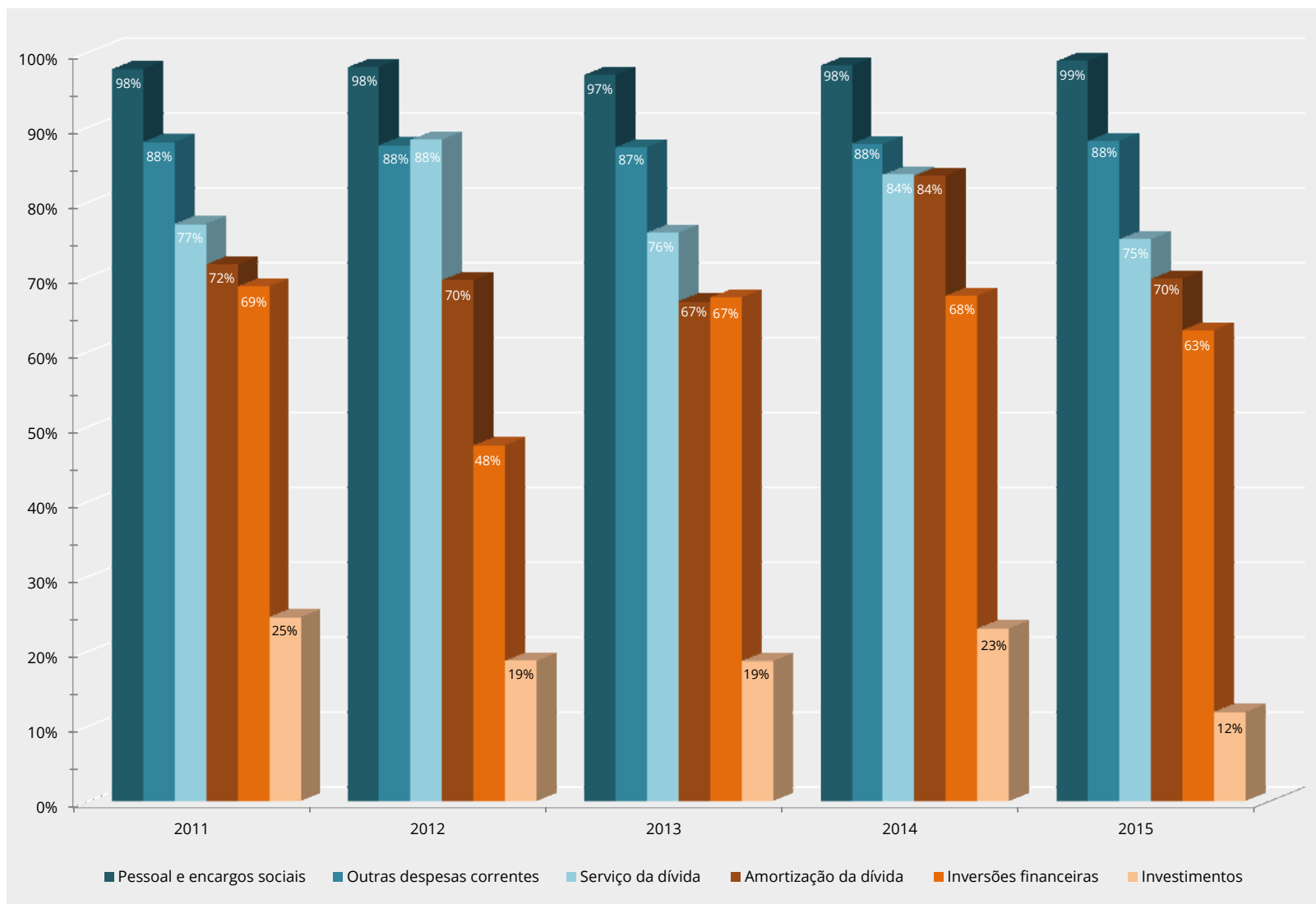
Tabela 10 – Despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por GND (2014-2015)

Valores em milhões de reais.

GND	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Pessoal e encargos sociais	257,8	256,5	255,1	1,6	241,3	237,2	1,9	98,93%	98,32%	7,38%
Juros e encargos da dívida	277,3	208,4	208,4	0,0	203,5	170,3	0,0	75,13%	83,72%	22,31%
Outras despesas correntes	1.111,2	1.053,6	980,4	81,6	992,8	872,3	58,6	88,23%	87,86%	14,09%
Investimentos	80,4	37,6	9,6	29,3	82,3	19,1	38,2	11,99%	23,15%	-31,92%
Inversões financeiras	95,7	72,2	60,3	9,0	90,6	61,2	13,1	62,99%	67,60%	-6,81%
Amortização/refinanciamento da dívida	1.080,0	753,9	753,9	0,0	965,9	807,5	0,0	69,80%	83,61%	-6,65%
Total	2.902,4	2.382,0	2.267,6	121,6	2.576,3	2.167,6	111,8	78,13%	84,14%	4,81%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Gráfico 40 – Percentual de valores pagos x dotação autorizada por GND (2011-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

As principais transferências da União a estados, Distrito Federal e municípios por determinação constitucional ou legal são aquelas para o Fundo de Participação de Estados (FPE) e para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os montantes desses fundos correspondem a 21,5% e 23,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados respectivamente.

Além do FPE e do FPM, destacam-se, em conformidade com o art. 60 do ADCT, as transferências para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Constituem receitas do Fundeb 20% incidentes sobre:

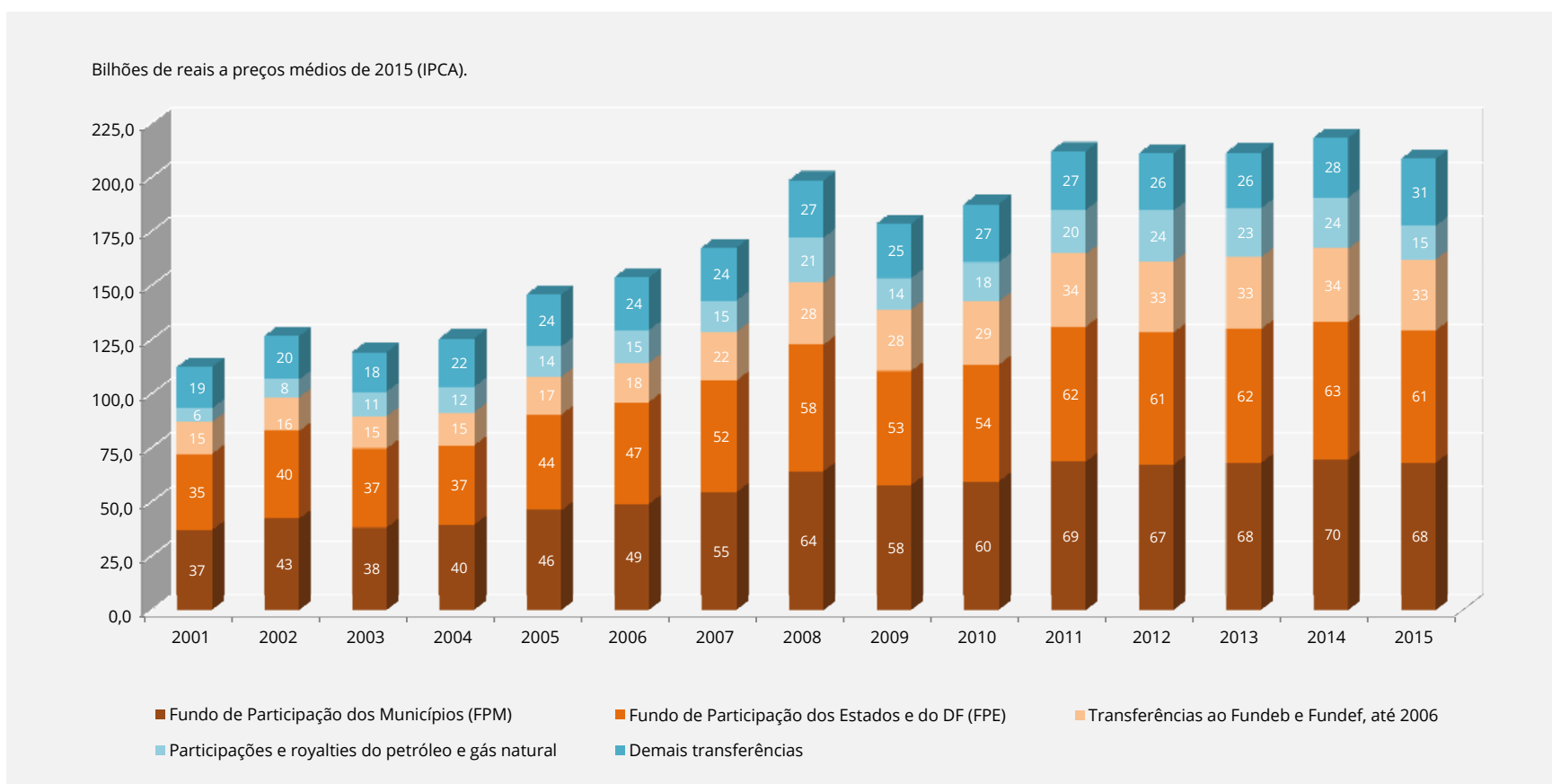
- a) receitas estaduais e do DF: ITCMD, ICMS, IPVA e imposto residual sobre a parcela pertencente aos estados e DF (arts. 155 e 157, II, da CF);
- b) cotas municipais: ITR, IPVA e ICMS (art. 158, II, III e IV, da CF);
- c) FPE, FPM e IPI-Exportação (art. 159, I, “a” e “b”, e II, da CF) e
- d) compensação pela desoneração de ICMS aos estados exportadores (LC nº 87/1998 e § 1º do art. 3º da Lei nº 11.494/2007).

Além disso, a União complementa o Fundeb com 10% do total dos recursos do fundo, nos termos da alínea “d” do inciso VII do art. 60 do ADCT.



Transferências constitucionais E LEGAIS (2001-2015)

Gráfico 41 – Transferências constitucionais e legais (2001-2015)

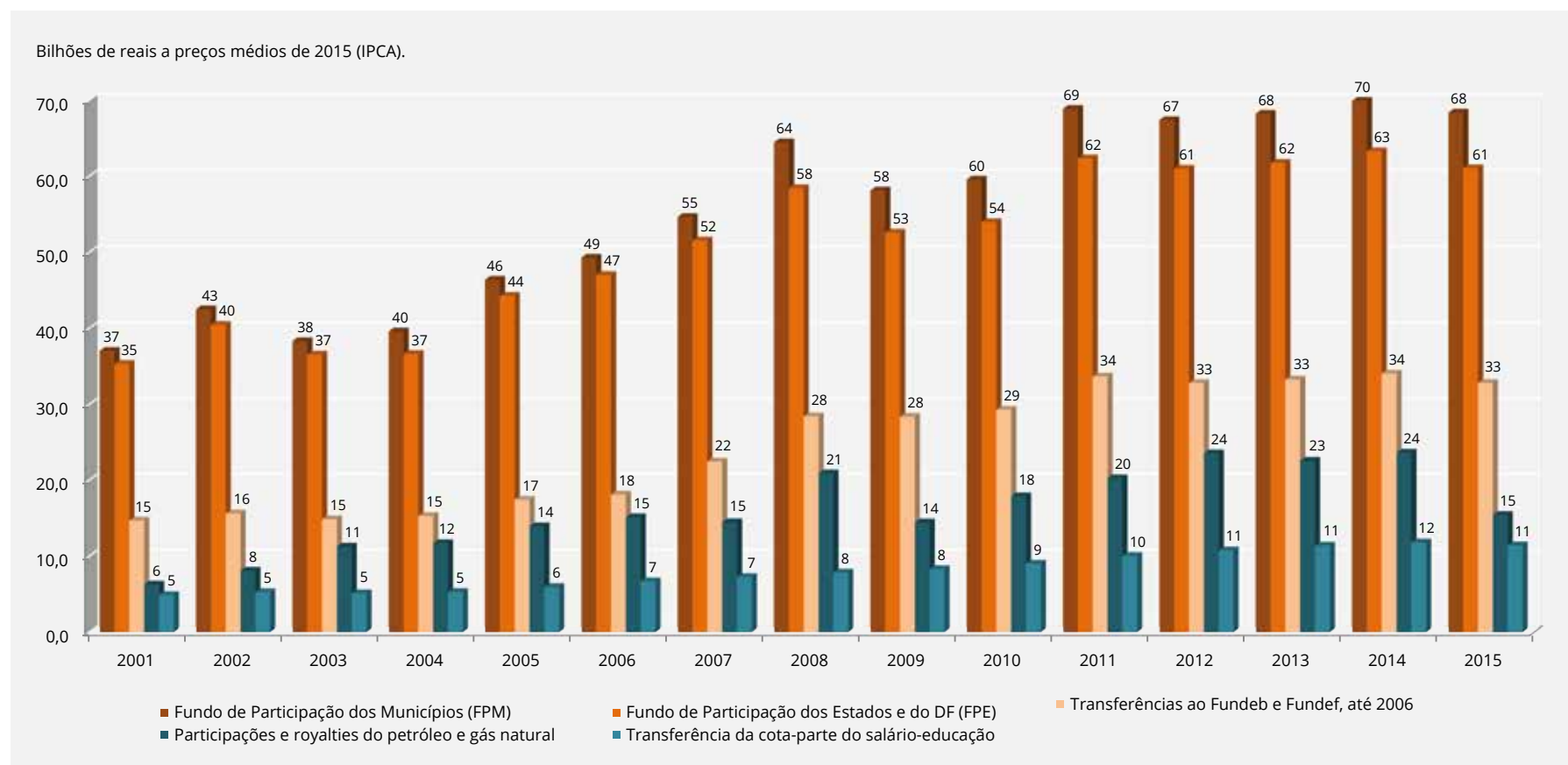


Fonte: Prodasen/Siafi.

Exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

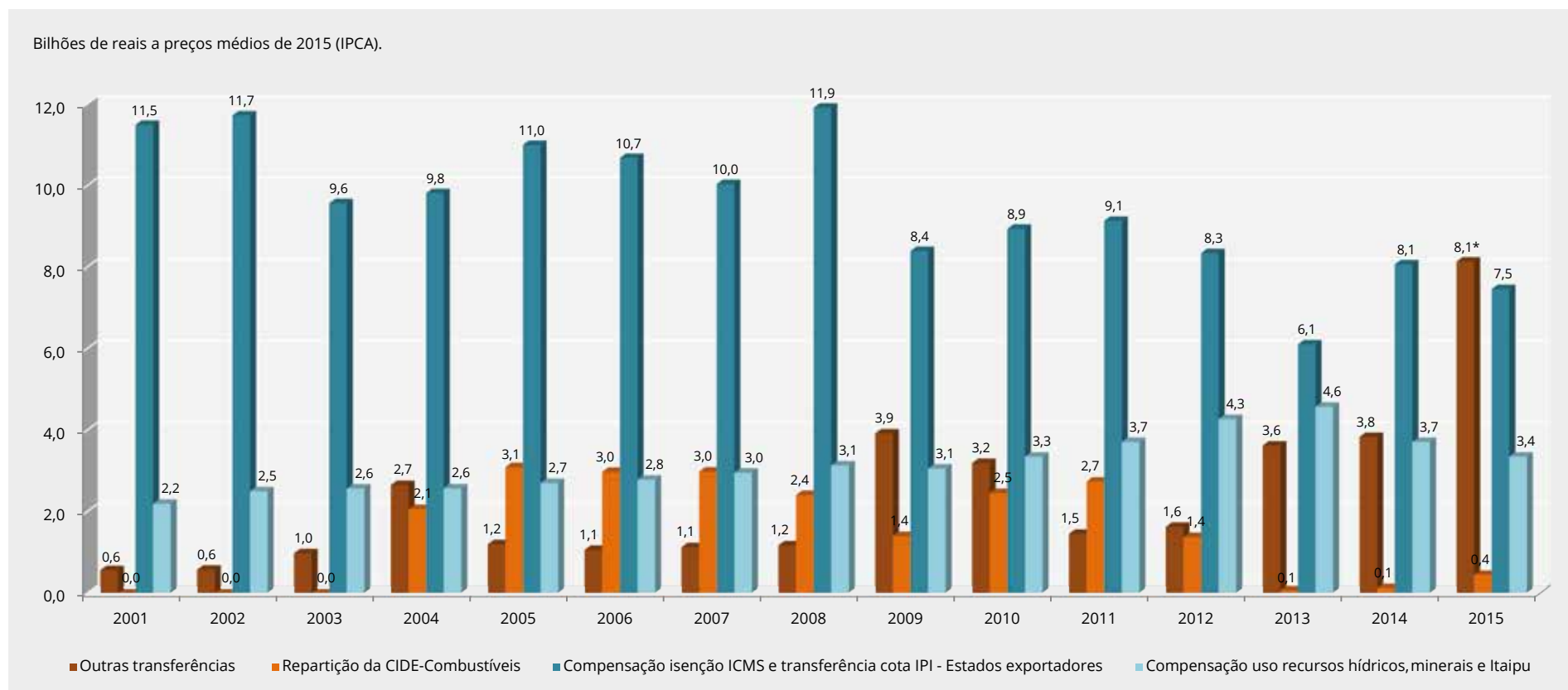
No último relatório de gestão fiscal de 2015, a STN informou que 5,95 bilhões de reais estão classificados no GND 3. Contudo, deveriam estar classificados em GND 1, no Fundo Constitucional do DF.

Gráfico 42 – Principais transferências constitucionais (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.
Exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

Gráfico 43 – Demais transferências legais (2001-2015)

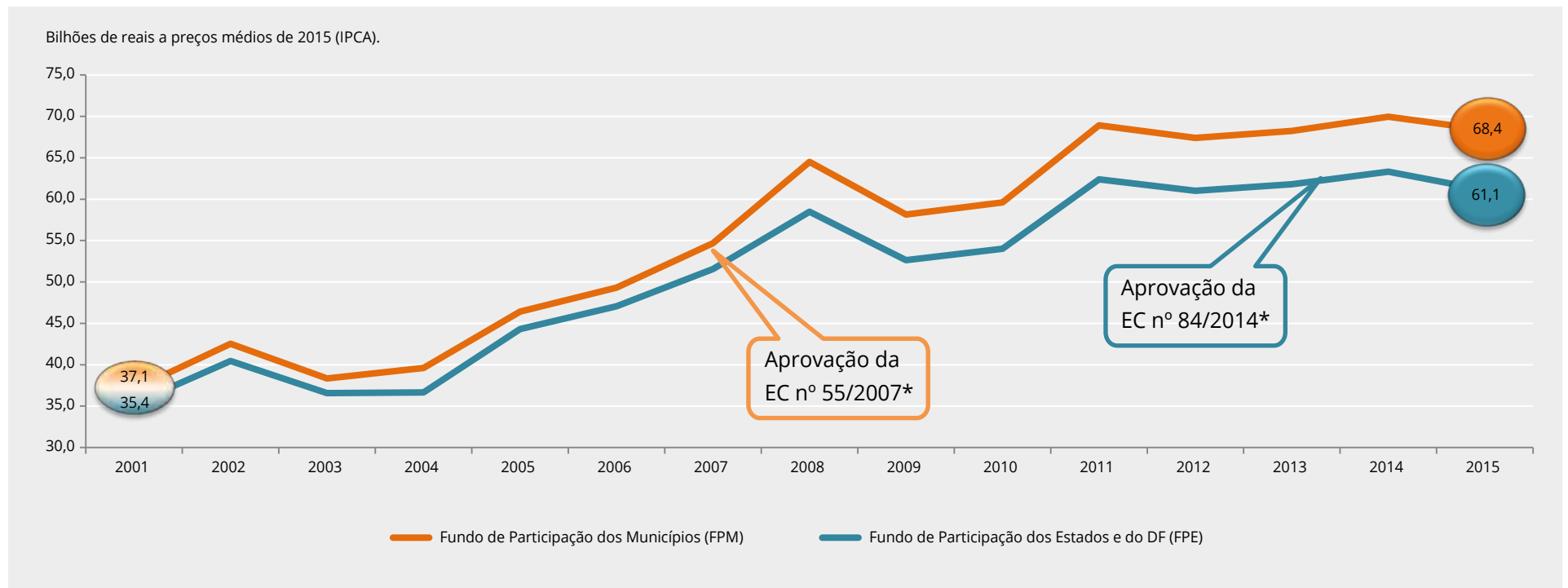


Fonte: Prodasen/Siafi.

Exceto GND 1. Valores pagos mais RAP pagos.

*No último relatório de gestão fiscal de 2015, a STN informou que 5,95 bilhões de reais estão classificados no GND 3. Contudo, deveriam estar classificados em GND 1, no Fundo Constitucional do DF.

Gráfico 44 – Evolução do FPM x FPE (2001-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

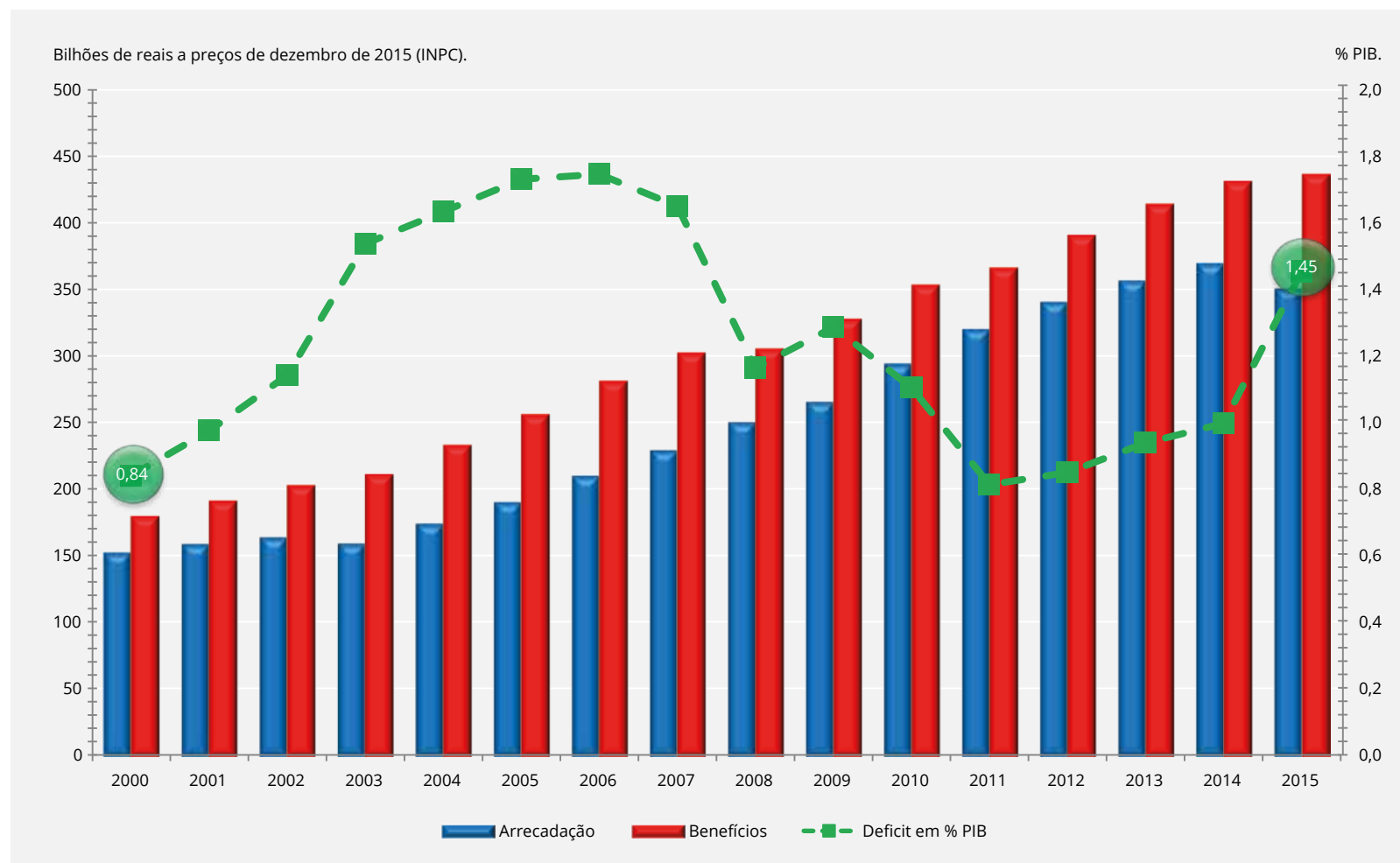
Valores pagos mais RAP pagos.

*As EC nº 55/2007 e 84/2014 aumentaram em 1,0% cada uma o repasse do IPI para municípios.

Entre 2000 e 2006, conforme demonstrado no **gráfico 45**, a Necessidade de Financiamento do Regime Geral de Previdência Social (NFPS) apresentou trajetória crescente em percentual do PIB. Essa trajetória passou a declinar a partir de 2007, atingindo o menor percentual em 2011 e 2012, cerca de 0,9% do PIB. O declínio deve-se, principalmente, ao aumento da arrecadação motivada pelo aumento do salário médio dos trabalhadores e pela ampliação do número de contribuintes para a Previdência Social. De acordo com o Anuário Estatístico da Previdência Social, o quantitativo de contribuintes pessoas físicas que fizeram pelo menos uma contribuição no ano para o Regime Geral de Previdência Social cresceu de 39,85 milhões, em 2003, para 67,15 milhões, em 2012, o que implicou elevação de 68,5%. A partir de 2012 a NFPS voltou a apresentar trajetória crescente, atingindo em 2015 o percentual de 1,45% do PIB.

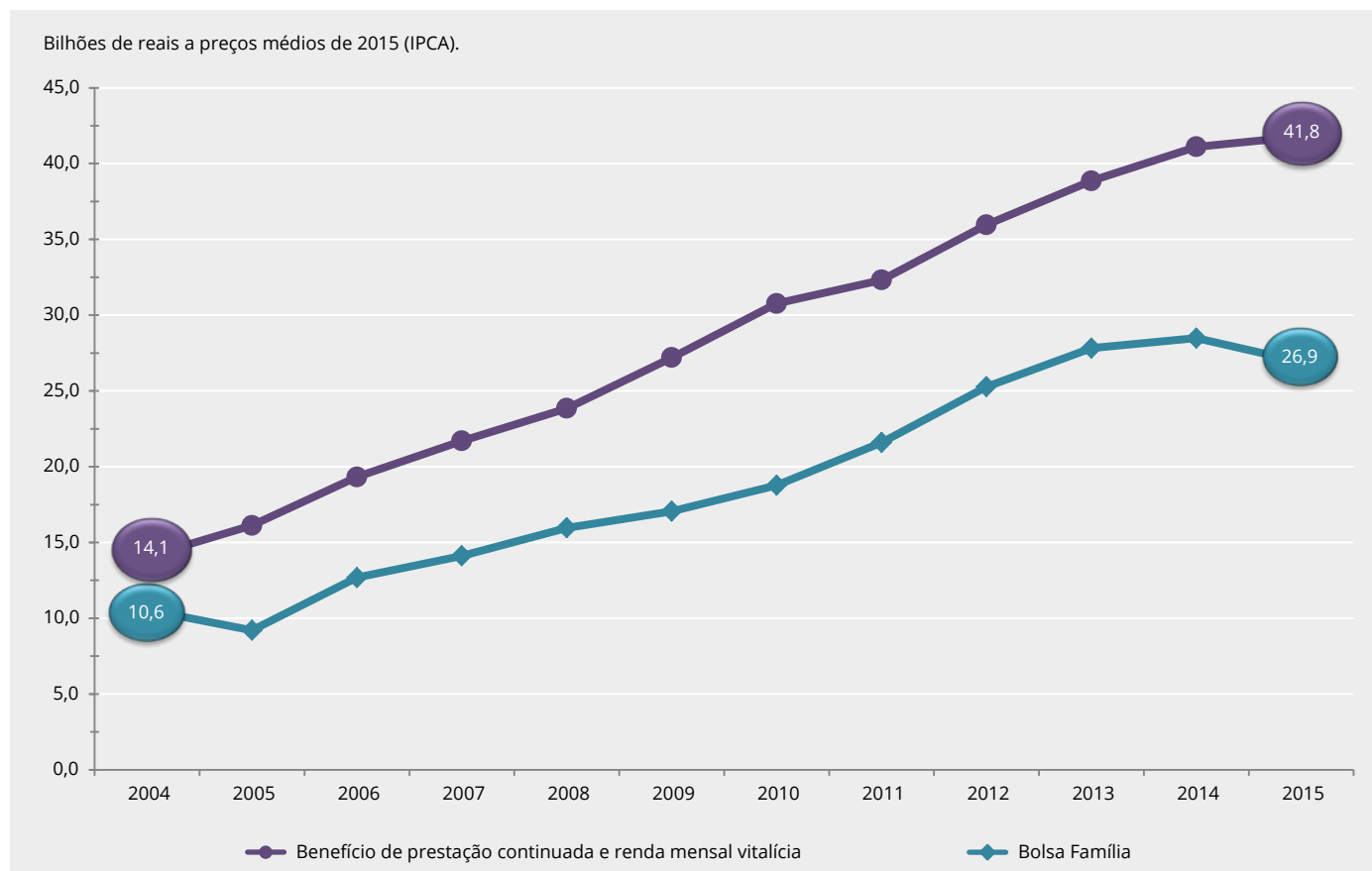
Previdência e Assistência SOCIAL (2000-2015)

Gráfico 45 – Previdência Social: receita, despesa e NFPS (2000-2015)



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

Gráfico 46 – Execução do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia (2004-2015)

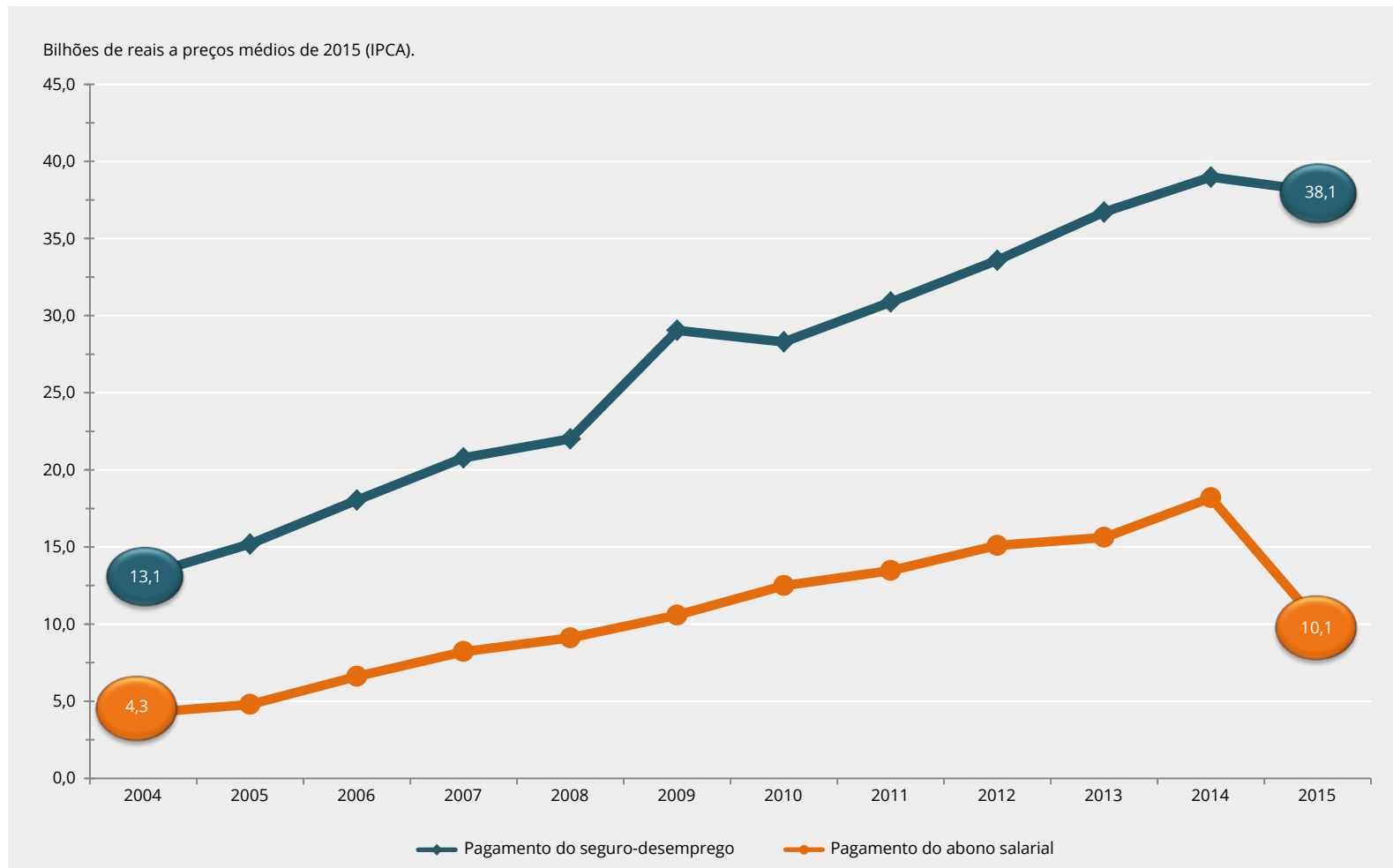


Fonte: Prodasen/Siafi.

Os pagamentos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Renda Mensal Vitalícia (RMV) e do Programa Bolsa Família (PBF) apresentaram significativa trajetória crescente. No caso do BPC, a razão dessa trajetória deve-se ao aumento do salário mínimo e ao crescimento do quantitativo de beneficiários. No caso do PBF,

vários fatores contribuíram para o aumento dos gastos: o aumento no quantitativo de famílias atendidas, mudanças na legislação que incorporaram novos tipos de benefícios, elevação da renda familiar *per capita* para acesso ao benefício e aumento no valor dos benefícios.

Gráfico 47 – Seguro-desemprego x abono salarial (2004-2015)

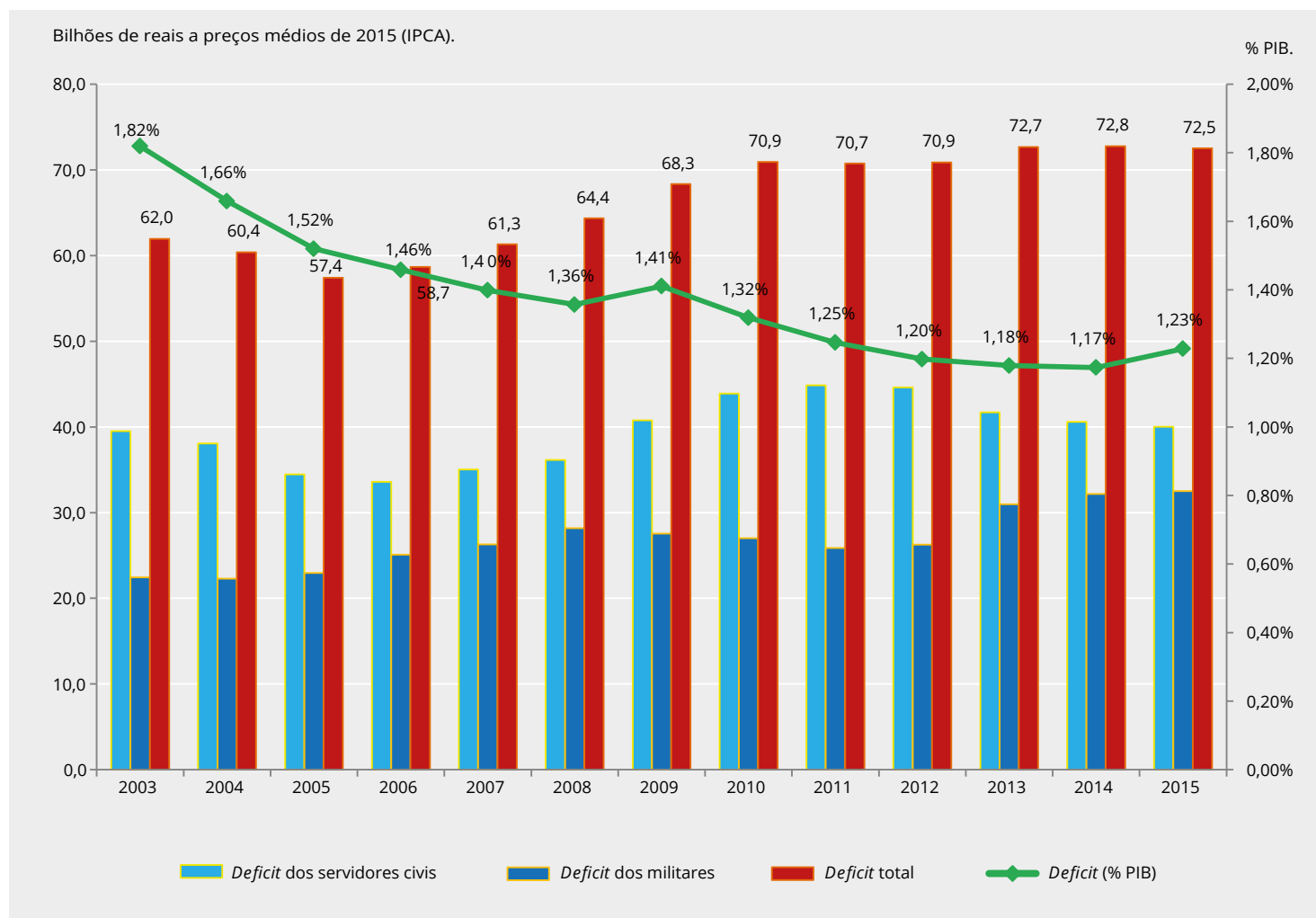


Fonte: Prodasen/Siafi.

As despesas com pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial apresentaram trajetória crescente, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho, da relativa manutenção da taxa de rotatividade de

mão de obra e da sucessão de aumentos reais do salário mínimo. Ressalta-se, contudo, que em 2015 há uma inflexão das despesas executadas com o abono salarial, provocada pela mudança de calendário desse abono.

Gráfico 48 – Previdência dos servidores da União: receita, despesa e *deficit* (2003-2015)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO da STN.

Segundo consta do *Balanço de 4 anos do PAC 2007-2010*, elaborado pelo MPOG¹, o PAC, lançado em janeiro de 2007, tinha como principais desafios estabilizar a economia e implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país, combinando crescimento com distribuição de renda.

Com esses objetivos, os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% do PIB nos doze meses encerrados em outubro de 2010. No período, foram executados 559,6 bilhões de reais, equivalentes a 85,1% do total inicialmente previsto.

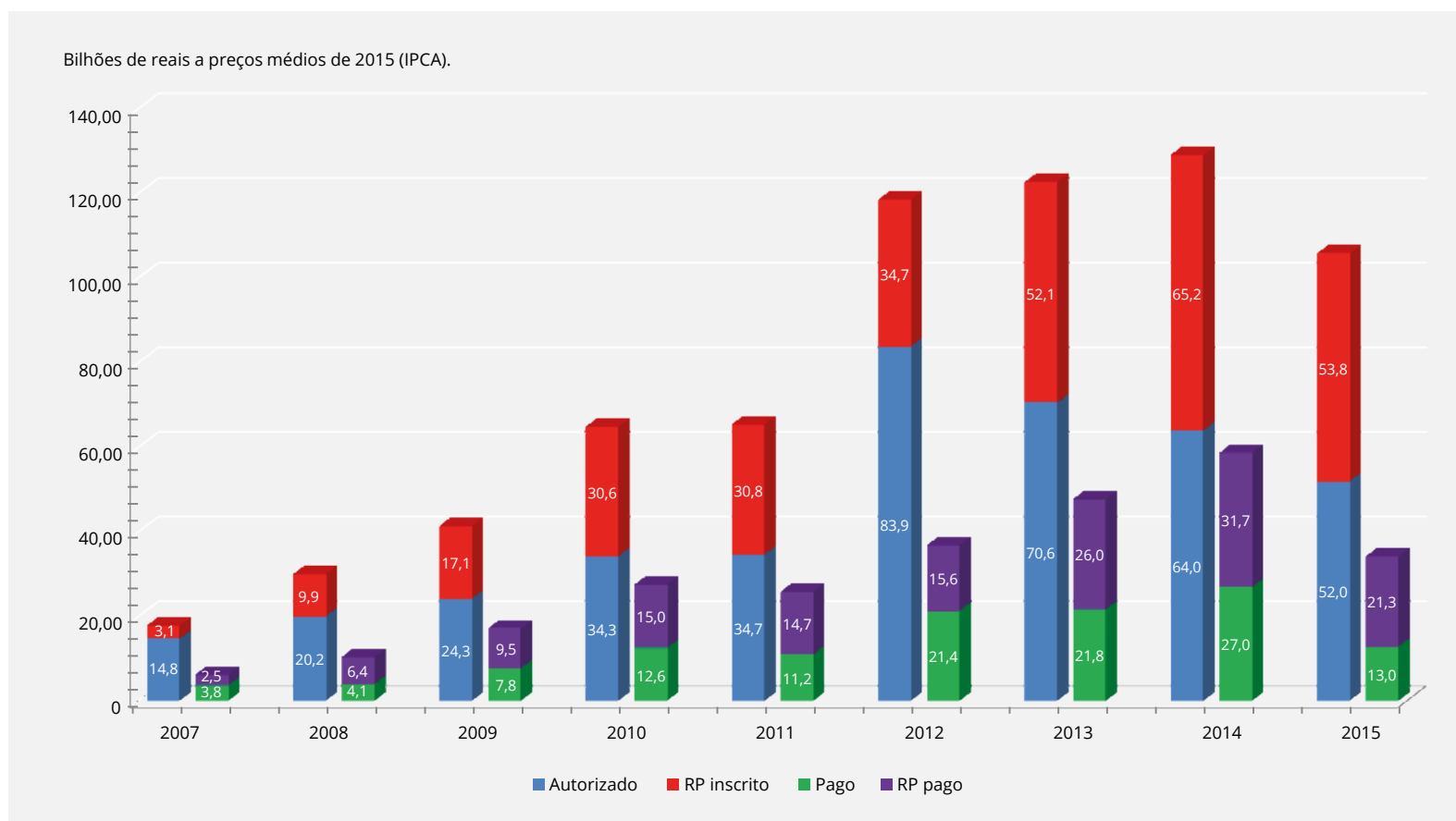
Em 2011, foi lançado o PAC 2 (2011-2014) também com objetivos estratégicos para a execução de obras estruturantes. O *11º balanço do PAC 2*, publicado em 11/12/2014, registrou a conclusão de 99,7% das ações previstas para o período.

¹ Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2014.



Programa de Aceleração do CRESCIMENTO (PAC) (2007-2015)

Gráfico 49 – Investimentos e inversões financeiras do PAC (2007-2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 11 – Nível de execução do PAC por GND (2014-2015)

Valores em milhões de reais.

GND	2015				2014		Nível de execução		Variação (%)
	Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2015 c/a (%)	2014 c/a (%)	2015/2014
4 – Investimentos	37.186,7	21.553,4	5.812,3	16.651,3	13.155,7	16,7	15,63%	31,76%	-39,16%
5 – Inversões financeiras	14.840,5	8.149,8	7.148,5	4.647,0	11.646,7	4,6	48,17%	67,52%	-30,57%
Total	52.027,2	29.703,2	12.960,8	21.298,3	24.802,4	21,3	24,91%	42,27%	-36,46%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 12 – Nível de execução do PAC por GND e órgão (2014-2015)

Valores em milhões de reais.

GND	Órgão (Cod)	2015				2014		Nível de execução		Varição (%)
		Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2015 c/a (%)	2014 c/a (%)	2015/2014
Investimentos	20000 – Presidência da República	0,0	0,0	0,0	31,4	0,0	31,4	0,00%	0,00%	-72,26%
	22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,0	0,0	0,0	211,8	0,0	211,8	0,00%	0,00%	-30,73%
	26000 – Ministério da Educação	6.386,1	2.209,7	198,8	1.542,3	769,1	1.542,3	3,11%	11,70%	-49,25%
	32000 – Ministério de Minas e Energia	10,3	5,9	1,2	5,3	2,1	5,3	11,80%	18,14%	-76,93%
	36000 – Ministério da Saúde	1.443,3	850,2	641,5	652,2	1.010,4	652,2	44,44%	50,96%	-34,76%
	39000 – Ministério dos Transportes	11.167,3	7.731,5	1.956,2	6.002,8	5.206,4	6.002,8	17,52%	35,93%	-34,96%
	41000 – Ministério das Comunicações	32,2	32,1	0,6	2,5	0,0	2,5	1,87%	0,00%	2.531,32%
	42000 – Ministério da Cultura	170,0	84,5	30,0	87,5	14,4	87,5	17,63%	9,57%	-52,64%
	47000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	0,4	0,0	0,0	21,1	0,0	21,1	0,00%	0,00%	-97,09%
	49000 – Ministério do Desenvolvimento Agrário	380,0	0,0	0,0	0,0	3,9	0,0	0,00%	10,08%	-100,00%
	51000 – Ministério do Esporte	1.611,1	934,3	244,4	874,1	414,2	874,1	15,17%	30,81%	40,77%
	52000 – Ministério da Defesa	5.705,4	4.404,5	1.303,8	1.833,8	2.989,6	1.833,8	22,85%	60,49%	-47,87%
	53000 – Ministério da Integração Nacional	3.950,0	2.237,5	1.052,5	2.356,8	1.667,1	2.356,8	26,64%	29,66%	-11,87%
	54000 – Ministério do Turismo	0,0	0,0	0,0	275,0	0,0	275,0	0,00%	0,00%	308,55%
	55000 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	201,2	119,7	19,3	94,3	180,1	94,3	9,57%	37,69%	-79,96%
	56000 – Ministério das Cidades	5.429,1	2.552,1	322,3	2.462,3	830,7	2.462,3	5,94%	18,06%	-3,42%

Valores em milhões de reais.

GND	Órgão (Cod)	2015				2014		Nível de execução		Variação (%)
		Lei + créditos (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago	Pago (c)	RP pago	2015 c/a (%)	2014 c/a (%)	2015/2014
Investimentos	62000 – Secretaria de Aviação Civil	260,8	96,1	40,9	55,0	34,3	55,0	15,68%	6,18%	-29,49%
	65000 – Secretaria de Políticas para as Mulheres	0,0	0,0	0,0	19,3	7,1	19,3	0,00%	25,21%	-58,00%
	68000 – Secretaria de Portos	439,3	295,3	0,9	123,8	26,3	123,8	0,20%	4,80%	74,27%
Total	Investimentos	37.186,7	21.553,4	5.812,3	16.651,3	13.155,7	16,65	15,63%	31,76%	-39,16%
Inversões financeiras	39000 – Ministério dos Transportes	500,0	420,0	420,0	0,0	0,0	0,0	84,00%	0,00%	110,00%
	41000 – Ministério das Comunicações	804,0	401,6	386,8	0,0	–	0,0	48,11%	–	0,00%
	52000 – Ministério da Defesa	317,1	296,4	296,4	0,0	–	0,0	93,47%	–	0,00%
	56000 – Ministério das Cidades	10.459,9	5.015,0	4.443,5	4.144,3	10.355,7	4.144,3	42,48%	71,42%	-42,22%
	62000 – Secretaria de Aviação Civil	2.344,5	1.760,0	1.495,6	339,3	1.283,3	339,3	63,79%	53,38%	4,79%
	68000 – Secretaria de Portos	335,0	256,8	106,2	163,4	7,7	163,4	31,69%	2,89%	51,82%
	71000 – Encargos financeiros da União	80,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%	0,00%
Total	Inversões financeiras	14.840,5	8.149,8	7.148,5	4.647,0	11.646,7	4,6	48,17%	67,52%	-30,57%
Total Geral		52.027,2	29.703,2	12.960,8	21.298,3	24.802,4	21.298,3	24,91%	42,27%	-36,46%

10 Execução ORÇAMENTÁRIA

Tabela 13 – Execução por função (2003-2015)

Bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Função	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Administração	16,4	13,5	19,18	14,9	18,9	14,0	19,9	16,3	25,4	19,7	25,0	19,7	27,5	21,9	29,5	24,6	27,5	22,4	30,8	22,4	29,8	22,5	27,4	21,2	29,3	20,6
Agricultura	18,6	12,2	22,94	13,2	20,9	13,0	22,3	14,0	25,5	12,8	23,5	11,8	26,2	16,3	27,4	12,5	26,3	12,5	27,4	12,6	29,0	11,3	26,9	11,0	28,8	18,0
Assistência social	18,3	15,4	26,66	25,3	27,9	27,1	37,7	35,5	40,1	39,5	44,4	43,4	49,9	47,9	54,6	53,5	59,7	58,2	71,7	66,3	76,6	70,4	77,3	72,9	74,6	69,2
Ciência e tecnologia	4,2	3,3	5,13	4,2	6,8	4,7	7,1	4,8	7,4	5,1	8,4	6,1	9,5	7,0	11,2	7,4	9,9	6,4	13,3	7,1	14,1	7,9	10,5	6,6	10,6	6,1
Comércio e serviços	5,6	3,6	5,51	2,7	6,4	2,7	6,1	3,1	7,1	2,5	8,2	2,0	7,8	2,0	8,0	2,0	7,9	1,6	8,4	1,6	8,1	1,5	6,5	1,5	5,9	1,1
Comunicações	1,9	1,1	1,25	0,7	1,7	0,7	1,1	0,7	1,7	0,8	1,0	0,6	1,1	0,6	1,6	0,8	1,8	0,9	1,9	0,9	1,9	1,3	2,0	1,4	1,6	1,2
Cultura	0,7	0,4	0,81	0,4	1,1	0,6	1,2	0,7	1,6	0,7	1,9	0,8	1,9	1,0	3,0	1,1	2,4	0,8	3,7	1,0	4,1	1,0	3,3	1,0	2,8	0,9
Defesa nacional	25,4	21,3	25,83	22,9	28,8	24,6	29,6	26,2	32,5	28,1	36,6	28,3	42,6	33,6	47,7	38,4	44,3	36,1	51,5	36,3	46,0	35,9	46,6	37,3	46,4	33,3
Desporto e lazer	0,7	0,1	0,71	0,3	1,2	0,2	1,7	0,4	2,5	1,2	2,1	0,3	2,1	0,2	2,9	0,4	3,5	0,4	4,4	0,5	4,8	0,5	3,6	0,9	3,4	0,7
Direitos da cidadania	1,2	0,7	1,23	0,9	1,8	1,1	2,0	1,2	2,1	1,0	3,2	1,4	2,7	1,6	3,1	1,8	2,5	1,3	2,7	0,8	2,4	0,8	2,0	0,8	2,2	0,7
Educação	29,6	25,4	28,85	24,7	32,0	24,4	34,1	28,5	40,3	32,2	45,7	36,2	58,0	44,7	73,4	56,5	81,5	61,1	103,2	70,5	104,1	76,4	111,7	88,2	115,5	88,6
Encargos especiais	1.599,7	1.186,1	2.163,31	1.110,2	2.160,1	1.295,8	2.145,9	1.276,5	1.696,8	1.202,3	1.501,2	1.116,2	1.536,1	1.164,6	1.556,1	1.122,1	1.580,9	1.185,6	1.626,0	1.198,7	1.548,7	1.101,2	1.642,0	1.359,3	1.746,6	1.281,6
Energia	8,8	3,8	1,41	0,7	1,4	0,7	0,9	0,6	1,2	0,7	1,2	0,7	1,4	0,9	1,5	0,7	1,3	0,7	1,4	0,8	1,4	0,9	2,4	0,9	2,3	1,6
Essencial à Justiça	2,8	2,6	4,04	3,8	4,8	3,9	5,3	4,9	6,5	5,5	7,2	6,5	7,5	6,9	7,7	7,2	7,8	7,0	5,2	4,5	5,6	4,9	6,2	5,6	6,9	5,9
Gestão ambiental	4,8	1,4	2,91	1,7	4,7	2,0	4,0	2,0	6,1	2,2	6,8	2,3	6,1	2,4	6,7	2,9	6,7	3,0	10,4	3,4	8,7	3,9	9,4	3,8	7,3	3,0
Habitação	0,7	0,0	1,47	0,4	1,3	0,3	2,5	0,1	1,6	0,0	1,9	0,2	1,8	0,2	0,4	0,0	0,9	0,1	0,9	0,2	0,3	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0
Indústria	1,1	0,8	7,09	2,2	3,2	2,0	4,0	3,3	4,8	4,0	3,9	2,4	4,8	1,9	3,8	2,0	4,0	2,1	3,2	2,3	3,1	2,2	2,9	2,3	2,8	2,0
Judiciária	17,1	15,7	19,8	18,2	21,4	17,3	24,6	22,8	26,4	24,1	29,0	27,1	30,2	27,8	31,6	28,9	29,8	27,4	31,7	28,0	30,9	27,8	32,1	29,1	32,2	29,0
Legislativa	6,3	5,9	6,74	6,2	7,6	6,3	8,5	7,4	8,7	7,2	8,9	7,1	8,1	6,9	8,3	7,3	8,2	7,3	8,1	7,2	8,2	7,1	7,7	6,9	7,5	6,8
Organização agrária	3,2	1,9	5,48	3,3	7,1	4,4	7,9	4,9	8,3	5,7	9,1	3,8	8,2	3,6	7,8	3,0	6,7	2,8	9,7	2,4	11,6	3,1	6,5	2,7	5,9	1,7

Bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Função	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Previdência social	288,7	283,0	309,4	306,4	329,8	325,9	356,5	354,8	379,0	376,5	395,9	367,0	428,1	402,5	453,1	432,9	468,9	449,1	493,9	473,6	518,2	498,3	540,4	514,2	541,6	514,5
Relações exteriores	2,4	2,2	3,21	2,3	3,0	2,4	2,5	2,3	2,9	2,4	2,6	2,9	2,7	2,2	3,1	2,6	2,9	2,5	2,9	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	3,1	3,1
Reserva de contingência	27,2	0,0	34,01	0,0	32,8	0,0	37,5	0,0	36,2	0,0	33,0	0,0	27,9	0,0	18,8	0,0	25,6	0,0	23,2	0,0	29,2	0,0	33,4	0,0	30,5	0,0
Saneamento	0,4	0,0	0,36	0,0	0,3	0,0	0,3	0,0	2,9	0,1	3,0	0,7	4,5	1,2	3,3	0,7	2,3	0,3	5,3	0,9	4,0	0,7	2,5	0,5	2,5	0,3
Saúde	55,5	49,9	63,99	56,0	67,9	57,7	70,6	60,5	79,2	64,6	80,4	67,8	86,6	72,0	89,0	76,8	96,8	82,8	109,6	87,9	107,9	88,8	109,4	94,1	113,0	93,9
Segurança pública	5,6	4,1	5,97	4,6	6,6	4,5	7,3	5,5	9,6	7,4	11,8	8,4	12,9	9,5	15,1	11,0	13,3	8,4	14,2	8,3	13,1	8,3	11,6	7,9	10,8	7,8
Trabalho	19,9	18,8	21,0	19,5	22,7	21,9	28,0	27,2	32,2	31,4	36,3	33,5	44,6	41,6	44,2	43,0	49,5	46,7	60,1	51,1	78,1	74,0	79,7	75,9	70,0	65,3
Transporte	11,4	3,7	10,31	4,6	15,5	5,8	15,1	5,9	22,9	8,9	24,7	7,2	28,0	11,7	34,5	15,2	31,1	13,8	42,4	14,8	27,9	12,2	28,4	13,3	24,6	9,8
Urbanismo	1,8	0,2	3,1	1,3	5,5	1,0	5,1	1,1	8,6	1,2	9,2	1,7	9,7	2,4	10,2	2,5	9,5	1,6	11,3	1,4	10,2	1,2	8,7	1,5	9,6	1,1
Total	2.180,1	1.677,1	2.801,7	1.651,6	2.843,3	1.865,3	2.889,3	1.911,3	2.520,2	1.887,6	2.366,2	1.806,2	2.478,7	1.935,2	2.557,7	1.957,5	2.613,3	2.042,8	2.778,5	2.108,0	2.730,7	2.066,7	2.843,9	2.363,4	2.938,5	2.267,6

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 14 – Execução por subfunção (2003-2015)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Abastecimento	3,7	1,7	3,38	1,3	4,2	2,6	4,5	2,2	4,5	1,7	4,8	1,0	11,4	6,1	11,8	3,7	9,2	2,6	9,8	2,5	10,2	2,2	9,1	1,2	9,8	4,7
Ação judiciária	16,0	14,7	15,12	14,3	18,8	15,7	16,6	15,7	17,3	16,5	19,2	18,5	19,2	18,6	20,4	19,7	19,4	18,7	3,9	2,9	3,5	2,6	3,2	2,5	2,7	1,9
Ação legislativa	5,2	4,9	5,32	5,0	6,0	5,1	6,0	5,4	6,1	5,2	5,9	5,1	5,6	5,1	5,7	5,1	5,6	5,2	1,1	0,7	1,1	0,7	1,1	0,7	1,0	0,7
Administração de concessões			0,07	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração de receitas	0,4	0,3	3,95	3,9	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,1	0,0
Administração financeira	5,7	4,7	0,7	0,2	0,7	0,4	0,6	0,5	1,2	1,0	0,5	0,4	0,5	0,3	0,3	0,2	0,5	0,1	0,4	0,2	0,5	0,1	0,3	0,0	1,0	0,6
Administração geral	15,7	14,6	56,12	51,5	62,2	52,0	75,7	71,6	84,5	77,6	92,8	82,6	101,5	94,1	108,2	100,1	109,0	100,0	133,3	121,8	134,7	122,4	133,7	123,8	132,7	123,3
Alcool	1,0	0,9																								
Alimentação e nutrição	5,4	5,1	3,07	3,0	5,5	5,2	5,9	5,7	5,9	5,7	6,2	5,8	7,1	6,6	9,9	9,6	9,6	9,3	10,5	9,7	11,1	10,0	5,2	4,5	4,5	4,1
Assistência à criança e ao adolescente	4,9	4,5	1,11	0,9	1,7	1,6	0,9	0,7	0,8	0,7	1,0	0,8	1,2	0,9	1,2	1,0	1,1	0,9	0,6	0,4	0,6	0,2	0,2	0,0	0,2	0,0
Assistência ao idoso	5,0	4,6	0,11	0,1	7,2	7,1	8,7	8,6	9,9	9,9	11,0	11,0	13,0	12,6	14,3	14,3	15,0	15,0	17,8	16,8	18,5	17,5	19,3	18,6	18,5	17,8
Assistência ao portador de deficiência	8,3	7,8	0,23	0,1	9,4	9,3	10,7	10,7	11,8	11,8	12,9	12,9	14,8	14,6	16,4	16,4	17,6	17,3	19,8	18,9	20,9	19,8	21,7	20,9	23,4	22,5
Assistência aos povos indígenas	0,3	0,3	0,14	0,1	0,1	0,1	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	0,4	0,6	0,4	0,6	0,3	0,5	0,4	1,0	0,8	1,3	1,1	1,4	1,2	1,5	1,2
Assistência comunitária	3,9	1,9	1,03	0,7	1,6	0,9	2,9	2,0	3,2	2,0	3,4	1,8	20,8	19,0	22,9	20,7	26,0	23,8	33,4	29,0	37,2	32,9	35,6	32,5	32,6	28,7
Assistência hospitalar e ambulatorial	32,5	29,7	4,36	3,9	34,3	31,5	37,0	33,7	41,4	36,7	43,4	38,2	47,9	42,8	51,6	45,9	55,5	48,9	59,0	50,2	55,9	47,5	57,1	50,4	60,5	51,9
Atenção básica	9,4	8,8	2,49	2,0	12,2	10,9	13,5	11,7	15,3	13,3	15,4	14,2	16,2	14,2	17,1	15,7	19,5	16,7	23,8	18,7	24,3	21,2	27,2	23,6	26,3	22,5
Atípica									0,0	0,0																

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Biocombustíveis													0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Colonização	0,0	0,0	0,09	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Combustíveis minerais											0,3	0,0	0,5	0,2	0,7	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,3	0,1	0,2	0,0
Comercialização	0,0	0,0	0,01	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Comércio exterior	0,0	0,0	0,03	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	3,8	1,2	2,2	1,1	3,2	1,2	4,0	1,3	3,8	1,2	4,6	1,2	3,7	0,9
Comunicação social	0,5	0,2	0,73	0,5	0,8	0,4	0,6	0,4	0,6	0,3	0,8	0,4	1,0	0,5	1,1	0,6	0,9	0,5	1,3	0,6	1,4	0,7	1,2	0,8	1,1	0,5
Conservação de energia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0								
Controle ambiental	1,1	0,1	0,09	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
Controle externo	0,7	0,6	0,69	0,6	0,8	0,7	0,9	0,8	0,9	0,8	1,0	0,8	0,9	0,8	1,0	1,0	1,0	0,9	0,2	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3	0,2
Controle interno	0,0	0,0	0,03	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Cooperação internacional	1,5	1,1	0,43	0,4	1,6	1,0	0,9	0,8	1,2	0,9	0,9	0,9	1,6	0,8	3,3	1,6	1,7	1,0	3,2	0,9	2,0	0,6	1,1	0,3	0,4	0,2
Custódia e reintegração social	0,5	0,2	0,29	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	0,7	0,1	1,0	0,0	0,3	0,0	0,4	0,0	0,2	0,0	0,9	0,0	0,4	0,0	0,4	0,0	0,3	0,0
Defesa aérea	7,4	5,6	3,01	1,9	3,2	2,0	3,1	2,2	3,9	2,1	4,7	2,8	5,4	2,9	5,4	3,0	4,7	2,5	8,0	3,8	5,9	3,6	6,3	3,8	6,1	2,5
Defesa agropecuária																			0,0	0,0	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1
Defesa civil	0,5	0,2	0,25	0,1	0,6	0,1	0,6	0,1	1,3	0,4	2,7	0,7	3,7	1,7	4,7	2,8	2,4	0,9	3,0	1,0	3,4	1,1	2,0	1,0	2,0	1,0
Defesa da ordem jurídica	2,2	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Defesa do interesse público no processo judiciário	0,1	0,1	2,16	2,1	2,6	2,2	2,6	2,4	2,9	2,5	3,2	3,0	3,3	3,1	3,4	3,2	3,4	3,1	0,8	0,5	0,8	0,6	0,9	0,7	1,1	0,8
Defesa naval	5,2	4,8	0,89	0,6	1,5	1,0	1,2	0,8	1,5	1,3	1,9	1,4	5,6	2,3	6,9	5,0	4,4	3,2	5,3	3,4	4,5	2,4	4,0	2,5	3,5	0,9
Defesa sanitária animal	0,1	0,1	0,12	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Defesa sanitária vegetal	0,0	0,0	0,03	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Defesa terrestre	8,6	8,2	0,92	0,7	0,8	0,6	0,9	0,5	1,0	0,7	2,0	1,1	2,1	1,1	3,0	1,2	3,1	1,3	5,6	1,2	3,4	1,4	3,8	1,5	3,1	0,9

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Desenvolvimento científico	1,6	1,2	1,1	0,7	1,3	0,7	2,3	1,7	2,3	1,7	2,4	1,6	2,6	1,9	2,7	1,8	2,6	1,7	3,5	2,1	5,3	3,1	6,0	4,0	5,9	2,6
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	3,5	2,6	2,17	1,5	2,6	1,8	3,2	1,7	3,8	2,1	3,6	2,1	5,3	3,4	6,4	3,5	5,7	2,9	8,6	3,4	7,2	3,0	3,9	1,3	4,0	2,0
Desporto comunitário	0,6	0,1	0,53	0,1	0,9	0,1	0,9	0,2	1,1	0,1	1,8	0,2	1,8	0,1	1,7	0,1	2,5	0,3	1,6	0,0	1,8	0,1	1,2	0,1	1,3	0,1
Desporto de rendimento	0,1	0,0	0,13	0,1	0,2	0,0	0,7	0,2	1,3	1,0	0,6	0,1	0,5	0,1	1,7	0,5	2,0	0,6	2,4	0,2	2,8	0,3	2,2	0,7	2,0	0,4
Difusão cultural	0,3	0,1	0,37	0,2	0,7	0,3	0,6	0,2	0,9	0,1	1,2	0,3	1,1	0,4	2,1	0,6	1,3	0,2	1,1	0,3	1,6	0,3	1,5	0,3	1,0	0,2
Difusão do conhecimento científico e tecnológico	0,1	0,1	0,2	0,1	0,9	0,3	0,5	0,3	0,6	0,3	0,6	0,3	0,5	0,3	0,7	0,3	0,5	0,3	0,8	0,3	0,6	0,3	0,6	0,3	0,5	0,4
Direitos individuais, coletivos e difusos	0,4	0,2	0,09	0,0	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	1,0	0,5	0,9	0,3	1,4	0,5	1,3	0,3	1,4	0,4	1,1	0,3	1,0	0,4	1,4	0,4
Educação básica																			11,1	5,9	11,3	5,1	9,9	5,9	9,2	4,0
Educação de jovens e adultos	1,0	0,9	0,08	0,1	1,7	1,5	1,4	1,1	0,5	0,3	1,4	0,9	2,1	1,4	2,9	1,7	2,1	1,2	1,8	0,8	1,0	0,4	0,7	0,3	0,5	0,1
Educação especial	0,1	0,1	0,08	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Educação infantil	0,5	0,4	0,36	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,5	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	1,6	0,7	4,0	1,4	3,7	1,1	4,9	1,0	4,7	0,1
Empregabilidade	0,4	0,2	0,55	0,3	0,7	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,9	0,2	0,7	0,1	0,5	0,1	0,6	0,1	0,7	0,1	0,5	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0
Energia elétrica	1,0	0,6	0,26	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,6	0,1	0,6	0,4	0,1	0,1	1,2	0,1	1,1	0,8
Ensino fundamental	4,2	2,5	1,6	0,6	2,1	1,4	4,0	2,8	5,6	3,0	2,2	0,9	1,2	0,7	1,6	0,9	0,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino médio	0,4	0,2	0,39	0,3	0,7	0,5	0,3	0,2	0,4	0,3	1,1	0,7	0,6	0,4	1,8	1,5	1,4	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ensino profissional	2,0	1,5	1,63	1,4	2,2	1,3	2,0	1,5	2,3	1,7	3,3	2,0	4,4	2,7	5,5	4,1	7,8	5,1	11,3	7,1	13,0	9,4	14,6	11,5	14,2	10,2
Ensino superior	15,2	13,9	13,7	13,0	17,0	13,4	16,7	14,7	18,8	15,9	20,2	16,8	24,2	18,8	27,8	20,8	30,3	23,2	30,7	22,3	32,4	25,6	33,8	28,3	34,4	29,7
Extensão rural	0,6	0,1	0,34	0,1	0,6	0,1	0,7	0,1	1,0	0,0	0,9	0,1	0,8	0,2	1,0	0,2	0,5	0,1	0,9	0,1	1,1	0,1	1,2	0,1	1,1	0,1
Fomento ao trabalho	0,2	0,0	0,05	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	15,8	14,0	16,7	16,0	17,7	17,6	26,3	18,9	21,2	20,1	20,6	18,7	19,0	17,1
Formação de recursos humanos	0,8	0,4	1,6	1,0	1,6	1,1	1,4	0,9	1,5	0,9	2,5	1,1	3,6	2,1	4,5	2,5	4,7	2,0	1,7	0,7	1,7	1,0	1,8	1,4	1,5	1,2

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Habitação urbana	0,6	0,0	0,02	0,0	0,4	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,8	0,1	0,8	0,1	0,4	0,1	0,8	0,2	0,5	0,2	0,3	0,1	0,5	0,2	0,4	0,2
Informação e inteligência	0,2	0,1	0,4	0,2	0,4	0,2	0,3	0,1	0,4	0,1	0,3	0,1	0,4	0,1	0,4	0,2	0,3	0,1	1,4	0,2	1,0	0,4	0,8	0,4	0,7	0,2
Infraestrutura urbana	1,9	0,2	0,32	0,0	3,5	0,1	4,6	0,2	6,9	0,2	6,3	0,8	7,5	1,3	6,5	1,0	6,1	0,3	6,4	0,3	6,5	0,0	4,3	0,0	4,6	0,0
Irrigação	0,7	0,1	0,61	0,3	0,7	0,2	0,6	0,2	1,3	0,2	1,3	0,2	1,0	0,3	0,9	0,2	0,8	0,2	1,0	0,2	0,7	0,1	0,5	0,1	0,3	0,1
Lazer					0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,5	0,1	0,6	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Meteorologia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Mineração	0,3	0,2	0,11	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Normalização e qualidade	0,5	0,4	0,53	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,6	0,5	0,7	0,5	0,9	0,7	0,8	0,5	0,7	0,6	0,7	0,4
Normatização e fiscalização	1,0	0,9	1,03	0,7	1,9	1,1	1,6	0,9	1,6	0,9	1,3	0,7	1,2	0,7	1,2	0,7	1,1	0,6	1,4	0,6	1,7	0,6	1,4	0,6	1,4	0,5
Ordenamento territorial	0,0	0,0	0,09	0,0	0,3	0,1	0,4	0,1	0,5	0,1	0,6	0,1	0,9	0,1	0,9	0,1	1,1	0,1	2,7	0,1	5,0	0,5	0,8	0,1	1,0	0,1
Outras transferências	129,4	124,7	214,78	206,4	177,2	162,1	183,4	167,0	199,6	185,1	193,1	182,6	189,8	147,7	180,2	154,5	199,0	172,7	213,8	176,1	217,2	179,4	223,2	184,9	203,3	165,6
Outros encargos especiais	86,3	61,9	150,07	101,5	80,2	49,2	98,0	74,3	167,5	136,3	197,2	171,2	200,0	176,3	190,2	112,1	80,7	37,0	186,4	158,7	66,0	45,5	167,8	135,3	194,7	111,8
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	0,2	0,1	0,21	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,5	0,1	0,3	0,0	0,3	0,1	0,3	0,1
Petróleo	2,5	1,8	0,06	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0										
Planejamento e orçamento	0,9	0,5	0,25	0,1	1,3	1,0	0,9	0,3	1,3	0,9	1,0	0,2	1,4	0,4	3,0	1,9	1,3	0,2	3,3	0,2	1,2	0,4	1,0	0,3	0,7	0,2
Policiamento	4,6	3,6	0,96	0,5	1,1	0,6	1,4	0,5	2,1	1,4	1,9	1,2	1,1	0,5	1,6	0,6	2,1	0,6	3,1	1,0	2,8	0,9	2,3	0,6	2,1	0,6
Preservação e conservação ambiental	1,4	0,7	0,3	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,5	0,1	0,3	0,1	0,6	0,2	0,8	0,4	1,5	0,2	1,4	0,3	1,5	0,3	1,0	0,3
Previdência básica	216,2	211,0	205,63	204,0	249,1	247,5	271,3	270,7	288,1	287,3	301,0	274,3	325,6	301,5	344,3	325,4	359,6	341,0	385,7	366,6	408,1	389,8	429,5	404,4	431,7	405,5
Previdência complementar	0,5	0,4	0,25	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Previdência do regime estatutário	69,7	69,5	72,31	71,6	73,4	72,5	77,2	76,9	81,3	80,6	85,6	84,8	92,8	92,1	98,1	97,6	98,8	98,2	97,8	97,2	99,7	98,8	100,8	100,2	100,1	99,9
Previdência especial	1,4	1,4	1,66	1,6	1,8	1,7	1,8	1,6	3,0	2,6	3,4	2,6	3,2	2,7	3,3	2,9	3,1	2,9	3,3	3,0	3,1	2,8	3,1	2,8	3,1	2,9

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Produção industrial	1,5	0,8	0,38	0,2	0,7	0,4	0,5	0,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,7	0,4	1,2	0,5	6,2	0,5	4,6	0,6	0,8	0,5	0,7	0,5	0,7	0,4
Promoção comercial	0,1	0,0	0,24	0,1	0,2	0,1	0,5	0,2	0,5	0,2	0,4	0,1	0,6	0,2	0,5	0,1	0,6	0,0	1,4	0,1	1,3	0,0	1,0	0,1	1,2	0,0
Promoção da produção agropecuária																			1,5	0,0	11,5	3,3	10,6	3,7	11,8	7,4
Promoção da produção animal	0,0	0,0	0,04	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,3	0,0	0,4	0,1	0,8	0,1	0,5	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Promoção da produção vegetal	1,3	0,9	0,03	0,0	2,2	2,2	2,7	2,6	3,3	2,5	3,8	3,4	7,6	4,9	7,4	2,9	9,7	3,9	8,7	4,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Promoção industrial	0,3	0,1	0,1	0,0	1,8	0,8	2,5	1,1	1,9	1,5	3,4	2,0	5,8	3,0	7,2	3,6	5,3	3,3	8,0	5,8	5,2	4,4	5,8	4,9	6,5	5,0
Propriedade industrial	0,1	0,1	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Proteção e benefícios ao trabalhador	18,2	17,7	0,78	0,7	20,9	20,6	25,9	25,5	30,0	29,6	33,4	31,9	41,8	40,0	41,5	41,4	46,9	45,3	50,6	49,6	55,7	53,2	65,4	63,5	57,5	54,4
Recuperação de áreas degradadas	0,0	0,0	0,03	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recursos hídricos	1,8	0,3	0,92	0,3	2,4	0,6	1,8	0,3	3,0	0,5	4,3	0,6	3,7	0,7	3,8	0,8	3,6	0,7	6,9	1,5	5,5	1,9	6,1	1,8	4,5	1,2
Refinanciamento da dívida externa	37,7	15,5	56,04	17,3	71,7	17,8	69,2	45,0	45,0	27,8	31,8	5,8	16,3	7,2	13,0	12,7	10,7	8,9	15,7	5,3	16,2	9,3	9,7	3,1	18,1	10,6
Refinanciamento da dívida interna	1.011,6	718,7	1.516,92	646,2	1.541,0	844,4	1.311,7	577,8	955,5	575,7	671,5	415,4	571,6	373,1	795,4	500,7	844,9	598,2	651,4	360,6	808,6	515,0	801,1	667,3	725,0	558,8
Reforma agrária	3,0	1,7	2,54	2,0	3,4	2,7	3,2	2,6	3,2	2,6	3,2	1,3	4,8	2,1	3,9	1,1	3,5	1,5	4,0	0,8	2,8	0,5	2,6	0,7	2,4	0,3
Relações de trabalho	0,2	0,2	0,02	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Relações diplomáticas	1,9	1,8	1,04	0,8	1,0	0,9	0,8	0,7	0,9	0,7	0,8	1,0	1,0	0,7	1,2	0,9	1,5	0,9	1,5	1,3	0,9	0,9	0,8	0,9	1,1	1,1
Representação judicial e extrajudicial	0,4	0,3	0,07	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,7	0,6
Reserva de contingência	27,2	0,0	37,94	0,0	32,8	0,0	37,5	0,0	36,2	0,0	33,0	0,0	27,9	0,0	18,8	0,0	25,6	0,0	23,2	0,0	29,2	0,0	35,0	0,0	36,1	0,0
Saneamento básico rural	0,9	0,1	0,18	0,0	0,3	0,1	0,4	0,2	0,6	0,1	0,7	0,1	0,8	0,1	0,7	0,3	0,8	0,4	1,7	0,6	1,2	0,1	0,9	0,3	0,5	0,0

Subfunção	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Saneamento básico urbano	0,5	0,0	0,86	0,1	1,7	0,1	2,0	0,2	6,8	0,1	4,6	0,7	6,0	1,2	4,7	0,8	3,9	0,6	7,7	1,5	5,7	0,9	3,6	0,6	3,6	0,4
Serviço da dívida externa	80,8	66,4	115,66	67,8	79,7	42,5	74,7	52,3	44,4	28,7	29,9	21,8	33,4	23,1	25,0	18,1	41,4	26,1	24,4	14,2	23,7	21,0	15,1	10,1	13,9	10,9
Serviço da dívida interna	270,7	208,2	265,17	201,6	247,4	203,0	447,3	386,1	330,4	278,2	379,1	308,9	465,9	386,7	294,9	271,1	334,9	283,0	460,9	421,5	368,3	287,5	375,4	315,3	545,8	382,0
Serviços financeiros	0,0	0,0	0,34	0,3	0,9	0,6	1,0	0,8	0,8	0,7	0,6	0,4	0,8	0,5	0,7	0,4	0,7	0,2	9,1	4,2	8,5	6,6	13,2	13,1	16,6	13,9
Serviços urbanos	0,0	0,0	0,01	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,3	0,2	0,3	0,0	0,4	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,4	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
Suporte profilático e terapêutico	5,0	4,1	4,9	3,5	5,8	4,6	6,5	5,2	7,3	5,7	7,6	5,9	8,9	6,7	8,6	6,7	9,2	8,1	11,0	8,9	12,7	9,8	11,8	9,9	13,4	11,0
Tecnologia da informação	4,5	3,2	4,54	3,2	5,1	3,5	4,9	3,5	5,2	4,0	5,3	3,3	7,8	4,3	5,9	3,5	5,4	3,5	5,5	3,2	4,9	2,8	4,0	2,5	4,0	2,2
Telecomunicações	1,4	0,8	0,5	0,3	0,4	0,2	0,5	0,2	0,6	0,3	0,6	0,3	0,7	0,3	0,7	0,4	0,7	0,3	0,5	0,2	0,4	0,2	0,5	0,3	0,6	0,4
Transferências para a educação básica											45,0	42,3	56,4	45,8	57,3	49,7	64,6	55,9	68,4	56,6	66,2	56,5	66,4	55,8	63,4	54,2
Transporte aéreo	0,3	0,1	0,31	0,1	1,0	0,8	0,5	0,1	1,4	1,0	0,5	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,3	0,0	1,9	0,1	0,5	0,1	0,8	0,1	0,5	0,0
Transporte ferroviário	1,4	0,4	0,28	0,1	0,8	0,4	0,6	0,3	2,6	0,6	2,6	0,4	2,3	0,5	4,0	2,1	3,6	1,4	3,9	0,6	3,3	1,6	3,6	2,1	2,5	1,4
Transporte hidroviário	2,9	1,3	0,54	0,2	0,9	0,2	0,7	0,0	1,4	0,3	2,3	0,6	4,0	1,6	3,1	0,6	2,1	0,8	2,5	1,0	1,0	0,2	1,2	0,3	1,0	0,1
Transporte rodoviário	5,9	1,1	6,09	1,8	10,1	3,2	9,3	3,2	14,4	4,9	13,5	2,6	15,1	5,2	18,1	7,0	18,0	6,7	23,3	5,1	14,4	3,5	13,3	3,3	9,6	1,0
Transportes coletivos urbanos	0,3	0,3	0,96	0,8	1,9	0,7	1,4	0,7	1,8	0,6	2,0	0,6	1,5	0,8	2,2	1,1	2,4	1,1	3,4	0,4	1,7	0,4	2,8	0,7	3,5	0,3
Turismo	0,7	0,1	0,25	0,2	1,4	0,4	2,6	0,9	2,9	0,7	4,1	0,6	4,0	0,7	5,4	0,6	4,4	0,2	4,0	0,2	4,0	0,2	1,6	0,1	2,0	0,1
Vigilância epidemiológica	2,0	1,7	1,94	1,5	3,5	2,7	4,1	2,9	3,6	2,4	3,8	2,5	5,2	2,5	4,3	3,2	4,4	3,4	4,8	3,5	5,4	3,9	4,8	3,8	5,6	3,7
Vigilância sanitária	0,3	0,3	0,21	0,2	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3
Total	2.180,1	1.677,1	2.801,7	1.651,6	2.843,3	1.865,3	2.889,3	1.911,3	2.520,2	1.887,6	2.366,2	1.806,2	2.478,7	1.935,2	2.557,7	1.957,5	2.613,3	2.042,8	2.778,5	2.108,0	2.730,7	2.066,7	2.843,9	2.363,4	2.938,5	2.267,6

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 15 – Execução por órgão (2003-2015)

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Órgão	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Advocacia-Geral da União																				3,1	3,0	3,1	3,0	3,3	3,0	
Câmara dos Deputados	4,1	3,9	4,2	4,0	4,6	4,0	5,2	4,5	5,5	4,4	5,7	4,2	5,1	4,4	5,3	4,5	5,5	4,8	5,5	4,9	5,8	5,1	5,4	5,0	5,4	5,0
Conselho Nacional de Justiça															0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1
Conselho Nacional do Ministério Público															0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Controladoria-Geral da União																				0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	
Defensoria Pública da União																							0,4	0,4	0,5	0,4
Encargos financeiros da União	362,0	288,1	386,7	278,9	318,4	241,9	537,8	456,4	457,0	387,1	527,4	448,8	651,8	552,5	473,5	375,9	425,4	320,1	630,2	571,7	417,9	327,4	515,8	432,0	686,7	449,1
Gabinete da Vice-Presidência da República																				0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1,3	1,2	1,5	1,4	1,6	1,4	1,7	1,6	1,9	1,7	1,9	1,8	2,1	2,0	2,2	2,1	2,2	2,1	2,3	2,0	2,2	2,0	2,2	2,2	2,3	2,1
Justiça do Trabalho	10,6	10,4	11,9	11,4	12,3	10,5	14,3	13,7	14,8	13,9	15,8	15,2	17,5	17,0	16,8	16,2	16,6	15,9	17,4	16,0	17,5	16,2	17,2	16,0	17,6	16,7
Justiça Eleitoral	3,4	3,1	4,7	4,2	4,4	3,7	5,3	4,8	5,2	4,7	6,6	6,0	6,4	5,5	7,2	6,2	5,9	5,2	6,9	5,9	6,0	5,2	6,8	6,0	6,6	5,7
Justiça Federal	7,9	6,8	8,0	7,5	9,9	8,7	11,5	10,6	12,8	11,9	14,3	13,7	16,8	16,0	9,5	8,8	9,2	8,6	9,3	8,5	9,4	8,8	10,0	9,2	10,2	9,4
Justiça Militar da União	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4
Ministério da Aeronáutica – Secretaria de Economia e Finanças																										

Órgão	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11,8	8,2	13,1	5,7	9,7	6,7	10,1	6,8	10,8	6,6	11,4	6,8	14,1	10,9	13,4	9,0	13,1	8,7	14,0	8,3	13,5	8,4	12,5	8,3	12,5	8,0
Ministério da Assistência Social	11,4	10,6	26,7	25,3																						
Ministério da Ciência e Tecnologia	6,8	4,5	7,3	4,9	8,9	5,2	8,6	5,2	8,8	5,4	9,8	6,1	9,6	6,6	10,9	7,3	9,5	5,9	11,8	6,5	12,3	7,3	11,1	7,2	10,1	5,8
Ministério da Cultura	0,8	0,5	1,0	0,6	1,2	0,7	1,3	0,8	1,7	0,8	2,0	1,0	2,0	1,2	3,2	1,3	2,8	1,0	3,7	1,2	3,9	1,2	3,6	1,2	3,4	1,0
Ministério da Defesa	57,1	49,6	57,3	50,8	60,9	53,5	64,1	57,6	67,2	60,8	73,3	62,1	80,4	69,8	87,8	76,6	83,8	74,3	89,2	73,6	86,2	74,3	88,3	77,3	88,0	73,8
Ministério da Educação	37,5	32,8	36,3	31,9	38,8	31,5	41,6	36,2	47,5	39,7	53,1	44,2	65,8	52,9	80,3	65,5	88,8	69,5	104,9	77,0	107,1	81,1	110,3	86,9	109,6	86,0
Ministério da Fazenda	21,4	15,4	19,3	16,3	19,2	15,7	19,8	17,3	24,4	20,6	25,7	21,3	27,7	22,8	29,2	23,5	28,5	23,8	30,1	23,4	30,1	23,5	31,1	22,4	32,5	22,1
Ministério da Integração Nacional	14,0	7,9	11,2	8,8	13,7	9,1	13,0	9,1	17,5	10,0	20,6	12,0	21,6	12,5	12,7	5,4	9,9	3,1	17,4	4,4	14,3	5,8	12,2	4,8	9,0	3,5
Ministério da Justiça	8,2	6,7	8,4	7,3	9,4	7,3	10,3	8,4	12,3	10,2	14,1	11,1	14,0	11,5	15,3	12,2	15,9	11,4	16,5	10,8	14,9	10,7	13,9	10,1	13,5	10,0
Ministério da Pesca e Aquicultura													0,1	0,0	1,1	0,2	0,7	0,1	0,4	0,1	0,7	0,1	0,5	0,1	0,8	0,1
Ministério da Previdência Social	230,8	224,2	248,3	245,8	269,4	266,3	292,9	291,1	310,9	308,8	323,2	295,4	350,8	325,9	371,4	351,3	384,7	365,0	409,3	389,4	431,6	412,3	453,8	427,6	455,3	428,3
Ministério da Saúde	61,8	55,9	71,1	62,6	74,7	64,1	77,1	66,7	85,4	70,6	86,5	73,8	93,5	79,0	96,6	84,3	105,0	91,0	118,1	96,4	116,5	97,2	118,2	102,6	121,1	101,9
Ministério das Cidades	6,3	2,1	5,5	2,6	7,8	2,0	8,5	2,1	14,7	2,7	13,3	2,9	22,3	6,3	22,4	3,5	28,9	3,1	35,2	5,7	31,0	9,6	29,6	14,3	37,3	17,0
Ministério das Comunicações	4,0	1,9	4,1	1,8	6,4	1,8	6,7	1,8	7,9	1,9	7,6	1,8	9,5	1,9	4,7	2,0	5,9	2,1	7,0	1,8	6,2	1,9	14,3	2,1	11,2	1,9
Ministério das Relações Exteriores	2,6	2,5	3,4	2,5	3,2	2,7	2,7	2,5	3,2	2,6	2,9	3,1	3,0	2,5	3,4	2,9	3,3	2,8	3,3	3,1	3,0	2,9	2,9	2,9	3,4	3,4

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Órgão	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Ministério de Minas e Energia	5,8	2,6	5,7	1,1	7,8	1,3	7,3	1,1	8,8	1,3	9,6	1,5	10,7	1,6	10,2	1,6	10,6	1,7	10,1	1,7	12,8	1,8	5,5	1,8	4,5	2,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4,6	2,7	4,7	3,5	5,8	4,5	6,2	4,6	6,6	4,7	7,2	3,5	6,7	3,6	7,1	3,6	6,2	3,2	8,6	3,0	11,2	4,0	6,1	3,3	6,1	3,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,7	1,6	2,1	1,2	1,8	1,1	1,9	1,2	2,3	1,7	2,1	1,3	2,6	1,5	2,6	1,6	2,5	1,6	4,4	1,8	3,3	1,7	3,1	1,8	3,4	1,8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome					27,8	27,0	37,7	35,5	40,1	39,5	44,4	43,4	49,9	47,9	55,0	54,0	60,1	58,6	71,5	66,3	75,5	69,9	77,7	73,2	75,4	70,1
Ministério do Esporte	0,8	0,1	0,7	0,3	1,2	0,2	1,7	0,4	2,5	1,2	2,1	0,3	2,1	0,2	2,9	0,4	3,7	0,4	4,5	0,5	4,8	0,5	3,7	0,9	3,5	0,7
Ministério do Meio Ambiente	3,0	1,6	3,3	1,8	3,9	1,8	4,0	2,0	4,5	2,2	4,8	2,2	5,1	2,3	5,4	2,5	4,8	2,7	4,8	2,5	5,4	2,6	3,6	2,6	3,3	2,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	3,5	3,1	2,6	1,3	3,8	2,9	4,4	3,6	7,5	4,8	6,3	4,0	6,9	4,7	8,2	6,4	6,5	4,8	8,5	4,9	9,1	5,4	6,9	5,0	5,5	4,8
Ministério dos Transportes	22,9	6,7	18,6	6,9	17,7	8,4	16,1	8,1	23,2	10,2	23,1	7,6	24,3	11,2	29,4	14,4	29,0	13,4	34,9	11,3	24,5	10,5	23,7	10,9	19,1	7,1
Ministério do Trabalho e Emprego	43,0	33,8	52,9	35,5	54,9	39,8	58,5	45,3	58,5	47,8	62,3	51,9	67,2	60,3	65,9	63,7	72,3	69,2	83,3	71,3	81,9	75,1	84,0	77,0	86,7	82,0
Ministério do Turismo	0,7	0,2	0,9	0,5	1,8	0,6	2,8	1,1	3,4	1,0	4,6	0,8	4,3	0,8	5,8	0,9	4,8	0,3	4,3	0,4	4,2	0,3	1,8	0,3	2,1	0,2
Ministério Público da União	2,9	2,8	3,0	2,8	3,5	2,9	4,0	3,6	4,7	3,8	4,8	4,4	4,9	4,5	5,0	4,6	5,1	4,5	4,9	4,4	5,4	4,8	5,5	5,0	6,0	5,3
Operações oficiais de crédito	29,9	13,9	46,3	14,9	39,7	12,7	34,8	15,2	35,8	14,8	34,3	12,9	36,9	13,9	43,1	20,7	44,3	24,0	61,2	29,4	57,1	29,2	59,8	35,1	64,5	43,7
Presidência da República	6,1	3,7	5,9	5,0	5,3	3,9	5,3	4,4	7,4	5,3	10,3	6,8	12,1	7,9	12,0	8,1	10,5	7,5	13,3	7,4	2,8	1,8	2,4	1,9	2,5	1,7
Receita do Tesouro da União																			0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		
Refinanciamento da dívida pública mobiliária federal	1.049,3	734,1	1.573,0	663,5	1.612,7	862,2	1.380,8	622,8	1.000,4	603,6	703,3	421,3	587,9	380,3	808,3	513,4	855,6	607,1	667,1	365,9	824,7	524,3	810,8	670,4	743,1	569,4

Valores em bilhões de reais a preços médios de 2015 (IPCA).

Órgão	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago	Autorizado	Pago
Reserva de contingência	2,1	0,0	7,6	0,0	6,0	0,0	12,5	0,0	11,1	0,0	5,6	0,0	4,8	0,0	2,5	0,0	7,1	0,0	3,2	0,0	0,9	0,0	8,1	0,0	11,6	0,0
Secretaria da Micro e Pequena Empresa																							0,1	0,1	0,1	0,0
Secretaria de Assuntos Estratégicos																					0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Secretaria de Aviação Civil																					4,9	2,1	4,6	2,0	5,5	2,1
Secretaria de Direitos Humanos																					0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial																					0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Secretaria de Políticas para as Mulheres																					0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1
Secretaria de Portos																					1,3	0,2	1,7	0,2	1,1	0,3
Senado Federal	3,3	3,2	3,8	3,6	4,5	3,8	4,5	4,2	4,4	4,0	4,4	4,1	4,0	3,6	4,3	4,0	4,3	4,2	4,3	4,1	4,3	3,8	4,1	3,8	3,9	3,7
Superior Tribunal de Justiça	0,8	0,7	0,9	0,8	1,1	0,8	1,0	1,0	1,4	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,1	1,2	1,1	1,2	1,1	1,3	1,2	1,3	1,2
Supremo Tribunal Federal	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5	0,4	0,7	0,6	0,7	0,5	0,8	0,6	0,7	0,6	0,7	0,5	0,7	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	0,5
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	132,8	128,2	137,8	133,0	167,4	152,8	170,4	157,5	185,4	173,5	217,9	205,2	229,8	186,0	218,5	195,1	235,9	217,4	252,7	218,7	256,7	219,2	260,9	221,1	243,7	207,1
Tribunal de Contas da União	1,2	1,2	1,2	1,1	1,4	1,2	1,7	1,6	1,7	1,6	1,8	1,5	1,9	1,7	1,8	1,7	1,8	1,7	1,7	1,6	1,8	1,6	1,8	1,7	1,8	1,7
Total	2.180,1	1.677,1	2.801,7	1.651,6	2.843,3	1.865,3	2.889,3	1.911,3	2.520,2	1.887,6	2.366,2	1.806,2	2.478,7	1.935,2	2.557,7	1.957,5	2.613,3	2.042,8	2.778,5	2.108,0	2.730,7	2.066,7	2.843,9	2.363,4	2.938,5	2.267,6

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 16 – Execução por órgão (2014-2015)

Valores em bilhões de reais.

Órgão (Cód)	Órgão	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
01000	Câmara dos Deputados	5,4	5,1	5,0	0,2	5,0	4,5	0,3	92,32%	91,55%	7,19%
02000	Senado Federal	3,9	3,8	3,7	0,1	3,8	3,4	0,1	94,17%	91,16%	7,40%
03000	Tribunal de Contas da União	1,8	1,8	1,7	0,1	1,6	1,6	0,1	92,27%	95,22%	7,31%
10000	Supremo Tribunal Federal	0,6	0,6	0,5	0,0	0,6	0,5	0,0	85,10%	85,04%	8,02%
11000	Superior Tribunal de Justiça	1,3	1,3	1,2	0,0	1,2	1,1	0,1	86,14%	90,89%	6,33%
12000	Justiça Federal	10,2	9,9	9,4	0,4	9,2	8,5	0,4	92,12%	92,55%	11,41%
13000	Justiça Militar da União	0,5	0,5	0,4	0,0	0,4	0,4	0,0	92,60%	93,59%	5,81%
14000	Justiça Eleitoral	6,6	6,3	5,7	0,4	6,2	5,5	0,3	86,64%	88,64%	5,90%
15000	Justiça do Trabalho	17,6	17,2	16,7	0,5	15,7	14,7	0,6	94,91%	93,36%	12,14%
16000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2,3	2,3	2,1	0,1	2,1	2,0	0,1	92,69%	96,43%	7,36%
17000	Conselho Nacional de Justiça	0,3	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	36,00%	42,76%	-9,41%
20000	Presidência da República	2,2	2,0	1,7	0,2	2,2	1,7	0,5	79,44%	80,09%	-9,70%
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12,4	9,1	8,0	1,2	11,4	7,7	1,9	64,23%	67,14%	-3,34%
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	10,1	8,2	5,8	2,1	10,1	6,6	2,0	57,70%	65,68%	-7,38%
25000	Ministério da Fazenda	24,2	22,8	22,1	1,6	24,6	20,5	1,1	91,29%	83,58%	9,80%
26000	Ministério da Educação	109,6	97,9	86,0	9,2	101,2	79,7	11,6	78,45%	78,82%	4,25%
28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2,4	1,9	1,8	0,1	2,0	1,7	0,1	75,24%	82,28%	7,25%

Órgão (Cód)	Órgão	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
29000	Defensoria Pública da União	0,5	0,5	0,4	0,0	0,4	0,3	-	78,47%	91,96%	31,54%
30000	Ministério da Justiça	13,1	11,3	10,0	1,2	12,5	9,2	1,4	76,18%	73,94%	5,18%
32000	Ministério de Minas e Energia	3,3	2,8	2,4	0,4	3,1	1,6	0,3	71,86%	52,25%	43,28%
33000	Ministério da Previdência Social	455,3	455,0	428,3	22,9	416,2	392,2	15,7	94,07%	94,21%	10,62%
34000	Ministério Público da União	6,0	5,7	5,3	0,3	5,0	4,6	0,3	88,40%	91,14%	15,16%
35000	Ministério das Relações Exteriores	3,4	3,5	3,4	0,1	2,7	2,7	0,0	100,64%	99,60%	27,20%
36000	Ministério da Saúde	121,1	110,2	101,9	6,4	108,4	94,1	7,7	84,16%	86,83%	6,43%
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	86,7	84,0	82,0	3,0	73,7	70,7	3,0	94,63%	95,81%	15,39%
39000	Ministério dos Transportes	19,1	13,6	7,1	6,6	21,7	10,0	7,9	37,33%	46,04%	-23,47%
41000	Ministério das Comunicações	2,6	2,1	1,9	0,1	2,3	1,9	0,3	73,88%	82,19%	-8,49%
42000	Ministério da Cultura	2,8	1,9	1,0	0,9	2,9	1,1	0,6	36,30%	36,76%	16,91%
44000	Ministério do Meio Ambiente	3,2	2,8	2,5	0,2	3,2	2,4	0,3	77,65%	74,45%	0,64%
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	5,5	5,0	4,8	0,5	6,3	4,6	1,2	86,47%	72,35%	-7,13%
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	6,1	4,1	3,0	1,2	5,6	3,1	4,4	48,51%	54,66%	-44,74%
51000	Ministério do Esporte	3,5	2,1	0,7	1,4	3,3	0,8	0,9	19,09%	25,19%	18,11%
52000	Ministério da Defesa	87,8	81,9	73,8	6,3	80,9	70,9	7,5	84,08%	87,64%	2,22%
53000	Ministério da Integração Nacional	9,0	5,6	3,5	3,0	11,2	4,4	3,1	38,55%	39,61%	-13,85%
54000	Ministério do Turismo	2,1	0,7	0,2	0,7	1,6	0,2	0,5	9,45%	15,10%	18,27%
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	75,4	74,1	70,1	2,8	71,3	67,2	2,8	92,90%	94,23%	4,10%

Valores em bilhões de reais.

Órgão (Cód)	Órgão	2015				2014			Execução		Varição % (pago + RP pago)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
56000	Ministério das Cidades	36,4	22,1	17,0	8,6	26,4	13,1	9,0	46,78%	49,66%	15,95%
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	0,8	0,2	0,1	0,0	0,4	0,1	0,1	13,43%	28,93%	-23,47%
59000	Conselho Nacional do Ministério Público	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	77,95%	70,24%	20,12%
60000	Gabinete da vice-presidência da República	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,91%	82,02%	8,66%
61000	Secretaria de Assuntos Estratégicos	0,4	0,3	0,3	0,0	0,4	0,3	0,0	91,62%	91,91%	2,72%
62000	Secretaria de Aviação Civil	4,2	2,6	2,1	0,5	3,7	1,9	0,7	50,22%	50,53%	2,97%
63000	Advocacia-Geral da União	3,3	3,1	3,0	0,0	2,9	2,7	0,0	93,82%	95,30%	11,89%
64000	Secretaria de Direitos Humanos	0,4	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	21,98%	34,80%	-25,27%
65000	Secretaria de Políticas para as Mulheres	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	26,72%	33,34%	-19,07%
66000	Controladoria-Geral da União	0,9	0,9	0,9	0,0	0,8	0,8	0,0	95,26%	95,96%	6,93%
67000	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	23,38%	36,99%	-11,95%
68000	Secretaria de Portos	1,1	0,8	0,3	0,5	1,5	0,2	0,3	25,45%	14,22%	57,87%
69000	Secretaria da Micro e Pequena Empresa	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	46,88%	58,98%	-15,71%
71000	Encargos financeiros da União	685,2	450,5	449,1	12,5	472,0	396,2	3,1	65,54%	83,94%	15,57%
73000	Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	243,7	217,8	207,1	10,8	239,3	202,8	12,2	84,99%	84,72%	1,37%
74000	Operações oficiais de crédito	64,4	56,2	43,7	14,1	54,7	32,2	9,1	67,84%	58,81%	39,88%
75000	Refinanciamento da dívida pública mobiliária federal	743,1	569,4	569,4	-	743,6	614,9	-	76,62%	82,69%	-7,40%
Total		2.902,4	2.382,0	2.267,6	121,6	2.576,3	2.167,6	111,8	78,13%	84,14%	4,81%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 17 – Execução por função (2014-2015)

Valores em bilhões de reais.

Função	Função	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
01	Legislativa	7,5	7,1	6,8	0,3	7,0	6,3	0,4	89,95%	89,68%	6,01%
02	Judiciária	32,2	30,9	29,0	1,5	29,4	26,7	1,5	90,09%	90,67%	8,40%
03	Essencial à Justiça	6,9	6,5	5,9	0,4	5,7	5,1	0,3	85,15%	89,04%	15,69%
04	Administração	23,8	21,8	20,6	2,2	23,7	19,4	2,7	86,49%	81,96%	3,00%
05	Defesa nacional	46,4	41,4	33,3	6,3	42,7	34,2	7,5	71,85%	80,14%	-5,07%
06	Segurança pública	10,8	9,0	7,8	1,1	10,6	7,2	1,5	71,75%	67,99%	1,86%
07	Relações exteriores	3,1	3,2	3,1	0,1	2,4	2,4	0,0	100,82%	99,60%	29,73%
08	Assistência social	74,6	73,2	69,2	2,7	70,9	66,8	2,9	92,81%	94,23%	3,13%
09	Previdência social	541,6	541,2	514,5	22,7	495,6	471,6	16,0	94,99%	95,16%	10,17%
10	Saúde	113,0	102,1	93,9	6,3	100,3	86,3	7,5	83,06%	86,06%	6,78%
11	Trabalho	70,0	67,3	65,3	1,6	73,1	69,6	2,3	93,35%	95,22%	-6,86%
12	Educação	115,5	103,8	88,6	9,4	102,4	80,9	13,3	76,71%	78,98%	4,07%
13	Cultura	2,8	1,9	0,9	0,9	3,1	0,9	0,6	30,57%	29,76%	15,24%
14	Direitos da cidadania	2,2	1,3	0,7	0,5	1,9	0,8	0,6	32,46%	40,09%	-10,28%
15	Urbanismo	9,6	4,4	1,1	2,5	8,0	1,4	1,5	11,84%	17,32%	26,32%
16	Habitação	0,2	0,1	0,0	0,1	0,4	0,0	0,1	1,31%	1,97%	-46,88%
17	Saneamento	2,5	1,1	0,3	1,0	2,3	0,5	1,3	10,46%	20,03%	-29,54%
18	Gestão ambiental	7,3	4,8	3,0	2,3	8,6	3,5	2,2	41,25%	40,18%	-6,18%
19	Ciência e tecnologia	10,6	8,5	6,1	2,2	9,6	6,0	3,0	57,70%	62,69%	-8,27%
20	Agricultura	28,8	21,6	18,0	12,3	24,6	10,1	4,1	62,62%	41,06%	112,85%
21	Organização agrária	5,9	3,1	1,7	1,1	6,0	2,5	4,4	28,18%	42,17%	-60,67%
22	Indústria	2,8	2,2	2,0	0,2	2,6	2,1	0,2	71,65%	79,46%	-7,91%
23	Comércio e serviços	5,9	4,2	1,1	1,7	5,9	1,4	1,4	18,95%	23,00%	1,77%
24	Comunicações	1,6	1,4	1,2	0,1	1,8	1,3	0,3	74,58%	69,23%	-12,85%

Valores em bilhões de reais.

Função	Função	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
		Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
25	Energia	2,3	1,9	1,6	0,3	2,2	0,8	0,2	67,49%	38,20%	82,79%
26	Transporte	24,6	16,8	9,8	7,0	26,0	12,2	8,4	39,59%	46,99%	-18,63%
27	Desporto e lazer	3,4	2,0	0,7	1,4	3,3	0,8	0,9	19,19%	25,42%	18,13%
28	Encargos especiais	1.746,6	1.299,1	1.281,6	33,4	1.506,0	1.246,7	26,7	73,38%	82,78%	3,27%
99	Reserva de contingência	0,0	-	-	-	0,0	-	-	0,00%	0,00%	-100,00%
Total		2.902,4	2.382,0	2.267,6	121,6	2.576,3	2.167,6	111,8	78,13%	84,14%	4,81%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 18 – Execução por subfunção (2014-2015)

Valores em bilhões de reais.

Subfunção	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Ação legislativa	1,0	0,9	0,7	0,2	1,0	0,7	0,2	64,64%	68,54%	-2,79%
Controle externo	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,2	0,1	58,78%	65,55%	9,59%
Ação Judiciária	2,7	2,6	1,9	0,4	3,0	2,3	0,5	69,41%	77,31%	-17,86%
Defesa do interesse público no processo judiciário	1,1	1,0	0,8	0,1	0,8	0,6	0,2	73,80%	76,32%	20,20%
Defesa da ordem jurídica	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Representação judicial e extrajudicial	0,7	0,7	0,6	0,1	0,6	0,4	0,1	81,64%	72,33%	31,18%
Planejamento e orçamento	0,7	0,5	0,2	0,3	0,9	0,2	1,2	22,23%	25,75%	-64,92%
Administração geral	132,7	127,9	123,3	4,4	122,6	113,5	3,5	92,93%	92,59%	9,09%
Administração financeira	1,0	0,9	0,6	0,2	0,3	0,0	0,1	62,62%	11,87%	620,31%
Controle interno	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	62,60%	71,33%	4,91%
Normatização e fiscalização	1,4	0,7	0,5	0,3	1,3	0,6	0,3	35,29%	45,91%	-15,21%
Tecnologia da informação	4,0	3,0	2,2	0,8	3,7	2,3	0,7	54,21%	61,99%	-0,62%
Ordenamento territorial	1,0	0,2	0,1	0,3	0,8	0,1	3,7	5,44%	10,00%	-91,30%
Formação de recursos humanos	1,5	1,3	1,2	0,1	1,6	1,3	0,2	79,10%	79,96%	-14,89%
Administração de receitas	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	14,10%	39,15%	-92,60%
Administração de concessões	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	47,44%	64,81%	-25,85%
Comunicação social	1,1	0,8	0,5	0,2	1,1	0,7	0,4	48,78%	65,16%	-36,82%
Defesa aérea	6,1	5,2	2,5	1,9	5,8	3,5	1,8	41,17%	60,72%	-17,33%
Defesa naval	3,5	2,1	0,9	1,3	3,6	2,3	1,7	25,53%	63,57%	-46,96%
Defesa terrestre	3,1	2,0	0,9	1,3	3,5	1,4	2,2	27,71%	39,87%	-39,43%
Policiamento	2,1	1,2	0,6	0,4	2,1	0,5	0,6	30,87%	25,80%	-4,80%
Defesa civil	2,0	1,4	1,0	0,3	1,8	0,9	0,7	49,66%	48,47%	-17,22%

Subfunção	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Informação e inteligência	0,7	0,4	0,2	0,2	0,7	0,4	0,4	33,09%	52,95%	-49,80%
Relações diplomáticas	1,1	1,2	1,1	0,0	0,8	0,8	0,0	98,87%	104,04%	38,70%
Cooperação internacional	0,4	0,3	0,2	0,9	1,0	0,3	0,3	46,37%	26,25%	88,27%
Assistência ao idoso	18,5	18,5	17,8	0,6	17,7	17,0	0,7	96,28%	96,15%	3,73%
Assistência ao portador de deficiência	23,4	23,3	22,5	0,7	19,9	19,1	0,8	96,37%	96,14%	16,44%
Assistência à criança e ao adolescente	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	3,76%	11,38%	-50,07%
Assistência comunitária	32,6	31,1	28,7	1,4	32,6	29,8	0,9	87,80%	91,41%	-2,17%
Previdência básica	431,7	431,7	405,5	22,2	394,0	370,9	15,5	93,92%	94,15%	10,68%
Previdência do regime estatutário	100,1	100,0	99,9	0,3	92,4	91,9	0,3	99,73%	99,41%	8,69%
Previdência complementar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	45,21%	57,68%	-32,54%
Previdência especial	3,1	3,1	2,9	0,1	2,8	2,6	0,1	92,22%	91,12%	11,86%
Atenção básica	26,3	24,3	22,5	1,5	24,9	21,6	1,5	85,51%	86,75%	3,99%
Assistência hospitalar e ambulatorial	60,5	54,4	51,9	2,2	52,3	46,3	2,7	85,84%	88,38%	10,55%
Suporte profilático e terapêutico	13,4	13,0	11,0	1,1	10,9	9,0	1,4	82,19%	83,28%	16,30%
Vigilância sanitária	0,4	0,3	0,3	0,0	0,4	0,3	0,1	81,42%	86,20%	-19,03%
Vigilância epidemiológica	5,6	5,5	3,7	0,7	4,4	3,5	1,0	65,38%	80,43%	-1,06%
Alimentação e nutrição	4,5	4,3	4,1	0,2	4,8	4,1	0,4	92,52%	86,64%	-2,95%
Proteção e benefícios ao trabalhador	57,5	57,0	54,4	1,3	60,0	58,3	1,9	94,70%	97,16%	-7,42%
Relações de trabalho	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	28,49%	14,17%	-20,41%
Empregabilidade	0,3	0,1	0,0	0,1	0,3	0,0	0,1	5,47%	5,50%	-13,01%
Fomento ao trabalho	19,0	17,1	17,1	0,4	18,9	17,2	0,2	89,72%	90,84%	88,78%
Ensino fundamental	-	-	-	0,0	-	-	0,0	0,00%	0,00%	125,55%
Ensino médio	-	-	-	-	-	-	0,0	0,00%	0,00%	-100,00%
Ensino profissional	14,2	12,5	10,2	1,3	13,4	10,6	1,7	71,47%	78,67%	-6,31%
Ensino superior	34,4	31,6	29,7	1,9	31,0	25,9	3,2	86,11%	83,63%	8,42%

Subfunção	2015				2014			Execução		Varição % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Educação infantil	4,7	0,9	0,1	0,3	4,5	0,9	1,0	1,32%	21,05%	-79,48%
Educação de jovens e adultos	0,5	0,3	0,1	0,3	0,7	0,3	0,4	27,74%	37,44%	-39,26%
Educação especial	-	-	-	0,0	-	-	0,0	0,00%	0,00%	-34,46%
Educação básica	9,2	7,5	4,0	2,0	9,1	5,4	2,4	43,77%	59,67%	-23,46%
Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	24,11%	24,37%	11,37%
Difusão cultural	1,0	0,6	0,2	0,2	1,4	0,2	0,2	18,57%	17,16%	-10,84%
Custódia e reintegração social	0,3	0,3	0,0	0,1	0,3	0,0	0,2	11,74%	13,01%	-24,25%
Direitos individuais, coletivos e difusos	1,4	0,7	0,4	0,3	1,0	0,3	0,3	29,19%	35,41%	12,21%
Assistência aos povos indígenas	1,5	1,4	1,2	0,1	1,3	1,1	0,1	82,95%	83,47%	12,89%
Infraestrutura urbana	4,6	1,9	0,0	1,5	4,0	0,0	0,9	0,21%	0,42%	61,24%
Serviços urbanos	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	45,67%	33,57%	-1,36%
Transportes coletivos urbanos	3,5	1,4	0,3	0,8	2,6	0,6	0,4	8,84%	25,20%	4,51%
Habitação urbana	0,4	0,3	0,2	0,1	0,5	0,2	0,1	42,89%	31,58%	15,81%
Saneamento básico rural	0,5	0,3	0,0	0,3	0,8	0,2	0,6	9,94%	27,54%	-63,12%
Saneamento básico urbano	3,6	1,6	0,4	1,3	3,3	0,6	1,7	10,96%	17,80%	-23,21%
Preservação e conservação ambiental	1,0	0,7	0,3	0,1	1,4	0,3	0,1	26,44%	22,43%	-10,90%
Controle ambiental	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,0	42,00%	57,10%	-21,33%
Recuperação de áreas degradadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,58%	16,46%	-53,65%
Recursos hídricos	4,5	2,4	1,2	2,2	5,6	1,6	2,1	26,38%	29,32%	-9,44%
Meteorologia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	74,96%	56,18%	-4,31%
Desenvolvimento científico	5,9	4,4	2,6	1,4	5,5	3,6	1,0	44,77%	65,92%	-12,41%
Desenvolvimento tecnológico e engenharia	4,0	2,9	2,0	1,2	3,6	1,2	2,4	50,56%	33,41%	-10,65%
Difusão do conhecimento científico e tecnológico	0,5	0,5	0,4	0,1	0,5	0,3	0,1	74,37%	57,30%	19,75%

Subfunção	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Promoção da produção vegetal	0,0	0,0	0,0	0,5	-	-	0,4	0,00%	0,00%	26,12%
Promoção da produção animal	-	-	-	0,0	-	-	0,0	0,00%	0,00%	-89,87%
Defesa sanitária vegetal	-	-	-	-	-	-	0,0	0,00%	0,00%	-100,00%
Defesa sanitária animal	-	-	-	0,0	-	-	0,0	0,00%	0,00%	612,07%
Abastecimento	9,8	5,5	4,7	4,6	8,3	1,1	1,8	48,22%	13,58%	214,01%
Extensão rural	1,1	0,5	0,1	0,4	1,1	0,1	0,3	10,32%	10,16%	28,33%
Irrigação	0,3	0,2	0,1	0,2	0,5	0,1	0,2	23,72%	25,68%	-23,67%
Promoção da produção agropecuária	11,8	9,7	7,4	6,7	9,7	3,4	1,1	62,44%	35,47%	208,85%
Defesa agropecuária	0,3	0,2	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	26,72%	36,56%	-35,37%
Reforma agrária	2,4	1,0	0,3	0,3	2,4	0,7	0,4	11,57%	27,72%	-49,36%
Colonização	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Promoção industrial	6,5	5,1	5,0	0,0	5,3	4,5	0,0	77,70%	84,30%	11,66%
Produção industrial	0,7	0,6	0,4	6,2	0,6	0,4	0,1	57,74%	67,06%	1141,63%
Mineração	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	27,92%	17,82%	-26,62%
Propriedade industrial	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00%	19,63%	-97,39%
Normalização e qualidade	0,7	0,5	0,4	0,0	0,7	0,6	0,1	62,92%	86,31%	-28,51%
Promoção comercial	1,2	0,6	0,0	0,5	0,9	0,1	0,1	3,74%	7,03%	219,76%
Comercialização	-	-	-	0,0	-	-	0,0	0,00%	0,00%	-87,92%
Comércio exterior	3,7	3,4	0,9	1,0	4,2	1,1	0,9	24,52%	25,90%	-4,15%
Serviços financeiros	16,6	16,6	13,9	0,2	12,1	12,0	1,9	83,99%	99,32%	1,42%
Turismo	2,0	0,6	0,1	0,7	1,5	0,1	0,5	3,56%	7,87%	24,16%
Telecomunicações	0,6	0,5	0,4	0,1	0,5	0,3	0,1	69,95%	55,89%	27,72%
Energia elétrica	1,1	0,9	0,8	0,1	1,1	0,1	0,0	65,65%	5,70%	1208,21%
Combustíveis minerais	0,2	0,1	0,0	0,1	0,3	0,1	0,1	7,73%	19,68%	-55,39%

Subfunção	2015				2014			Execução		Variação % (pago + RP pago)
	Autorizado (a)	Empenhado (b)	Pago (c)	RP pago (d)	Autorizado (e)	Pago (f)	RP pago (g)	2015 c/a (%)	2014 f/e (%)	2015/2014
Biocombustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	–	0,0	81,17%	0,00%	13874,23%
Transporte aéreo	0,5	0,1	0,0	0,2	0,7	0,1	0,2	9,73%	14,60%	-37,26%
Transporte rodoviário	9,6	6,0	1,0	5,2	12,2	3,0	6,4	10,14%	24,54%	-33,88%
Transporte ferroviário	2,5	1,7	1,4	0,7	3,3	2,0	0,9	55,87%	60,03%	-29,18%
Transporte hidroviário	1,0	0,7	0,1	0,3	1,1	0,3	0,3	8,95%	23,31%	-34,87%
Desporto de rendimento	2,0	1,4	0,4	0,9	2,0	0,6	0,6	22,42%	32,00%	10,56%
Desporto comunitário	1,3	0,5	0,1	0,4	1,1	0,1	0,3	7,37%	7,41%	44,05%
Lazer	–	–	–	0,0	0,0	–	0,2	0,00%	0,00%	-82,89%
Refinanciamento da dívida interna	725,0	558,8	558,8	–	734,7	612,0	–	77,08%	83,29%	-8,69%
Refinanciamento da dívida externa	18,1	10,6	10,6	–	8,9	2,9	–	58,33%	32,29%	269,02%
Serviço da dívida interna	545,8	382,0	382,0	0,0	344,3	289,2	0,1	69,99%	83,98%	32,07%
Serviço da dívida externa	13,9	10,9	10,9	–	13,9	9,3	–	78,08%	66,86%	16,95%
Outras transferências	203,3	174,3	165,6	13,0	204,7	169,6	14,8	81,48%	82,86%	-3,11%
Outros encargos especiais	194,7	118,5	111,8	11,8	153,9	124,1	9,6	57,39%	80,63%	-7,52%
Transferências para a educação básica	63,4	59,6	54,2	5,1	60,9	51,1	4,8	85,38%	83,95%	5,93%
Reserva de contingência	0,0	0,0	0,0	–	0,0	–	–	0,00%	–	–
Total	2.902,4	2.382,0	2.267,6	121,6	2.576,3	2.167,6	111,8	78,13%	84,14%	481,47%

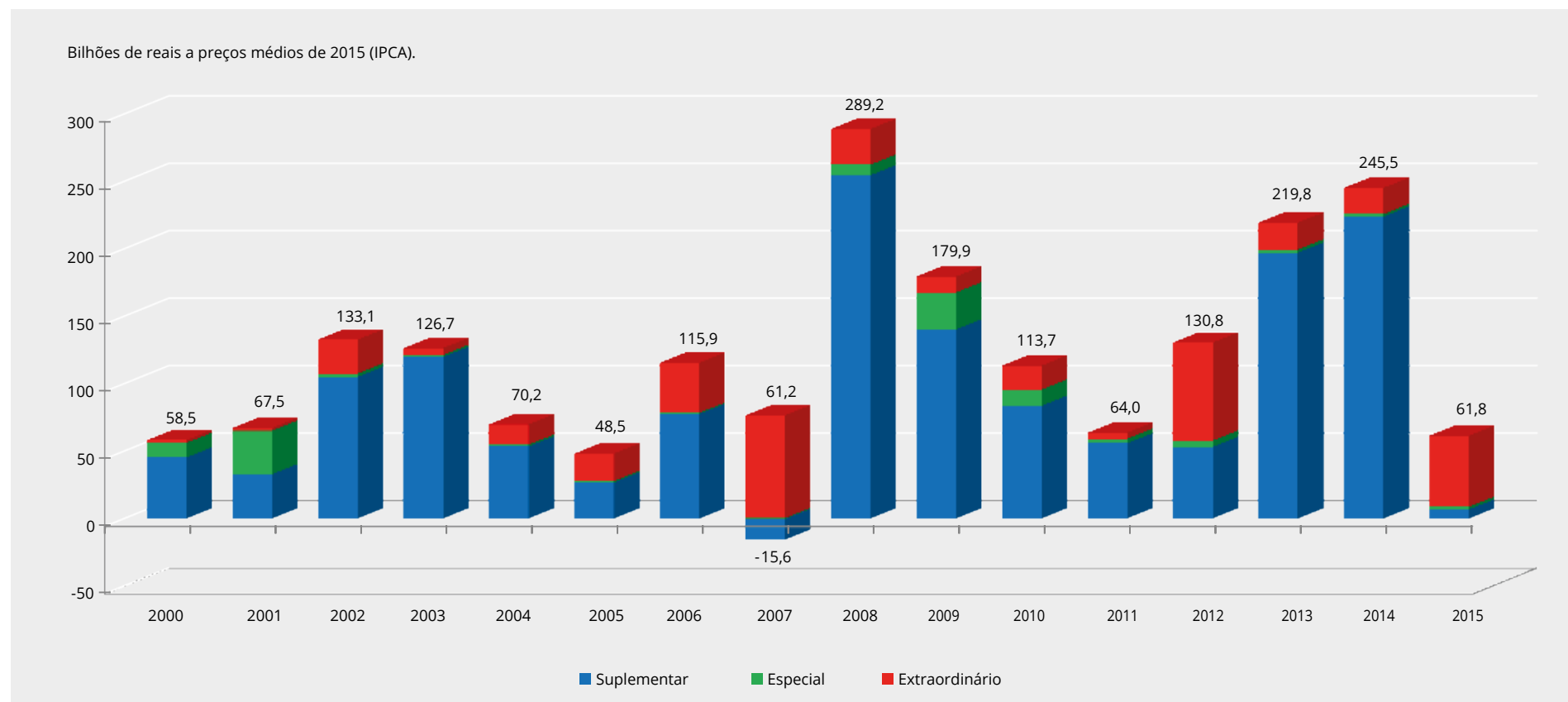
Fonte: Prodasen/Siafi.

A Lei Orçamentária Anual pode ser alterada por intermédio de créditos adicionais, nos termos dos arts. 40 e 46 da Lei nº 4.320/1964 e do art. 167, § 3º, c/c o art. 62 da Constituição.

Os créditos adicionais são classificados como suplementares (os destinados a reforço de dotação orçamentária); especiais (os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica) e extraordinários (os destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública).

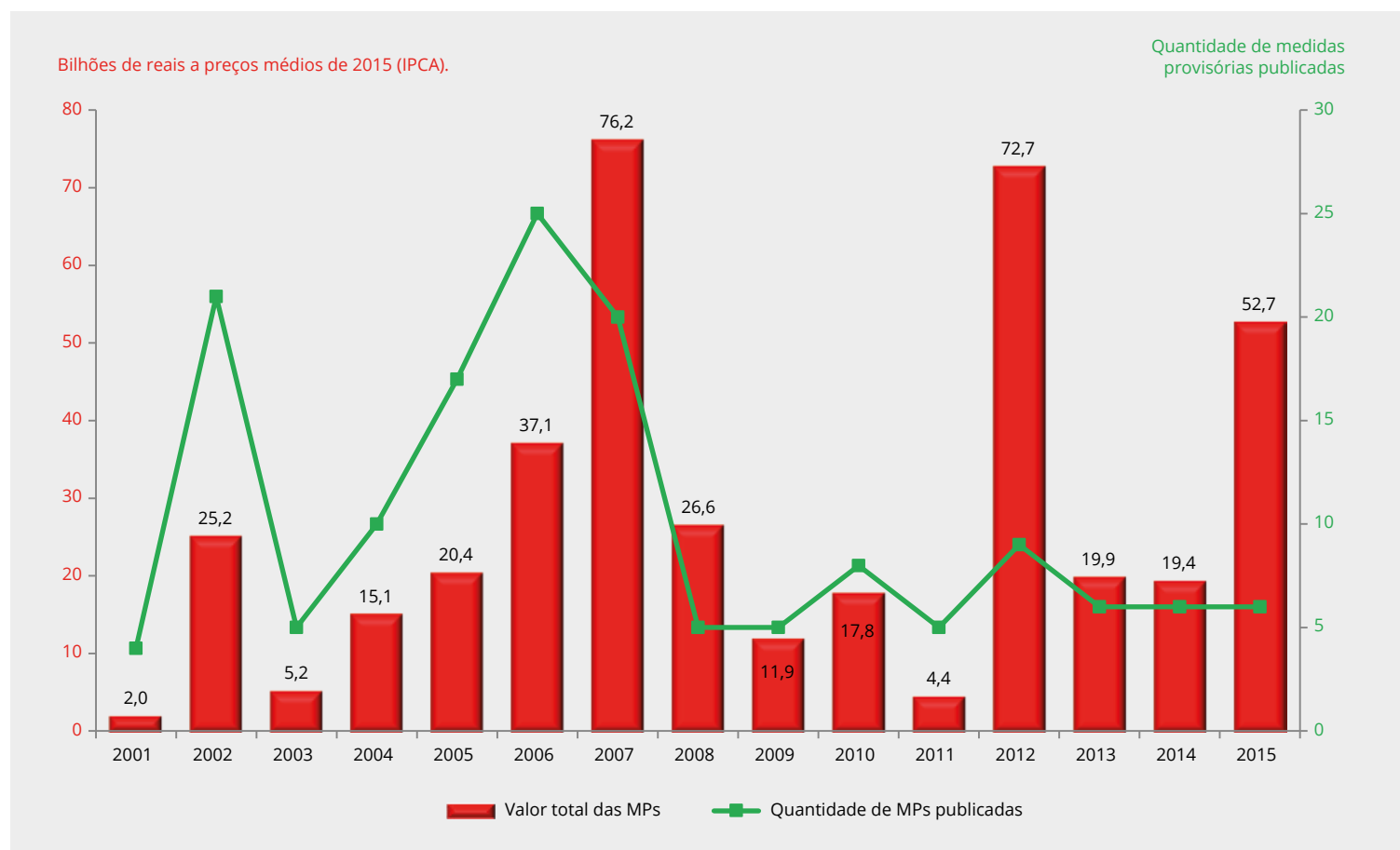
11 Créditos ADICIONAIS (2000-2015)

Gráfico 50 – Acréscimos líquidos ao orçamento vigente decorrentes de créditos adicionais (2000-2015)



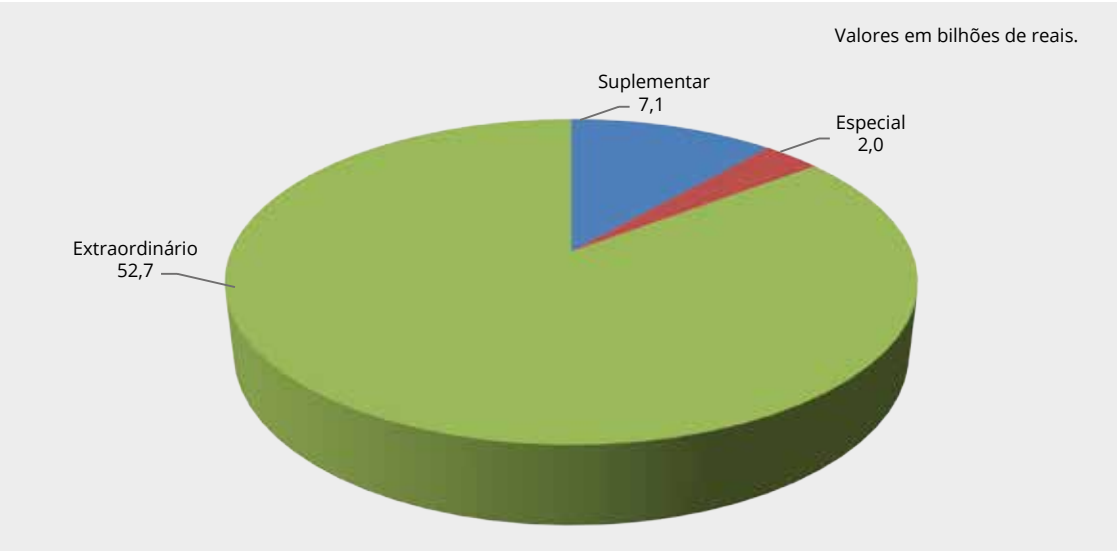
Fonte: Siop.

Gráfico 51 – Créditos extraordinários (2001-2015)



Fonte: Siop e www.planalto.gov.br/presidencia/legislacao.

Gráfico 52 – Créditos Adicionais (2015)



Fonte: Siop.

Tabela 19 – Créditos adicionais (2015)

Valores em bilhões de reais.

Tipo de Crédito	Dotação inicial	2.876,68
	Créditos adicionais	61,81
	Suplementar	7,08
	Especial	1,99
	Extraordinário	52,73
Dotação autorizada total		2.938,49

Fonte: Siop.
Data da pesquisa: 5/4/2016.

Contingenciamento é o procedimento por meio do qual o Poder Executivo determina, por decreto, a limitação orçamentária e financeira de programações constantes da Lei Orçamentária Anual com o objetivo de assegurar o equilíbrio orçamentário e o cumprimento de metas fiscais.

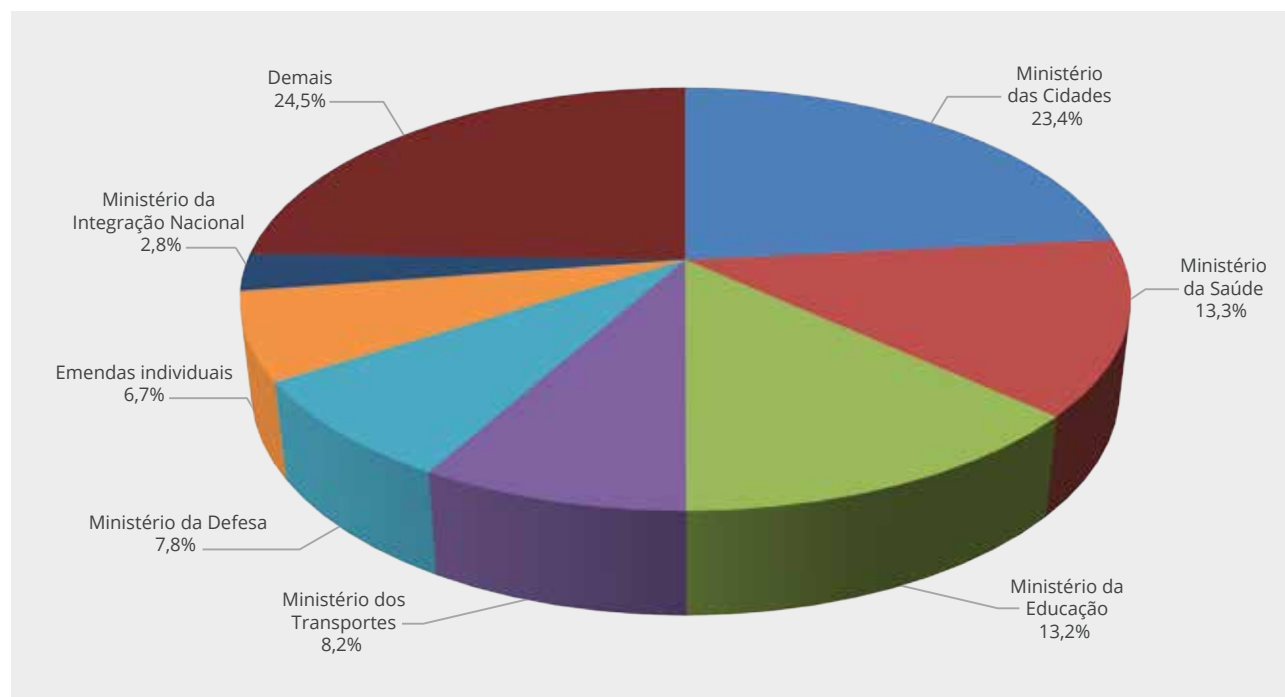
Esse procedimento está previsto na LRF (art. 9º) e pode ser acionado se verificado, ao final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas para o exercício na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os demais Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio e nos montantes necessários, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados deverá ocorrer de forma proporcional às reduções efetivadas.

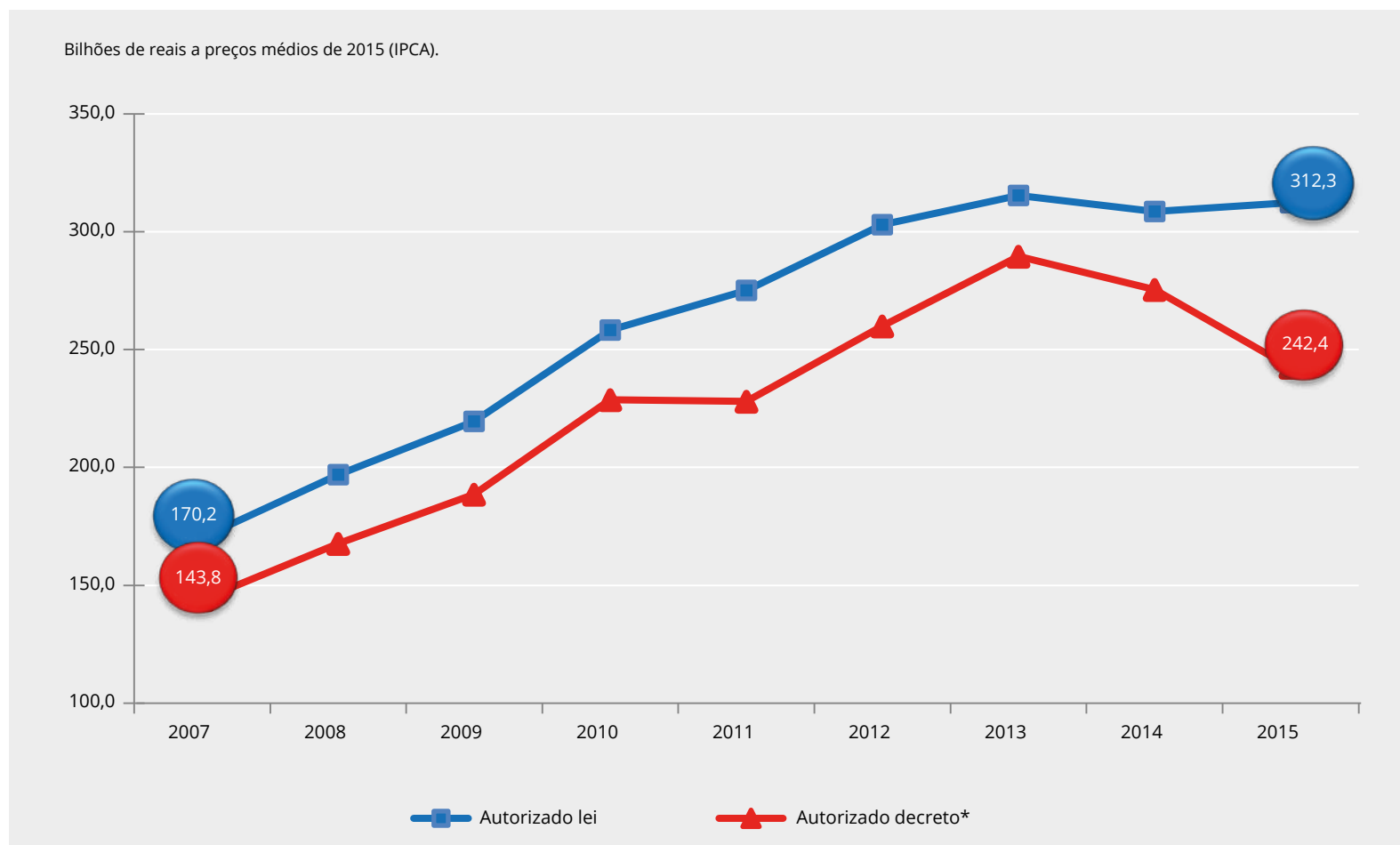
12 Limites de empenho e MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (contingenciamento) (2007-2015)

Gráfico 53 – Participação por órgão no contingenciamento (2015)



Fonte: Decreto nº 8.456/2015.

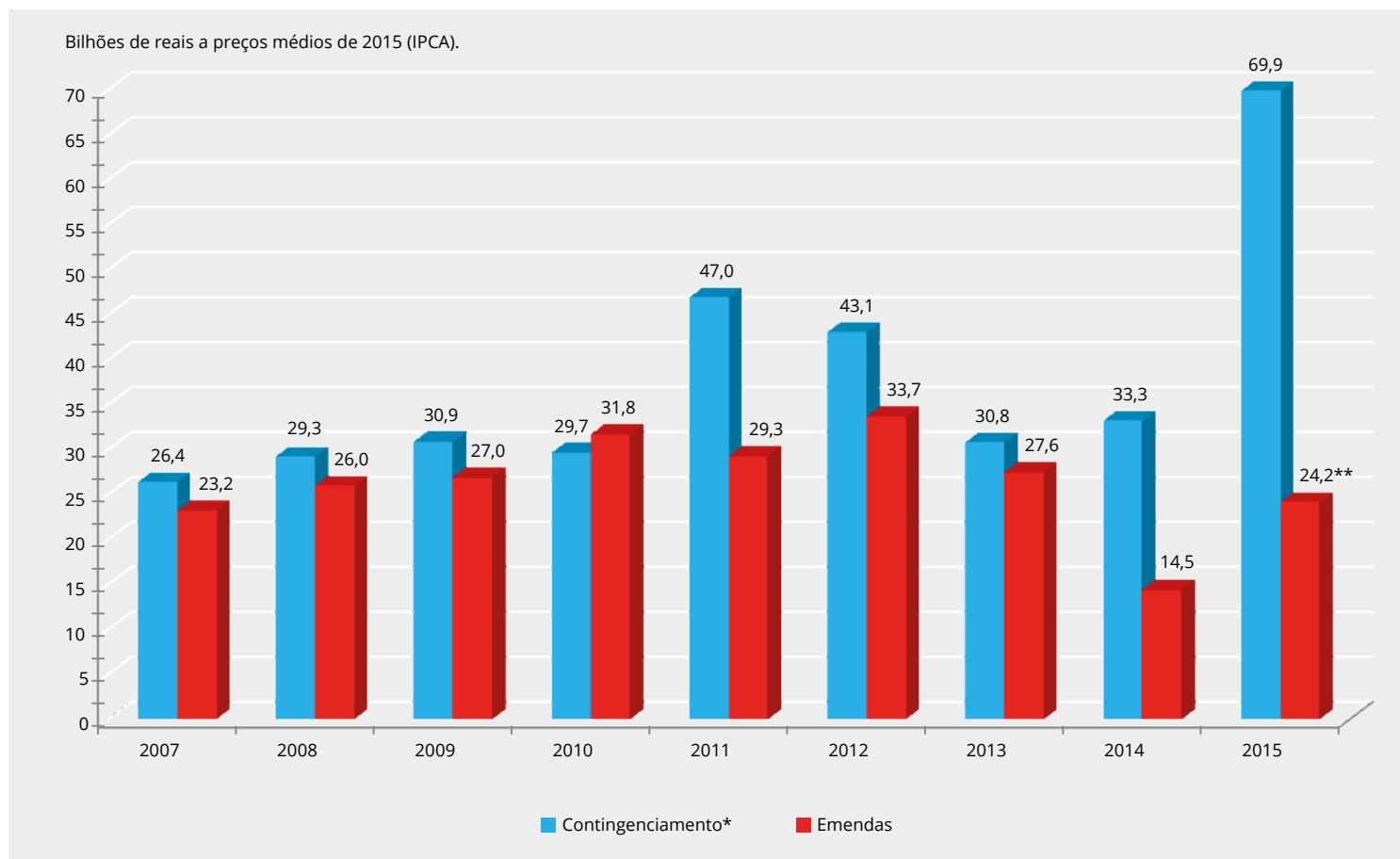
Gráfico 54 – Contingenciamento: autorizado na LOA x limites dos decretos (2007-2015)



Fonte: SOF.

*Primeiro decreto de contingenciamento de cada exercício financeiro.

Gráfico 55 – Emendas x montante inicial do contingenciamento (2007-2015)

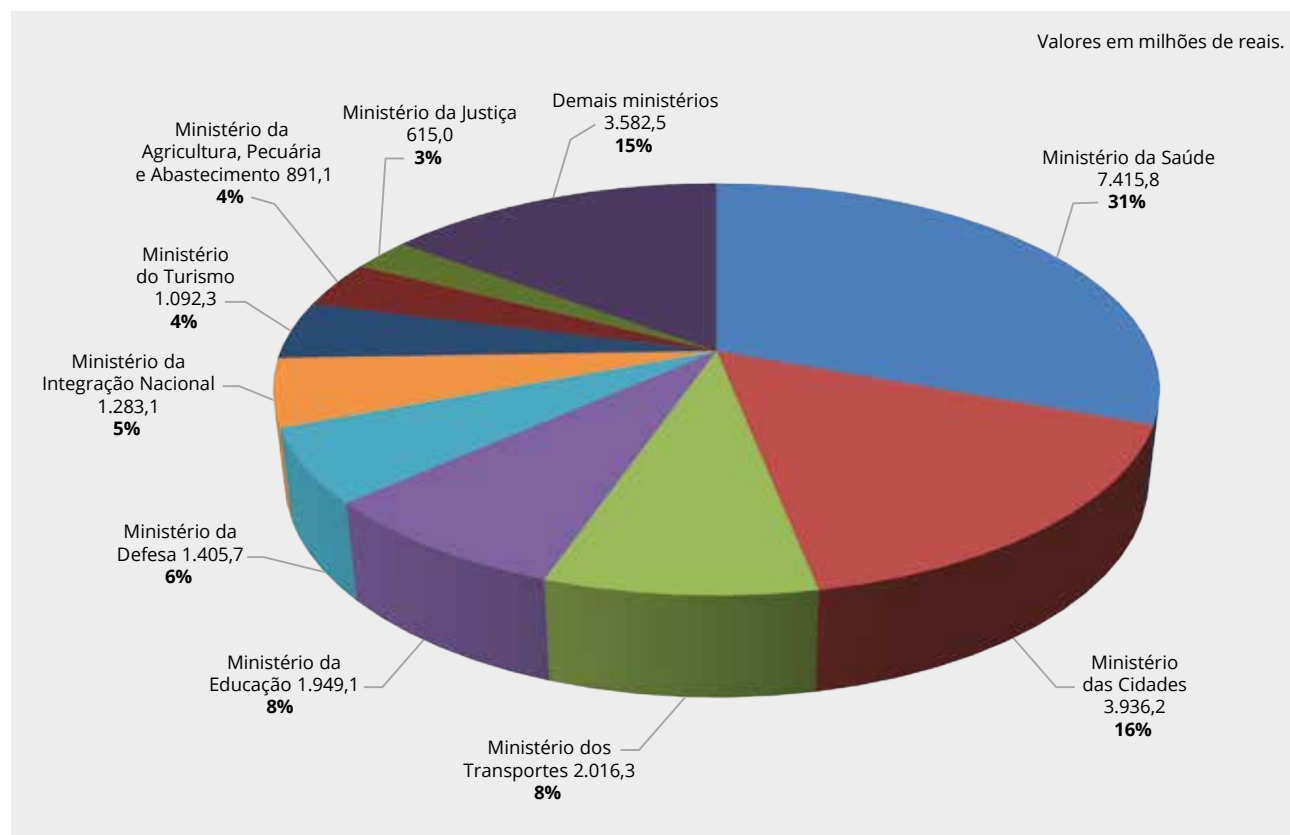


Fonte: SOF.

*Dados retirados do primeiro decreto de contingenciamento de cada exercício.

**Em 2015 as emendas somaram 24,2 bilhões de reais, sendo que, desse montante, 8,3 bilhões de reais ficaram protegidos do contingenciamento em virtude da instituição do orçamento impositivo e das emendas de bancada prioritárias.

Gráfico 56 – Total de emendas por órgão (2015)



Fonte: Prodasen/Siafi.

A Resolução nº 1 de 2006-CN estabelece que parlamentares, comissões permanentes e bancadas estaduais podem apresentar emendas aos projetos de leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA e créditos adicionais).

Cada parlamentar pode apresentar até 25 emendas à despesa, de acordo com montante definido anualmente pela Comissão Mista de Orçamento. As emendas individuais permitem a transferência de recursos federais para o atendimento de demandas localizadas nos estados e municípios brasileiros. A partir de 2014, por determinação da LDO daquele exercício, as emendas individuais passaram a ser de execução obrigatória, tendo sido identificadas pelo Identificador de Resultado Primário – RP 6. Com a aprovação da LDO de 2015 e da PEC do Orçamento Impositivo (Emenda Constitucional nº 86, de 2015), a norma passou a ser permanente.

A LDO de 2015 previu um marcador especial para identificar as programações derivadas de emendas individuais, o que permitirá um acompanhamento mais preciso de sua execução. Até então, a forma de avaliar a execução de emendas era segregar o conjunto de programações incluídas na lei orçamentária exclusivamente por emendas individuais. Por meio desse método, duas situações podem ocorrer: a dotação orçamentária é incluída na lei orçamentária e recebe recursos de diversas emendas individuais ou a programação é incluída na lei orçamentária e recebe recursos de uma única emenda individual.

O primeiro caso é frequentemente denominado “programações exclusivas de emendas individuais” ou, mais simplificada, “emendas individuais exclusivas”. O segundo é comumente denominado “programações puras” ou “emendas individuais puras”. Neste caso, é perfeitamente possível correlacionar a execução da programação com o autor da emenda.

O montante de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais representa cerca de 95% do total das programações afetadas por emendas individuais, pelo que se conclui que esta seleção é representativa para o propósito de avaliar a execução das emendas individuais como um todo. Valendo-se dessa seleção, a **tabela 20** mostra como se deu a execução financeira (valores pagos) das programações exclusivas (excluindo-se, portanto, as programações que constaram do PL ou que receberam recursos originários de emendas coletivas e de relator). Observe-se que o pagamento das programações incluídas por emendas individuais “exclusivas” (valor autorizado) é diferido ao longo de vários exercícios. A tabela mostra, também, para cada exercício financeiro, o montante pago em prol das citadas programações exclusivas, bem assim a contribuição percentual de cada exercício. Por exemplo, em 2014, foram pagos R\$ 2,3 bilhões em emendas individuais, sendo que apenas R\$ 125,7 milhões (5,4%) se deram à conta do orçamento do ano em curso (2014).

13 Execução de EMENDAS (2010-2015)

Tabela 20 – Execução de emendas individuais exclusivas (2010-2015)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Valor pago												Total pago	
		2010		2011		2012		2013		2014		2015			
2003 a 2009		1.282,8	85,09%	956,6	52,62%	609,2	24,17%	209,4	8,67%	77,5	3,31%	105,1	2,52%	3.240,6	21,93%
2010	6.526,9	224,7	14,91%	789,8	43,44%	805,3	31,96%	274,8	11,38%	102,4	4,37%	89,1	2,13%	2.286,3	15,47%
2011	6.397,2			71,7	3,94%	816,9	32,42%	672,2	27,83%	213,3	9,11%	134,3	3,21%	1.908,3	12,91%
2012	8.398,1					288,6	11,45%	1.119,2	46,34%	652,8	27,89%	351,1	8,40%	2.411,7	16,32%
2013	8.453,5							139,6	5,78%	1.169,3	49,95%	1.253,2	29,99%	2.562,1	17,33%
2014	8.241,7									125,7	5,37%	2.223,7	53,22%	2.349,3	15,90%
2015	4.035,1											21,8	0,52%	21,8	0,15%
Total pago		1.507,5	100,00%	1.818,1	100,00%	2.520,0	100,00%	2.415,2	100,00%	2.341,0	100,00%	4.178,2	100,00%	14.780,1	100,00%

Fonte: Prodasen/Siafi.
Inclusive restos a pagar.

Tabela 21 – Percentual de pagamento de emendas individuais em relação ao valor autorizado (2010-2015)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Percentual autorizado (%)						Total
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	
2010	6.526,9	3,44%	12,10%	12,34%	4,21%	1,57%	1,37%	35,03%
2011	6.397,2		1,12%	12,77%	10,51%	3,33%	2,10%	29,83%
2012	8.398,1			3,44%	13,33%	7,77%	4,18%	28,72%
2013	8.453,5				1,65%	13,83%	14,82%	30,31%
2014	8.241,7					1,52%	26,98%	28,51%
2015	4.035,1						0,54%	0,54%

Fonte: Prodasen/Siafi.

Na **tabela 21**, apresenta-se, para cada exercício, a relação percentual entre o valor pago e o autorizado das programações incluídas exclusivamente por emendas individuais, no período entre 2008 e 2013. Verifica-se que, decorridos cinco anos, do valor total autorizado em 2009, apenas 43,35% foram efetivamente pagos. Percebe-se, ainda, para todos os anos, baixo percentual de execução financeira no exercício para o

qual a programação foi aprovada, atingindo no máximo 3,44% do valor autorizado. O auge da execução financeira das emendas dá-se no segundo exercício financeiro após a sua aprovação, momento em que ocorre, na média, o pagamento entre 12% a 14% dos valores autorizados. A execução financeira da LOA de 2014 (1,52%), sob a égide do orçamento impositivo, não mostrou diferença em relação aos exercícios anteriores.

Tabela 22 – Pagamento de programações incluídas exclusivamente por emendas individuais e coletivas por região/UF (2015)

Valores em milhões de reais.

Região	UF	Exercícios anteriores	2015					Total pago (a+d)
		RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Centro-Oeste	Centro-Oeste	1,2	1,8	1,0	–	57,14%	0,00%	1,2
	DF	20,4	183,1	50,0	1,2	27,33%	0,67%	21,6
	GO	141,5	342,4	37,4	–	10,91%	0,00%	141,5
	MS	82,3	312,3	23,8	–	7,62%	0,00%	82,3
	MT	58,2	374,3	50,8	0,8	13,57%	0,23%	59,0
Subtotal	0	303,6	1.213,8	163,0	2,1	13,43%	0,17%	305,7
Nacional	Nacional	33,1	297,5	9,2	1,6	3,10%	0,54%	34,7
Subtotal		33,1	297,5	9,2	1,6	3,10%	0,54%	34,7
Nordeste	Nordeste	1,8	13,2	2,0	–	14,83%	0,00%	1,8
	AL	72,4	275,6	28,7	1,2	10,41%	0,43%	73,6
	BA	311,0	980,5	86,3	0,1	8,81%	0,01%	311,0
	CE	160,0	332,4	75,2	1,6	22,63%	0,47%	161,5
	MA	166,1	585,7	72,3	0,2	12,35%	0,03%	166,3
	PB	81,2	471,8	45,3	2,2	9,60%	0,46%	83,4
	PE	117,9	609,2	57,9	0,8	9,51%	0,12%	118,6
	PI	105,5	333,3	33,3	0,3	9,99%	0,09%	105,8
	RN	88,0	313,6	27,0	0,0	8,62%	0,01%	88,0
	SE	75,2	428,8	30,3	–	7,07%	0,00%	75,2
Subtotal		1.178,9	4.344,1	458,4	6,3	10,55%	0,15%	1.185,2

Região	UF	Exercícios anteriores	2015					Total pago (a+d)
		RP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	% (c/b)	% (d/b)	
Norte	Norte	0,5	-	-	-	0,00%	0,00%	0,5
	AC	80,6	354,9	30,5	-	8,59%	0,00%	80,6
	AM	66,1	466,8	22,4	0,3	4,80%	0,07%	66,4
	AP	71,2	301,9	43,4	0,3	14,37%	0,11%	71,5
	PA	98,4	568,4	58,8	2,2	10,35%	0,38%	100,6
	RO	75,1	221,2	24,8	0,3	11,22%	0,14%	75,4
	RR	71,5	379,5	48,4	0,0	12,76%	0,06%	71,6
	TO	82,1	436,1	12,9	0,1	2,96%	0,01%	82,2
Subtotal		545,6	2.728,7	241,3	3,2	8,84%	0,12%	548,9
Sudeste	Sudeste	-	0,6	-	-	0,00%	0,00%	0,0
	ES	110,8	259,7	10,1	-	3,90%	0,00%	110,8
	MG	459,3	826,5	89,2	0,3	10,80%	0,04%	459,6
	RJ	229,3	819,0	132,9	3,0	16,23%	0,36%	232,3
	SP	548,1	859,9	151,4	2,2	17,61%	0,25%	550,3
Subtotal		1.347,5	2.765,6	383,7	5,5	13,87%	0,20%	1.353,0
Sul	Sul	-	2,6	0,3	-	11,54%	0,00%	0,0
	PR	296,2	545,1	91,5	4,6	16,79%	0,84%	300,8
	RS	323,8	464,3	39,6	0,2	8,52%	0,04%	324,0
	SC	197,0	360,9	24,0	0,0	6,64%	0,28%	197,0
Subtotal		816,9	1.372,9	155,4	4,8	11,32%	0,35%	821,7
Total		4.225,8	12.722,6	1.411,0	23,5	11,09%	0,18%	4.249,3

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 23 – Execução de emendas coletivas exclusivas (2010-2015)

Valores em milhões de reais.

Programações	Autorizado	Valor pago						Total pago
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	
2003 a 2015		1.142,0	547,3	301,4	144,4	59,7	84,8	2.279,7
2010	7.945,7	258,1	696,4	320,3	92,3	66,3	53,5	1.486,9
2011	7.973,4		53,2	451,9	143,0	111,9	23,3	783,4
2012	10.706,0			119,0	282,4	145,9	40,3	587,6
2013	10.350,9				27,7	27,4	11,9	67,0
2014	8.049,6					17,5	83,5	101,1
2015	7.841,8						1,4	1,4
Total pago		1.400,1	1.296,9	1.192,6	689,9	428,7	298,9	5.307,1

Fonte: Prodasen/Siafi.
Inclusive restos a pagar.

A programação incluída exclusivamente por emendas coletivas é aquela inserida na LOA, tendo por origem apenas emendas coletivas. Portanto, excluem-se dos valores da **tabela 23** todas as programações coincidentes com as constantes do projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, bem como as que receberam contribuições de outros tipos de emendas (emendas individuais e emendas de relator). A tabela mostra, quanto aos valores pagos relativos às programações exclusivas de emendas

coletivas, que estes apresentam, de modo geral, tendência decrescente. Por exemplo, quanto ao primeiro ano de execução, pagaram-se em 2009 R\$ 334,25 milhões. Em 2014, o valor foi de apenas R\$ 17,55 milhões. A mesma tendência é verificada no segundo ano de execução, se comparado, por exemplo, o valor pago em 2010 (RP da LOA de 2009), correspondente a R\$ 529,9 milhões, com o montante pago em 2014 (RP da LOA de 2013), que atingiu apenas R\$ 27,35 milhões.

A inscrição em restos a pagar está prevista no art. 36 da Lei nº 4.320/1964. Segundo esse dispositivo, a despesa orçamentária que não for paga no exercício em que for empenhada será inscrita, em 31 de dezembro, como restos a pagar, distinguindo-se as processadas das não processadas.

As despesas processadas são aquelas que atingiram o estágio da liquidação, ou seja, os bens ou serviços foram entregues e aceitos pela Administração. As não processadas são aquelas cujo reconhecimento depende da implementação de providências por parte dos fornecedores ou da própria Administração.

14 Restos a PAGAR (2011-2015)

Tabela 24 – Restos a pagar inscritos e pagos por GND (2015)

Valores em bilhões de reais.

GND	2014				Anos anteriores				Total
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2015
1- Pessoal e encargos sociais	2,2	0,3	1,6	0,4	0,6	0,2	0,1	0,4	2,8
2- Juros e encargos da dívida	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,2
3- Outras despesas correntes	85,9	12,2	65,6	8,1	33,8	11,9	16,1	5,9	119,7
4- Investimentos	37,4	0,6	18,8	18,1	43,6	2,9	10,6	30,2	81,1
5- Inversões financeiras	14,9	3,4	7,0	4,4	8,3	2,0	1,9	4,4	23,2
6- Amortização/ Refinanciamento da dívida	1,0	1,0	0,0	0,0	-	-	-	-	1,0
Total	141,6	17,7	93,0	31,0	86,4	16,8	28,6	40,9	228,0

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 25 – Restos a pagar de investimentos e inversões financeiras – PAC e demais (2015)

Valores em bilhões de reais.

GND		2014				Anos anteriores				Total
		RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2015
4 – Investimentos	PAC	21,3	0,2	10,5	10,6	27,3	1,7	6,2	19,4	48,6
	Demais	16,1	0,4	8,3	7,5	16,3	1,1	4,4	10,8	32,4
5 – Inversões financeiras	PAC	4,9	0,0	4,6	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	5,2
	Demais	10,0	3,4	2,5	4,0	8,0	1,8	1,9	4,3	18,0
Total		52,3	4,0	25,8	22,5	51,9	4,8	12,5	34,6	104,2

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 26 – Restos a pagar por modalidade de aplicação (2014)

Valores em bilhões de reais.

Modalidade	2014				Anos anteriores				Total
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito até 31/12/2014
Transferências a estados e ao Distrito Federal	19,6	8,1	7,9	3,6	11,1	1,2	1,2	8,7	30,7
Transferências a estados e ao DF – Fundo a Fundo	0,4	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,0	0,2	0,7
Execução orçamentária delegada aos estados/ DF	0,6	0,0	0,2	0,3	0,5	0,1	0,1	0,3	1,1
Transferências a municípios	18,0	0,8	9,4	7,8	20,0	1,1	4,1	14,9	38,0
Transferências a municípios – Fundo a Fundo	3,4	0,1	2,0	1,4	1,8	0,0	0,5	1,3	5,2
Execução orçamentária delegada a municípios	0,3	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,5
Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	1,7	0,1	1,1	0,5	1,2	0,1	0,3	0,8	2,9
Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2
Transferências a instituições multigovernamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Transferências a consórcios públicos	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
Transferências ao exterior	0,5	0,0	0,3	0,2	0,4	0,0	0,1	0,3	0,9
Aplicações diretas	95,0	8,4	70,1	16,5	50,4	14,1	22,2	14,1	145,5
Aplicações diretas – Operações intraorçamentárias	1,9	0,2	1,5	0,3	0,2	0,1	0,0	0,1	2,1
Total	141,6	17,7	93,0	31,0	86,4	16,8	28,6	40,9	228,0

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 27 – Restos a pagar por Poder/órgão (2015)

Valores em bilhões de reais.

Poder/órgão	2014				Anos anteriores				Total RAP inscrito até 31/12/2015
	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	RAP inscrito	RAP cancelado	RAP pago	RAP a pagar	
Poder Judiciário	1,9	0,1	1,4	0,4	0,6	0,2	0,2	0,2	2.511,0
Poder Legislativo	0,4	0,0	0,3	0,1	0,4	0,1	0,1	0,3	771,0
Ministério Público	0,4	0,0	0,3	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	551,0
Defensoria Pública	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	29,1
Operações oficiais de crédito	16,1	4,3	7,9	3,9	15,5	4,7	6,2	4,6	31.600,9
Ministério das Cidades	9,2	0,6	5,9	2,6	18,4	6,1	2,6	9,7	27.645,5
Ministério da Previdência Social	24,0	0,8	22,9	0,3	0,4	0,3	0,0	0,1	24.389,0
Transferências a estados, Distrito Federal e municípios	20,4	8,8	10,8	0,9	0,8	0,8	0,0	0,0	21.233,7
Ministério da Educação	12,9	0,2	7,7	5,0	7,2	0,4	1,5	5,3	20.040,6
Encargos financeiros da União	7,5	1,4	5,7	0,5	7,8	0,7	6,8	0,3	15.306,1
Ministério da Saúde	7,7	0,2	5,0	2,5	7,1	0,7	1,3	5,1	14.850,0
Ministério dos Transportes	7,8	0,2	4,7	2,9	5,7	0,9	1,9	2,9	13.469,3
Ministério da Defesa	6,6	0,1	5,2	1,3	1,7	0,1	1,1	0,5	8.371,6
Ministério da Integração Nacional	3,8	0,1	2,2	1,5	3,5	0,4	0,8	2,3	7.227,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	3,6	0,0	2,7	0,9	0,8	0,3	0,1	0,4	4.411,5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2,6	0,1	1,7	0,8	1,8	0,2	0,5	1,1	4.324,7
Ministério da Fazenda	2,8	0,1	0,9	1,8	1,3	0,1	0,7	0,4	4.043,2
Ministério do Turismo	0,6	0,0	0,1	0,5	3,4	0,1	0,6	2,8	4.027,1
Ministério do Trabalho e Emprego	1,7	0,3	1,2	0,1	2,0	0,1	1,8	0,1	3.616,4
Demais órgãos do Poder Executivo	11,6	0,5	6,4	4,8	7,9	0,9	2,3	4,7	19.568,8
Total	141,6	17,7	93,0	31,0	86,4	16,8	28,6	40,9	228,0

Fonte: Prodasen/Siafi.

Tabela 28 – Restos a pagar de emendas individuais exclusivas (2011-2015)

Valores em milhões de reais.

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2015	RAP pagos até 2015	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2015)
2011	2.913,8	752,6	1.837,6	325,2
2012	3.695,5	876,5	2.123,7	695,8
2013	4.920,1	230,2	2.423,0	2.267,5
2014	5.750,5	153,0	2.223,7	3.373,9
Total	17.279,9	2.012,3	8.607,9	6.662,4

Fonte: Siafi.

Tabela 29 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas (2011-2015)

Valores em milhões de reais.

Ano empenho	RAP inscritos no ano subsequente	RAP cancelados até 2015	RAP pagos até 2015	Saldo atual de RAP a pagar (até 31/12/2015)
2011	1.012,0	146,8	730,2	135,0
2012	662,3	96,9	468,6	96,8
2013	107,6	45,2	39,3	23,2
2014	149,6	3,1	83,5	62,9
Total	1.931,4	292,0	1.321,6	317,9

Fonte: Siafi.

Tabela 30 – Restos a pagar de emendas coletivas exclusivas por órgão (2015)

Valores em milhões de reais.

Órgão	Exercícios anteriores	2015					Total pago (a+d)
	RAP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(e/b)	
Conselho Nacional de Justiça	1,9	46,0	1,3	-	0,0	-	1,9
Defensoria Pública da União	-	20,0	-	-	-	-	-
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	-	37,1	29,7	0,0	0,8	0,0	0,0
Justiça do Trabalho	11,7	-	-	-	-	-	11,7
Justiça Eleitoral	9,1	27,3	16,7	0,6	0,6	0,0	9,7
Justiça Federal	5,4	70,1	1,3	0,7	0,0	0,0	6,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,4	216,2	-	-	-	-	0,4
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	10,8	45,5	-	-	-	-	10,8
Ministério da Cultura	-	53,0	-	-	-	-	-
Ministério da Defesa	2,1	345,0	-	-	-	-	2,1
Ministério da Educação	7,4	684,4	2,0	-	0,0	-	7,4
Ministério da Integração Nacional	38,8	845,2	-	-	-	-	38,8
Ministério da Justiça	-	460,1	-	-	-	-	-
Ministério da Pesca e Aquicultura	-	37,4	-	-	-	-	-
Ministério da Saúde	60,3	1.302,1	-	-	-	-	60,3
Ministério das Cidades	40,3	1.365,2	20,0	-	0,0	-	40,3
Ministério das Comunicações	-	20,7	-	-	-	-	-
Ministério das Relações Exteriores	-	26,8	-	-	-	-	-
Ministério de Minas e Energia	-	22,5	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento Agrário	-	111,4	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	-	15,0	-	-	-	-	-
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	-	45,0	-	-	-	-	-

Valores em milhões de reais.

Órgão	Exercícios anteriores	2015					Total pago (a+d)
	RAP pago (a)	Autorizado (b)	Empenhado (c)	Pago (d)	%(c/b)	%(e/b)	
Ministério do Esporte	6,9	122,9	-	-	-	-	6,9
Ministério do Turismo	31,2	355,5	-	-	-	-	31,2
Ministério dos Transportes	30,8	1.447,6	2,4	-	0,0	-	30,8
Ministério Público da União	40,4	31,6	13,6	0,2	0,4	0,0	40,6
Presidência da República	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de Aviação Civil	-	60,0	-	-	-	-	-
Secretaria de Direitos Humanos	-	18,0	-	-	-	-	-
Secretaria de Políticas para as Mulheres	-	10,0	-	-	-	-	-
Total	297,4	7.841,8	87,0	1,4	0,0	0,0	298,9

Fonte: Prodasen/Siafi.